

COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso - v.4 - nº 13 - jul/dez de 1999

13

Redefinindo a imagem: mimesis, convenção e semiótica - **Eduardo Neiva** / Carta ao amigo desconhecido - **Rosângela de A. Ainbinder** / O Brasil no *Clarín*: um olhar argentino sobre uma crise brasileira - **Aluizio Alves Filho** / A ironia da crítica e os rancores de Orfeu - **Roberto M. Moura** / Meios de comunicação, cultura e educação - **Nailton de Agostinho Maia** / Do flaneur ao voyeur: a crise da(s) modernidade(s) - **Ivo Lucchesi** / Brasília heterotópica - **Márcio de Souza Gonçalves** / Políticas de ajuste e expansão da pobreza: dilemas da descentralização das políticas sociais sob a égide do neoliberalismo - **Deise Gonçalves Nunes** / O futuro do rádio como mídia - **Célio Campos**

Editorial

Este número 13 da *Comum* pode ser lido como um exemplo da interdisciplinaridade no campo da Comunicação. Imagem, razão, jornalismo, crítica, comunicação popular, modernidade, heterotopia, neoliberalismo e rádio são os temas que oferecemos à reflexão e ao debate.

O ensaio de Eduardo Neiva nos indica que os estudos e a interpretação das imagens têm-se baseado em duas soluções intelectuais. O autor apresenta a semiótica de Peirce como uma alternativa para o que pode ser considerado como os dois lados da mesma moeda.

Rosângela Ainbinder escreve uma singela e vigorosa carta ao amigo desconhecido, ao homem comum que, voltado para as coisas práticas do dia a dia acaba se afastando da busca do auto-conhecimento.

O propósito do artigo de Aluizio Alves Filho é o de investigar como um dos principais jornais argentinos, o *Clarín*, de Buenos Aires, editou o conteúdo do seu noticiário sobre um período de crise na história recente do Brasil.

Roberto M. Moura nos adverte que a crítica que afaga é a mesma que apedreja. O autor observa que há uma cortina de fumaça que obscurece as relações entre a crítica e a arte no Brasil, permeadas por uma mídia perversa que mais esconde que ilumina.

O trabalho de Nailton de Agostinho Maia, trata do fenômeno da comunicação popular no Brasil, que se caracteriza pela ação de grupos sociais que inventam e reinventam a produção de mensagens comunicacionais e recuperam as raízes culturais da comunidade.

Em sua explanação, Ivo Lucchesi se propõe a analisar os possíveis desencontros e confrontos que marcam o projeto da modernidade, sugerindo, para os tempos atuais, o conceito de *hipermodernidade*.

O artigo de Márcio de Souza Gonçalves aborda a cidade de Brasília a partir da noção de heterotopia proposta por Michel Foucault. A tese central é a de que Brasília enquanto heterotopia fracassa em atingir seus objetivos precisamente porque o humano se subtrai à ordem do cálculo e da previsão.

Deise Gonçalves Nunes nos apresenta um texto onde é discutida a relação entre o projeto neoliberal e a descentralização das políticas sociais, analisando alguns dos seus impactos no enfrentamento da questão social.

O artigo de Célio Campos fala da magia do rádio, mas também nos chama à reflexão sobre o impacto das novas tecnologias, da globalização e da Internet sobre o futuro deste veículo.

Colaboram neste número:

Eduardo Neiva

Professor Associado do Departamento de Estudos em Comunicação da Universidade de Alabama, em Birmingham.

Rosângela de A. Ainbinder

Mestre e Doutora em Filosofia, Jornalista, Professora da FACHA e da PUC-Rio.

Aluizio Alves Filho

Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe da FLACSO/UnB. Chefe do Departamento de Ciência Política do IICS/UFRJ. Professor do NPPG das Faculdades Integradas Bennett.

Roberto M. Moura

Jornalista, crítico musical, mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, doutorando em Música pela UNIRIO, apresentador e roteirista de programas culturais da TVE.

Náilton de Agostinho Maia

Mestre em Educação, Professor e Assessor Pedagógico da FACHA.

Ivo Lucchesi

Mestre em Literatura Comparada pela UFRJ, doutorando em Teoria da Literatura pela UFRJ e Professor Titular da FACHA.

Márcio Souza Gonçalves

Doutorando em Comunicação pela UFRJ e Professor da FACHA.

Deise Gonçalves Nunes

Mestre em Serviço Social pela UFRJ, doutoranda em Educação pela UFRJ, Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFF e Pesquisadora da Área de Políticas Sociais para a Infância e Adolescência.

Célio Campos

Bacharel em Comunicação Social, pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior, Professor da FACHA, Jornalista e debatedor do programa Sem Censura (TVE).

Sumário

REDEFININDO A IMAGEM Mimesis, convenção e semiótica <i>Eduardo Neiva</i>	05
CARTA AO AMIGO DESCONHECIDO <i>Rosângela de A. Aimbinder</i>	27
O BRASIL NO CLARÍN Um olhar argentino sobre uma crise brasileira <i>Aluizio Alves Filho</i>	35
A IRONIA DA CRÍTICA E OS RANCORES DE ORFEU <i>Roberto M. Moura</i>	62
MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO <i>Nailton de Agostinho Maia</i>	67
DO FLANEUR AO VOYEUR A crise da(s) modernidade(s) <i>Ivo Lucchesi</i>	79
BRASÍLIA HETEROTÓPICA <i>Márcio de Souza Gonçalves</i>	101
POLÍTICAS DE AJUSTE E EXPANSÃO DA POBREZA Dilemas da descentralização das políticas sociais sob a égide do neoliberalismo <i>Deise Gonçalves Nunes</i>	121
O FUTURO DO RÁDIO COMO MÍDIA <i>Célio Campos</i>	134

Expediente

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Carlos Henrique Escobar, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, José Guilherme de Azevedo Leite, Nailton de Agostinho Maia, Rosângela de A. Aimbinder.

Coordenação Editorial: Fernando Sá.

Projeto Gráfico: Miguel Alonso

Editoração Eletrônica: André Luiz Cunha

Impressão: lmo's

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua da Matriz, 49 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

FACHA

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 553-0405

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor Geral: Hélio Alonso

COMUM – v4 – n°13 – (julho/dezembro 1999)

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

1999

Semestral

140 Páginas

I. Comunicação – Periódicos. II. Educação

CDD 001.501

REDEFININDO A IMAGEM

*Mimesis, convenção e semiótica**

Eduardo Neiva

Interpretar imagens está no centro da experiência diária. Basta olhar à nossa volta para reconhecermos a ação das imagens. Elas circulam, plebéias e ágeis, através do meio-ambiente social. As imagens simulam situações que nos ajudam a obter soluções, quer políticas quer científicas. Identidades pessoais brotam de retratos que nos atestam e nos autorizam. A intensa ação das representações na vida diária é razão suficiente para discutirmos as posições prevalentes na leitura de imagens. O objetivo do presente trabalho é criticar as duas conjecturas dominantes acerca das imagens – uma, mimética; a outra, convencionalista – bem como descortinar uma alternativa.

A favor da Mimesis

Tem-se afirmado recentemente, e sem muita controvérsia, que, para se entender a ação das imagens, precisamos ir além das noções da correspondência mimética. Sem nenhuma surpresa, o mimetismo, concepção cardinal na tradição ocidental de avaliar as imagens, não poderia sustentar-se. O critério mimético da produção de imagens está amarrado a expectativas historicistas ultrapassadas: indica que as representações têm o objetivo preciso de assegurar uma transposição realista da natureza.

Em nenhum lugar isto fica tão claro quanto numa anedota encontrada na enciclopédica *Naturalis Historia* de Plínio (23–79 A.D.). A anedota pode ser apócrifa, mas pode também ser vista como a expressão de um fascínio extremo diante da mimesis como critério de habilidade e como princípio de julgamento da produção imagética. Durante uma competição de destreza entre pintores, Zeuxis pinta um cacho de uvas tão perfeito que os pássaros tentam bicá-las. Accitando o desafio, Parrásio pinta uma cortina tão perfeita que o próprio Zeuxis pede para removê-la para que a pintura pudesse ser mostrada. O pintor das cortinas venceu: havia enganado mais do que simples pássaros; iludira um colega artista. A historietta revela que a produção de imagens miméticas é essencialmente um procedimento técnico, cujo objetivo é replicar a realidade. Norman Bryson (1983) considera esta história a anedota central que resume “a essência dos pressupostos de execução da pintura ocidental” (p. 1).

É importante considerar que, na anedota, a referência principal não foi a um erro de observação por parte dos pássaros ou mesmo de um pintor experiente. Plínio simplesmente preferiu expressar sua admiração pela competência técnica dos pintores. Os esforços destes consistiam em satisfazer nosso desejo de ilusão ao ponto de confundir imagem e realidade.

O que nos leva a acreditar que as imagens devem aspirar a replicar seus objetos? Certamente, não é difícil reconhecer que a mimesis é necessariamente um resultado da disposição de padrões e formas não miméticas num dado campo visual.

Em seu imediatismo, toda imagem é uma configuração visual resultante do arranjo de seus elementos materiais. Um pincel toca uma superfície branca; o ponto deixado no papel perturba e altera a superfície plana. O pintor Vassili Kandinsky (1866-1944), modernista e não figurativo, diria que o ponto é concisão perfeita, a fronteira separando silêncio e palavras. Assim, no registro visual da linguagem, no final de uma linha escrita, e depois do ponto que indica uma pausa, mergulhamos no silêncio.

A luz morta de uma estrela, sinos tocando, uma goteira no tecto, o estilhaçar de uma geadá, a insolência do tic-tac de um relógio durante uma noite inteira podem ser representados por pontos. Estes eventos naturais são então convertidos em formas visuais. O ponto captura os eventos que deixam para trás de si muitas de suas propriedades físicas, tais como ruído e ritmo, ou ainda uma sombra espectral como no caso da estrela morta. O ponto governa – nele, a natureza encontra um nicho.

Escrevendo igualmente fora da tradição mimética, Paul Klee (1879-1940), proclamaria que a imagem não reproduz o que é visível; as imagens “tornam visível alguma coisa” (Klee, 1973, p. 34).

Kandinsky (1970) preocupou-se em saber se um ponto pode produzir uma imagem e constituir-se por si só numa obra. Pode, se relacionarmos o ponto com outro elemento visual, harmonizando assim ponto e superfície. Kandinsky (1970, p. 45) apresentou o seguinte exemplo (Figura 1) feito com as duas formas mais básicas e simples, o ponto e a superfície plana, como “a primeira imagem de qualquer expressão pictórica”, e da qual outras imagens podem derivar.

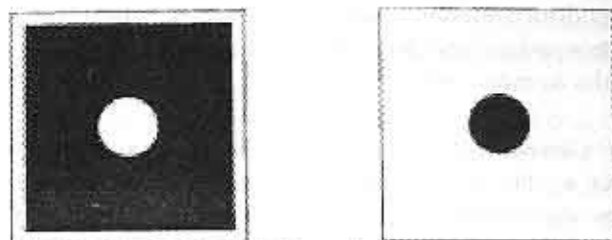


Figura 1

Klee (1973) vê a questão de modo bastante similar. Também para ele, o ponto demanda uma superfície: “Antes de atingir o papel, a gota de tinta era um ponto. Após tocá-lo, o ponto se expande numa mancha, revelando o que escondia – um campo de forças expresso precisamente por linhas.”

“O tempo torna-se um fator no momento em que o ponto se move e se transforma em linha. O mesmo acontece quando uma linha engendra uma superfície, desdobrando a si mesma.” (p. 37).

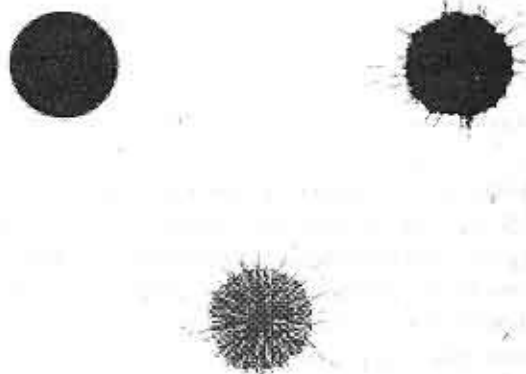


Figura 2

Nesta imagem (Figura 2), a linha move-se através da superfície de uma página; é o rastro deixado pelo ponto, exprimindo, desse modo, o tempo. Novos elementos são introduzidos na produção de uma imagem. Lentamente, cresce a complexidade requerida para a imitação do mundo exterior. As condições para a representação

mimética nascem da interação de formas não representativas. A partir da consciência modernista, podemos discernir a ação dos elementos materiais e não miméticos na construção de representações miméticas; imagens miméticas da Renascença passam a ser percebidas de modo diferente.

Como mencionou Meyer Schapiro (1969), historicamente a imitação só pôde surgir depois, quando as primeiras e irregulares áreas visuais das pinturas das cavernas foram transformadas numa superfície plana, neutra e contínua. Numa superfície lisa e branca, a imitação do mundo natural torna-se uma possibilidade. Um suporte autônomo, como uma janela pela qual contemplamos o que se passa lá fora, é condição indispensável para a representação em profundidade tridimensional. O campo visual deve estar vazio. Nada pode interpor-se ao objetivo de exibir perfeição quando se pinta a natureza. A superfície lisa e branca significa mais do que um espaço absolutamente vazio e idealizado. É quando o espectador se põe diante da moldura de uma janela, ou frente a uma parede, que as imagens podem surgir. Imagens são certamente mais do que meras cores, formas ou volumes. Cores, formas e volumes representam a realidade.

A representação da realidade não é o primeiro item da produção de imagens. Imagens que representam eventos tangíveis requerem consciência. Ver uma imagem como representação positiva é julgá-la. O que fazemos quando julgamos as imagens como representações corretas de seus objetos? Neste ponto a mimesis deixa de ser um problema visual e transformamo-la numa questão filosófica – a questão da verdade nas representações.

Mimesis e Conhecimento

Como em muitas notas de rodapé ao que constitui a tradição ocidental, Platão (429-347 a.C.) é o ponto de partida. Para Platão, a produção de imagens deve ser entendida como parte do processo de conhecimento. Neste processo, temos uma coisa percebida, seu nome, sua definição, sua representação e finalmente, no plano mais alto, entendimento e conhecimento verdadeiro. Existem múltiplos objetos nomeados pela palavra *círculo* que podem ser desenhados com um compasso e entendidos ou conhecidos como preenchendo o conceito de círculo. As diferentes etapas do processo remetem a mais uma outra pela mimesis. O objeto, o nome, a definição e a imagem representam mimeticamente o conceito círculo, em si mesmo a forma (*eidos*) plena, primeira, verdadeira, imutável, objetiva, perfeita e atemporal.

Encarada desta maneira, a mimesis está em toda parte. Eventos do mundo natural, como árvores, mesas, cadeiras, organismos, os homens e o comportamento humano, para citar apenas alguns, não são mais do que figuras de uma ordem verdadeira.

Assim, há no universo três níveis hierárquicos distintos: (1) um mundo inigualável de formas intelectuais perfeitas; (2) o mundo alcançado pelos sentidos e que, em sua multiplicidade, copia e deforma o mundo ideal das formas; e (3) cópias das cópias, um mundo três vezes afastado do universo das formas. Para Platão, as cópias são mutáveis e falsas, incorpóreas como o brilho do sol dançando na crista das ondas ou como a superfície dos espelhos, ambos vistos como simulacros da existência.

No argumento platônico, apresentado no Livro X da *República*, um carpinteiro constrói múltiplas cadeiras copiando um modelo conceitual unitário - cadeiras têm uma forma em comum. Por outro lado, o pintor ao representar uma cadeira num quadro o faz do ponto de vista de um espectador que contemple o objeto. O pintor copia uma cópia, produz um simulacro que está três vezes afastado da verdade emanada do modelo ideal. O pintor está abaixo do carpinteiro¹, já que se acha inexoravelmente amarrado ao mundo das aparências. O pintor jamais poderia pintar a verdade; a pintura é um fantasma da realidade essencial.

Somente a forma, a essência perfeita e imutável, pode ficar livre da mimesis. O mundo dos sentidos é seguramente uma imitação do mundo ideal. Todas as artes tendem a ser imitações de imitações. Até a música é imitação.

Com a exceção da antiga pintura egípcia, Platão sustenta que as artes representativas estão muito próximas da fraude. São artes que imitam a imitação. Os construtores de imagens prosperam com o domínio da ilusão e sempre produzem imagens contraditórias. Conseqüentemente, os artistas miméticos devem ser louvados por sua habilidade mas banidos da vida social.

Depois de Platão

Como consequência direta de sua postura moral face às imagens, Platão reconhecia as implicações sociais da produção artística. A sociedade deve controlar suas imagens. As imagens devem ser julgadas nos termos de princípios éticos não ambíguos e nunca totalmente entregues às mãos de seus produtores e consumidores.

Representações ilusionistas são definitivamente corruptoras. O fim a ser alcançado, de uma sociedade estável e perfeita – na concepção de Platão, o fim último de qualquer sociedade –, exige um modo similar de produção de imagens. A arte grega na época de Platão não aspirava a este fim, mas a arte egípcia seguia padrões pictóricos rígidos. No *Ligito*, “os pintores e praticantes de outras artes do desenho estavam proibidos de inovar aqueles modelos ou acolher qualquer padrão que não fosse o tradicional” (Platão, 1989, p. 1255; *Leis* II 656c).

No concernente à pintura, Platão estabeleceu que o modo como os pintores usavam a perspectiva era imoral. Eles distorciam as proporções da realidade, ajustando as propriedades reais das coisas representadas às demandas de um olhar contemplativo. O que as coisas realmente eram, sua correspondência com os modelos atemporais, perdia-se em detrimento da tarefa de representar as condições da visão. Platão abominava a perspectiva. Preferia os modos da essência (objetividade, estabilidade, permanência, eternidade e verdade) à subjetividade do ponto de vista, a partir da qual se construíam as representações em perspectiva. Platão reconhecia um paralelo exato entre as técnicas do pintor, produzindo impressão de realidade à distância, e os truques retóricos sofistas (Schul, 1952, p. 52). Pintores e sofistas contentavam-se em conferir uma enganadora e parcial impressão de realidade. A verdade nunca os preocupou.

Diante dos argumentos de Platão, tornou-se impossível negar que a produção de imagens tivesse um determinado impacto social. A censura das artes pelo Estado parecia justificável. Contudo, a despeito do que ele pudesse dizer dos efeitos sociais perniciosos da perspectiva, tempos depois, os pintores da Renascença elegeram o seu emprego como técnica pictórica dominante. O fato de ser uma ilusão, uma cópia, não incomodou Paolo Ucello (1396-1475). Ucello ficava acordado até tarde da noite, explorando os mistérios e sortilégios do esboço, murmurando para si mesmo que maravilha era a perspectiva (Vasari, 1991).

A crítica de Platão à perspectiva não teve nenhum impacto duradouro sobre a pintura porque o uso de argumentos morais na avaliação de imagens é na realidade um abandono da principal razão de ser da representação. Para um produtor de imagens, a questão é saber se devemos representar as coisas e suas propriedades do modo como se encadeiam na realidade ou da maneira pela qual as percebemos.

Paradoxalmente, Platão partilhou – com uma intenção depreciativa que seria facilmente esquecida – da idéia de que o princípio dominante na natureza é a imitação.

Então, por que não imitar o que os olhos vêem? Ademais, resta sempre a impressão de que a representação objetiva definida por Platão é um tanto incompleta. Se o produtor de imagens decidir representar as coisas respeitando-lhes as propriedades objetivas, o espectador será inevitavelmente privado da cena pintada. Será justo? Certamente não, se admitirmos que as imagens são sempre percebidas por espectadores: a Verdade requer testemunhas. Podemos chamar a perspectiva de ilusão, ou será a perspectiva um modo alternativo da verdade? Se as representações em perspectiva forem de alguma forma descrições válidas e verídicas, a imitação não poderá ser tida necessariamente como inferior à verdade objetiva. O ideal da perspectiva pode não ser o de enganar o observador, mas antes o de apresentar uma cuidadosa estratégia de representação, simultaneamente confrontando a contemplação com o entendimento do espectador, a visão apressada com o conhecimento, de modo a lhe inspirar prazer e respeito.

Nesse sentido, se olharmos para a história da pintura, perceberemos que a perspectiva se transformou num princípio central na produção de imagens. O julgamento de Platão quanto à perspectiva nunca foi levado a sério. Para os pintores da Renascença, a perspectiva era mais do que uma opção comum da técnica figurativa. Sua importância intelectual é evidente se lembrarmos que, durante a Renascença, os pintores também produziram textos para explicar o novo procedimento pictórico: Leon Battista Alberti (1404-1472) escreveu *Della pittura*, Piero della Francesca (1410/20-1492) redigiu *De prospectiva pingendi* e Leonardo da Vinci (1452-1519) compôs um *Tratatto della pittura*. Qual seria o sentido desse esforço comum?

No rastro de sugestões deixadas por Cassirer (1955a, 1955b), Panofsky (1975) defendeu a idéia de que a perspectiva é uma forma simbólica que conduz um conteúdo intelectual, central num período histórico específico, para um modo sensível de representação. A perspectiva não pode ser reduzida à transposição de condições eternas de contemplação. Sendo uma convenção, a perspectiva não representa a visão, ela indica uma das possíveis representações do olhar. Através da perspectiva, a cultura ocidental constituiu uma forma de interpretar o mundo. A natureza é concebida como num quadro: o sujeito contemplador encontra-se defrontado com o objeto e contempla o mundo como que postado diante de uma janela. Transformado em imagem, os traços do mundo são persistência, imutabilidade e permanência. É a mesma concepção da natureza e do conhecimento desenvolvida por Descartes (1596-1650) e outros pensadores pós-renascentistas, todos pertencentes ao que Martin Heidegger (1962) chama de Idade da Representação.

O arranjo de elementos pictóricos numa tela é paralelo a uma concepção específica do mundo. Em perspectiva, a cena pintada desenrola-se segundo a idéia de que “tudo se mostra proporcional; nada parece estar fora do lugar; todas as partes se ajustam nobremente umas sobre as outras” (Holly, 1996, p. 41). Este princípio define como o mundo pode ser visto: vai além da ótica. É um princípio figurativo, mediante o qual a realidade será reconhecida como uma cena unificada. Estamos a um passo da idéia moderna de espaço determinada pela física matemática de Galileu Galilei (1564–1632).

Galileu (1953) proclamou que o livro do mundo físico está escrito com o alfabeto da geometria, com círculos, triângulos e quadrados. A idéia de uma linguagem geométrica comum delineando o universo implica um cosmos infinito, regido por leis universais e homogêneas. Desse modo, a ciência natural concebe o mundo de uma forma análoga à que a perspectiva fizera anteriormente. O centro a partir do qual o mundo físico é ordenado não é aquele de onde uma entidade divina o observa. O mundo é representado sempre do ponto de vista de um espectador. O movimento, por exemplo, não é propriedade em si mesmo. Não é, como a física aristotélica diria, um corpo móvel em busca de seu lugar natural na hierarquia do mundo. Na nova imagem do mundo inaugurada pela física de Galileu, não há hierarquia no universo. O movimento é apresentado em relação a um ponto de vista preciso; um corpo se move quando muda de posição em relação a um estado de repouso. O movimento também pode ser reduzido a uma expressão matemática. Não há nenhuma diferença entre esta idéia de espaço e a concepção de ordem espacial que a perspectiva desencadeou. Em ambas, como consequência direta da precedência dada ao ponto de vista, encontramos a idéia de um espaço homogêneo e infinito, representado por meios matemáticos, geométricos e lineares. A homogeneidade do espaço alcançada a partir do ponto de vista único de um espectador – o olhar do contemplador – é a convenção para a descrição mimética do mundo natural.

Das pinturas renascentistas às fotografias contemporâneas, os preceitos da imagem permanecem os mesmos. As imagens visam ao mimetismo. Mimesis é uma representação ideal que coloca o espectador no centro da produção da imagem, e seu objetivo é tornar o mais confiável possível o que o observador vê. A perspectiva é uma equação clara: a imagem é dirigida ao objeto que, por sua vez, se transforma em figura. Gombrich (1993) poderá então dizer que talvez o mundo nunca se parecerá com uma imagem, mas uma imagem, pode se parecer com o mundo.

Triunfo e crise da tradição mimética

O ideal mimético, baseado no imenso êxito da perspectiva como principal técnica de representação da Renascença, atingiu o auge com a invenção da fotografia. A dívida histórica é inquestionável; seria impraticável a fotografia sem as descobertas pictóricas da Renascença, mais especificamente a câmera obscura de Leonardo. Esta constatação pode ser lida quase como um lugar comum, mas como poderíamos esquecer a afinidade dos princípios da fotografia com os que orientam a representação em perspectiva? O ponto de vista é fixo e a imagem representada é registrada conforme o que se vê a partir daquele ponto. Com apenas uma diferença importante: o pintor deve desenhar sobre a imagem projetada na câmera obscura, ao passo que, no caso do fotógrafo, um papel revestido de emulsão química sensível à luz fixa a projeção que vem de fora.

Com a fotografia, a perfeição mimética parece insuperável. Nenhum desenho manual pode aspirar ao que as imagens fotográficas obtêm. Contudo, por mais estranho que pareça, se a fotografia, com seu extremo realismo, simula a realidade, ela nunca é a própria realidade. A lição a se extrair é lúcida – nem mesmo um dispositivo mecânico pode alcançar o ideal mimético. As fotografias tornam a realidade inquietante. Elas são o negativo de uma presença. A fotografia resulta de decisões formais relacionadas ao uso de certas lentes, à abertura do diafragma da câmera e ao tempo necessário à exposição do filme. Tais decisões são o que estabelece a aparência do objeto fotografado: elas são a imagem. A fotografia nos faz lembrar que a reprodução plena das condições da visão não é suficiente. Uma foto agrada quando se apropria de outras soluções visuais. Os primeiros retratos fotográficos tiveram de ser extensões de poses codificadas por pinturas tradicionais.

De repente, nos damos conta de como as imagens dependem de outras imagens. Nus fotográficos são ecos das poses de Jean Auguste Dominique Ingres (1780–1867). Che Guevara morto sobre uma mesa, cercado de seus captores, reflete a *Lição de anatomia* de Rembrandt (1606–1669). Nestes casos, e em muitos outros, a referência da imagem não é o seu referente, mas outras representações.

É difícil crer que hoje em dia alguém defenda seriamente o ideal mimético. A experiência de estarmos cercados de imagens proliferantes sugere claramente que as representações se referem a representações, não ao mundo exterior. A multiplicação obsessiva das imagens afastou-nos dos referentes. A experiência atual beira à alucinação.

Como poderíamos aceitar a idéia de que as imagens devem duplicar a realidade, e portanto serem dependentes de uma correspondência com o mundo natural, se elas se tornaram mais realistas que a realidade? A natureza agora não é mais que a aparência das aparências, e o objeto representado amadurece para um pretexto que fazemos questão de esquecer. Em contraste com a premissa mimética tradicional de que as imagens têm primordialmente algo a ver com a fidelidade ou com a verdade, estamos imersos num mundo de imagens que pouco se importa com a perda de referentes.²

As imagens não aspiram a captar a realidade. Converteram-se no padrão normativo que confere realidade a eventos do mundo externo a elas. Uma noiva entra na igreja para casar. A marcha nupcial é executada. Os convidados mal vêem um evento que se desenrola principalmente para os flashes e as câmeras. Evento que será posteriormente ressuscitado quando o álbum fotográfico passar de mão em mão, ou quando o videocassete for projetado na telinha. A impressão resultante é a de que não vivemos, posamos. O que importa é a transmutação dos eventos em imagens. A experiência é convertida em representações. A experiência viva é pálida se comparada à simulação que a imagem oferece.

No que concerne às imagens, o mundo natural não reina mais absoluto. Hoje, as imagens são representações fortes, autônomas e inquestionáveis. As imagens tornaram-se encantamento e enigma.

É também surpreendente o fato de o mimetismo poder ser encontrado quase que por toda parte na experiência diária, nos hologramas, na simulação computadorizada, nas máquinas de realidade virtual, mas estar praticamente ausente em vários intérpretes da produção imagética contemporânea (Bryson, 1983; Moxey, 1994; Bryson, Holly e Moxey, 1994). As imagens podem atuar como substitutos da realidade, sem ser a própria realidade; em vez disso, elas são signos.

Num panorama intelectual como este, desponta a idéia de que a semiótica, a teoria geral dos signos, pode fornecer os instrumentos adequados para a interpretação de imagens. Ainda que aceitemos sem objeções este argumento, haverá uma pergunta importante a fazer: que espécie de teoria dos signos será necessária para lidarmos com a interpretação de imagens, numa época em que a teoria recusa as explicações miméticas em todas as suas formas? Um ramo específico da semiótica, a interpretação convencionalista, apresenta-se como alternativa para o paradigma mimético. Contudo, esta abordagem começa, ela mesma, a se enredar num impasse aparentemente

sem solução. Apresentarei e examinarei criticamente a hipótese convencionalista³ e em seguida argumentarei em favor de outra hipótese semiótica para a interpretação de imagens, livre das restrições de um convencionalismo rígido.

Raízes do convencionalismo

O convencionalismo rígido afirma que o poder de comunicação e o imediatismo das imagens resulta do fato de que o *programa de produção* delas é partilhado pelos produtores e consumidores das criações visuais. A implicação direta desta suposição é a crença na existência de uma força produtiva na visualidade, gerando e determinando suas possibilidades. Deste ponto de vista, o convencionalismo estrito reforça uma concepção determinística da história e da criação. Isto já seria o bastante para descartá-lo como uma opção teórica produtiva para a interpretação de imagens.

Ainda assim, como poderíamos contestar as interpretações convencionalistas? O convencionalismo detém um respeitável legado intelectual que abrange diversos campos das humanidades.⁴ Ademais, as teorias convencionalistas apresentam respostas plausíveis quando se indaga por que as imagens têm uma dimensão comunicativa. O resultado é que aparentemente não há nenhuma outra explicação para a importância social das imagens enquanto mensagens.

Estamos tão habituados às teorias convencionalistas que as supomos imunes à crítica. Contudo, o convencionalismo desenvolve uma estratégia teórica que naturaliza uma defeituosa e fragmentária teoria dos signos, ao pretender que as imagens se componham exatamente de dois elementos distintos, forma e matéria, os quais se convertem em um só pela ação poderosa de regras partilhadas socialmente.⁵ O convencionalismo fia-se numa espécie de imperialismo linguístico e antropológico.

As convenções constituem uma força tardia e precária da produção de signos, e não passam de uma condicionalidade a se realizar. Como condicionalidades por existir, as convenções não podem ser consideradas o elemento exclusivo, central e regulador da construção e interpretação das imagens. Então, por que esta doutrina é tão onipresente nos estudos humanísticos contemporâneos?

Seja qual for o paradigma, uma grade teórica conduz o conhecimento e a interpretação até um certo momento histórico. O paradigma mimético foi removido e

abandonado pelo convencionalismo. Nesse sentido, o convencionalismo deve ser visto como a culminância de uma consciência revolucionária subvertendo uma matriz disciplinar prévia que dominava a tradição da interpretação de imagens (cf. Kuhn, 1970). Não há dúvida de que um importante momento nesta revolução teórica foi a redefinição de mimesis feita por Gombrich (1961) em *Art and Illusion*. Gombrich transformou a mimesis no desdobramento histórico de convenções, geradas para representar a natureza. Nesse momento, fica evidente que, na concepção das imagens, a natureza é convertida num elemento secundário. As convenções passam a ser encaradas como o que predominantemente define a produção de imagens.

Contudo, a origem do convencionalismo não está em Gombrich. Ela remonta à estética kantiana, e certamente, por sua dívida com a tradição alemã de história da arte, a análise de Gombrich sobre a ilusão mimética só é possível se a mimesis for reconhecida como critério normativo. Ela é obra de Immanuel Kant (1724–1804), uma vez que Kant sepultou a dominância da natureza nas considerações estéticas, destituindo-a em favor do gênio.

Desde Kant, observamos uma progressiva retração da idéia de que a criação visual está presa ao preceito normativo e que a imitação da natureza é a tarefa da produção de imagens. Há uma distinção entre produção de imagens (um produto de uma natureza diferente, a saber a natureza humana) e “natureza comum” *per se* (Kamal, 1986, p.18). As imagens carregam a impressão de serem natureza, mas são uma criação suprema e discreta. As regras incluem a natureza e a tendência a encará-las como discretas.

Da mesma maneira como a ética kantiana e seu imperativo categórico são uma obrigação ecumênica, ou, em outras palavras, uma lei universal regendo propósitos individuais, o gênio não é uma intervenção absoluta e livre. O gênio é mais do que a ação de um indivíduo. Na *Crítica do julgamento*, Kant (1952, p. 169) afirma que o gênio não sabe como as idéias para a criação “entraram em sua cabeça, nem está em seu poder inventá-las a seu bel prazer.” Guiado por dons herdados pessoalmente, o gênio cria regras “a serem seguidas por outros gênios” (Kant, 1952, p. 181). Uma regra é criada e amadurece para um triunfo coletivo.

Assim, a beleza obviamente não descende da natureza; vem de seu valor como representação. As representações ascendem ao primeiro plano e a natureza recua para um patamar de conjectura improvável. Conjectura útil, mas improvável, como diz Kant (1966) na *Crítica da razão pura*.

As coisas-em-si (*noumena*) não podem ser conhecidas a não ser como fenômenos, ou seja, como representações. Podemos, contudo, pensar os *noumena*, ainda que isto nos leve a antinomias, quer dizer, a contradições insolúveis. Estando fora do alcance da mente humana, as coisas-em-si encontram-se além do conhecimento racional. Kant (1966, pp.292-293) estabelece que é impossível “estender a esfera dos objetos de nosso pensamento para além das condições da nossa sensibilidade, e conceber por trás das aparências objetos de puro conhecimento, isto é *noumena*, já que tais objetos não possuem nenhum significado positivo assinalável.”

Com Kant, somos conduzidos a um sistema intelectual onde a dominância das regras é inquestionável. A criação máxima, as realizações do gênio estético, começa com a quebra das regras e acaba com a constituição de regras. O chão do convencionalismo começa a ser preparado.

Aos poucos, a idéia de cultura finalmente vai emergindo, e as representações em determinadas áreas serão concebidas como parte de um todo orgânico. É com Ernest Cassirer (1955 a,b) que a idéia kantiana de um *a priori* conduzindo a experiência é redefinida como um conjunto de representações coletivas concebidas como as formas simbólicas que compreendem a cultura. Agora, a cultura é o fator dominante da experiência humana; ela precede a experiência possível. A natureza é inteiramente omitida desta visão teórica. Uma imagem é vista como determinada pela totalidade de sua cultura. Torna-se uma condição para interpretar qualquer mensagem que circule numa sociedade a descoberta de suas regras geradoras, partilhadas convencionalmente.

A cultura funciona como um *a priori* moldando as ações individuais. O sistema das instituições culturais torna-se similar a um sujeito unitário, onipresente nos fenômenos históricos. A cultura cria uma rede simbólica, um filtro, que nos autoriza a nos movermos entre outros seres humanos, tanto quanto em nosso ambiente natural.

A natureza simbólica da cultura, dos códigos e dos símbolos é hoje em dia quase uma trivialidade. Os códigos culturais são considerados vitais para filtrar e reposicionar os estímulos sensoriais. Para sustentar este ponto de vista, Roman Jakobson (1971, pp.339-340) cita as observações de M. Aronson, que, num programa radiofônico, tentou transmitir os ruídos naturais de um trem que chegava à estação. O efeito foi desastroso. O valor informacional dos ruídos naturais era próximo de zero. Não havia como discriminá-los claramente sem convenções. Mesmo para copiar a realidade temos de usar um esquema mediador. O esquema organiza nossas experiências

perceptivas e reivindica a necessidade de considerarmos os códigos que sejam operativos num meio cultural. É a mesma idéia apresentada pela lingüística estrutural. Para a lingüística pós-saussuriana, um sistema prévio de regras é uma das condições para qualquer elocução. As convenções, fixadas como regras, reduzem as arbitrariedades do signo lingüístico.

Os convencionalistas podem então professar uma ruptura com a tradição mimética, e com razão. Argumentarei, contudo, que os convencionalistas não superaram o dogma metafísico fundamental das teorias miméticas.

Mimetismo e convencionalismo são soluções intelectuais para o mesmo problema; ambos lidam com os mesmos elementos. Mimetismo e convencionalismo supõem a existência de duas naturezas distintas – forma e matéria, espírito e matéria, ou elementos conceituais e corporais – atadas uma na outra por um terceiro ingrediente, um modo de relação suficientemente eficaz para fazer a ponte entre as duas. O mimetismo pretende que a similaridade é o que une matéria e forma, enquanto o convencionalismo professa que uma regra junta o que é diferente. São os extremos de uma tradição longeva.

Na origem desta tradição encontramos mais uma vez a posição de Platão, segundo a qual a mimesis projeta um mundo de formas conceituais sobre a matéria. O palco é montado com três atores distintos, relacionados hierarquicamente uns aos outros. Existem dois mundos, um inteligível (um reino de formas atemporais, um domínio de arquétipos) e o mundo tal como é revelado pelos sentidos, sempre cambiante, imperfeito e móvel. Graças à mimesis, pensamento e matéria tornam-se um par que sobreviverá a esta tradição longeva. Assim, por mais que Aristóteles tenha criticado muitas das soluções platônicas, ele manteve a mesma idéia básica, de que os objetos são uma união de matéria e forma, sendo a forma superior à matéria. A forma é ativa, enquanto o lado sensível das coisas é passivo.⁷ Nesta tradição oriunda do essencialismo de Platão, a forma impõe continuidade ao mundo natural. Nós classificamos os objetos do mundo natural porque reconhecemos neles a mesma forma ativa. Além da dualidade de forma e matéria, encontraremos um terceiro elemento em ação. E novamente, este terceiro elemento é uma relação mimética.

Seguindo o espírito da tradição mimética, o dualismo cartesiano mantém a clivagem entre mente (*res cogitatio*) e matéria (*res extensio*), definida como natureza corpórea estendendo-se no espaço. Por este motivo, nos termos da filosofia cartesiana, mente

e matéria são limites irreduzíveis ligados pela *adequatio*. Uma representação é adequada, ou preenche as exigências da *adequatio*, quando aproxima heterogeneidades; a forma da representação é capaz de substituir, com graus variáveis de fidelidade, aquilo a que se remete, ou que pretende representar.

Não podemos esquecer que os argumentos de Descartes foram apresentados em suas *Meditações*, cujo propósito era verificar a existência de Deus. Deus é logicamente necessário como ponte para a exclusão de mente e matéria. Se há uma separação clara e estrutural das substâncias, deve haver uma substância primal onde inexistam diferenças, e fora da qual o corte foi engendrado. Por ser divina, a substância primal é anterior à dualidade percebida no mundo natural. A própria *adequatio* só é possível porque uma substância subjacente acomoda mente e matéria.

Está aberta a porta para a defesa de Kant de um *a priori*. Ainda que o argumento kantiano não evoque Deus ou alguma substância divina, de fato, sem um *a priori*, como será possível haver *adequatio* de substâncias radicalmente distintas? O convencionalismo conserva a distinção entre mente e matéria, introduzindo, com Kant e como um fator de ligação, uma regra ou conjunto de regras que precedem mente e matéria. A função do *a priori* é fundir um conceito a um material componente como se fossem os dois lados de uma folha de papel.

As concepções kantianas repercutem em diversas disciplinas humanísticas. Kant está no cerne da lingüística proposta por Ferdinand de Saussure (1857-1913) – basicamente sincrônica, portanto relacionada mais à configuração estrutural de uma linguagem do que à sua evolução histórica. Os elos entre Kant e Saussure são ainda mais visíveis se considerarmos o esforço de Claude Lévi-Strauss (1964) de aplicar a lingüística estrutural a elementos não verbais do mundo social tais como o parentesco. Não é nenhuma surpresa o fato de Paul Ricoeur (1969, p.55) ter observado prontamente que as aplicações saussurianas conduzem a um patamar filosófico distinto, “um kantismo sem sujeito transcendental.”

A lingüística saussuriana visa a isolar as relações lógicas e psicológicas que unem sons materiais e conceitos, matéria e mente, à guisa de um sistema. O sistema lingüístico assemelha-se a uma notação que preceda qualquer desempenho ou elocução. O sistema é um *a priori*. Duas naturezas distintas, uma material, outra conceitual, serão transformadas em uma única. Assim, na lingüística e em todo seu projeto semiológico,

Ferdinand de Saussure presume a existência de um sistema *a priori* de regras colando *signifiant* e *signifié*, significante e significado (Saussure, 1982).

As idéias sustentadas pela lingüística saussuriana seriam finalmente absorvidas pela história da arte, que dará precedência ao método sincrônico de análise em detrimento das abordagens estritamente diacrônicas. Heinrich Wölfflin (1950) e Alois Riegl (1931) então enfatizam que a produção artística é regida por um sistema, análogo ao contrato lingüístico, mediante o qual as convenções são partilhadas por uma comunidade de atores sociais. A linhagem de ambas as apropriações, tanto da lingüística como da história da arte, é claramente kantiana.

Na filosofia de Kant, na lingüística estrutural e na interpretação histórica das imagens, encontramos o mesmo equipamento metafísico montado com novos parafusos.

Signos e imagens para além da separação mente/matéria

Rejeito a separação entre mente e matéria. A teoria dos signos que defendo supõe uma continuidade de mente e matéria e repudia o convencionalismo rígido, cujo efeito mais imediato é a domesticação do acaso e da incerteza, precisamente os atributos mais persistentes dos processos históricos. Os padrões que podem ser arrolados como progressos temporais não resultam da ação de determinadas regularidades. Tais regularidades, tão caras às teorias convencionalistas dos signos, como a semiologia saussuriana, são uma descoberta tardia. Há um estado permanente de indeterminação nos dons da natureza, que emana da espontaneidade das origens. O acaso nunca é controlado completamente: "Um elemento de puro acaso sobrevive e permanecerá até o mundo se tornar um sistema absolutamente perfeito, racional e simétrico, em que a mente enfim se cristalize no futuro infinitamente distante" (Peirce, 1992, p.297).

Numa semiótica derivada de semelhante cosmogonia, não há espaço para a noção de que um padrão antecipado governe os signos. É possível que não tenhamos nada além de "regularidades aproximadas" (Peirce, 1992, p. 302). As regularidades em si mesmas são sempre precárias. Os signos podem ser concebidos apenas como funções que atuam como representações e que são afetadas por acasos e transformações infinitos. É um ponto de partida radical que supera a dualidade de mente e matéria abraçada pelo convencionalismo. Uma nova teoria da representação deve começar com a admissão de que as representações se manifestam através de três classes, três

níveis de produção de signos. Os signos não devem ser encarados como coisas. Os signos são funções de relativos. A lógica dos signos é a lógica das possibilidades.

Qualquer representação é, em primeiro lugar, uma hipótese que expressa possibilidades lógicas. Representações não são nada mais que modos de possibilidades: “um deve-ser, um pode-ser e um deveria-ser” (Peirce, 1976, p. 868). Os três modos de existência entrelaçam-se de maneira sutil. O passo não vai da possibilidade para a realidade, coroando finalmente na necessidade. A necessidade pode perfeitamente interpretar e mediar o elo entre possibilidade e atualidade.

A estrutura triádica das representações é ainda mais clara quando consideramos os procedimentos lógicos envolvidos no ato de conhecer. Em seus escritos sobre lógica, Peirce (1976, 1992) identificou três modos básicos de raciocínio: abdução (ou hipótese, ou ainda retrodução), indução e dedução. A *abdução* inventa ou antecipa uma hipótese a partir de uma evidência disponível; é a origem do conhecimento.⁸ Ainda que precariamente, a *indução* fornece a avaliação e o estabelecimento da hipótese que conduz qualquer ato de reflexão. A *dedução* esclarece a hipótese, extraindo as conseqüências necessárias pelas quais as conjecturas possam ser testadas. Abdução, indução e dedução são mecanismos lógicos que organizam a diversidade da experiência e explicam nosso esquema cognitivo.

Conseqüentemente, as representações deveriam ser padrões estruturados como um modelo triádico. Mais uma vez, as representações são funções, não coisas-operações nas quais, se se fizer uma alteração numa única variável, o resultado será uma representação diferente em sua totalidade.

Num signo-função, teríamos uma base material da representação, em outras palavras um primeiro que representa um segundo, o seu objeto. Então, estes dois elementos sofrem a ação de um terceiro, ele próprio uma interpretação que reduz o vácuo aberto entre a base e o seu objeto. O terceiro elemento do esquema triádico chama-se *interpretante*.

Este modelo escapa da dualidade. É completamente distinto de todos os modelos convencionalistas, que postulam um sistema de regras *a priori* resultante da fusão de duas naturezas radicalmente diversas, uma inteligível, outra sensível. O modelo triádico é a condição para a recusa da mistura com qualquer tipo de concepção *a priori*; a melhor maneira de qualificar o modelo triádico é vê-lo como uma interminável

interação, como um diálogo (Fisch, 1986, p.318). É pura ação sem nenhuma hierarquia para excluir o que é inseparável e contínuo. É um diálogo entre iguais, uma ação de signos que não concede nenhum privilégio a nada, nem mesmo às convenções. Os signos são mais que mera atualização de convenções. São atividades e processos. Neles, as convenções fazem pouco mais do que indicar possibilidades.

O recurso a uma ação triádica e evolutiva dos signos, instalada pela força dos interpretantes, é incompatível com a concepção semiológica saussuriana dos signos e sua confiança kantiana tanto num *a priori* quanto na dualidade de mente e matéria.⁹ O modelo triádico implica necessariamente atos de incessante mediação dos signos. Está mundos além da correspondência ou similaridade entre constituintes (uais discerníveis).

O princípio que se aplica a todos os signos, e portanto às imagens, é a aproximação. Os signos, imagens inclusive, são construções hipotéticas. De fato, não há nenhum meio por onde a consciência possa ter um acesso direto ao mundo exterior. As imagens, mesmo aquelas que consideramos miméticas, são o resultado de signos atuando sobre signos. São um intrincado feixe de representações, emancipado do ideal imediato de correspondência com o mundo exterior. Como sempre, um signo substitui outro signo e, mediado por eles, a mente cognitiva é conduzida na direção do que quer que exista fora da consciência. Com o mundo externo, as imagens entretêm uma relação de choque, não de correspondência. A possível autonomia das imagens deve-se ao fato de que elas podem atuar como padrões normativos para as percepções da vida cotidiana.

As imagens não são cópias subservientes; são adições que sucedem de uma atividade fundamentalmente criativa. Esta definição da imagem é o primeiro passo para se vislumbrar a produção de uma complexa teoria dos signos, triádica e não diatônica, é amplamente qualificada para superar a exclusão de mente e matéria presente nas doutrinas miméticas e convencionalistas que afligem a interpretação de imagens.

Notas

* Tradução de Carlos Deane

1. A superioridade social do carpinteiro sobre o pintor é mais do que uma questão de utilidade. Deve-se entender a atitude de Platão tendo em vista a avaliação que a sociedade grega fazia das artes e artesanatos. Para uma aristocracia basicamente rural, e como qualquer trabalho manual, as atividades do artesão (*hanauoi*) tinham um *status* muito baixo. Os artesãos não tinham nenhum poder na

sociedade. Tinham uma restrita liberdade de movimentos e não podiam ir ao ginásio, onde se praticavam não apenas exercícios mas também o ensino. O artesão era a quintessência da ignorância, e sofria uma atitude de condescendência da parte da elite intelectual. A tirada irônica de Platão não pode ser esquecida – colocado abaixo do carpinteiro, o pintor era o inferior dos inferiores.

2. A simulação, como característica essencial das imagens, foi inicialmente proposta por Boorstin (1964) e, quase duas décadas depois, por Baudrillard (1981). Boorstin e Baudrillard observam que, hoje, as representações se referem a representações, abrindo mão das pretensões de representar a realidade. Para Baudrillard (1981, p. 17), estamos numa etapa terminal da história da produção de imagens que dispensa avaliações centradas no valor-verdade das representações. Embora Baudrillard possa parecer resignado com o que ocorre nos dias de hoje, ele partilha com Boorstin um sentimento nostálgico para com o passado. De qualquer modo, nossa época incorpora a simulação como traço característico das imagens e é indiferente a ansias apocalípticas.

3. A crítica apresentada neste trabalho é estritamente teórica. Contudo, é preciso mencionar o experimento radical conduzido por Hochberg e Brooks (1962). A idéia destes pesquisadores era verificar se uma criança não treinada podia reconhecer imagens. Assim, desde o nascimento, uma criança foi sistematicamente impedida de ver figuras. É verdade que a criança pode ter visto algumas imagens, mas muito poucas. Ainda assim, após uma série de testes empíricos, a criança mostrou-se perfeitamente capaz de reconhecer imagens, sem ter tido qualquer treino ou instrução específicos.

4. Hirsch (1986) argumenta que o convencionalismo é uma opção teórica de autores tão diferentes quanto Heidegger, Foucault, Fryabend e os estruturalistas franceses pós-saussurianos. Em história da arte, o método iconológico de Panofsky é um exemplo de concepção convencionalista, como revela o seu *Meaning in the visual art* (Panofsky, 1970).

5. Umberto Eco (1976, p.197) apresentou a posição convencionalista mais evidente, ao afirmar que a função-signo é exclusivamente “a correlação entre uma expressão e um conteúdo baseada num código estabelecido convencionalmente (um sistema de regras correlacionais) e que os códigos fornecem as regras que geram as funções-signos”.

6. O ponto complementar em *Art and Illusion* é que “a mensagem emanada do mundo visível deve ser codificada pelo artista” (Gombrich, 1961, p.181).

7. David Summers (1994) extraiu plenamente as conseqüências políticas da “idéia fortemente sexista e antifeminina de forma” (p.405), identificada como um espírito ativo que domina a matéria passiva.

8. Depois de reconhecer que as configurações visuais não podem ser reduzidas a uma interpretação baseada num modelo lingüístico, Moriarty (1996) argumenta em favor do raciocínio abduutivo como aquele que dá conta dos traços perceptivos das imagens visuais. A superfície material de uma figura oferece a evidência e as pistas que serão seguidas pelos observadores como hipótese. O raciocínio aí envolvido é abduutivo.

9. Esta afirmação pode ser considerada discrepante com a inegável influência de Kant sobre o sistema filosófico de Peirce. É bem certo que, do ponto de vista de uma interpretação da obra monumental de Peirce, Kant é mais do que uma força orientadora. Já em 1859, quando ainda era estudante, Peirce escreveu um ensaio intitulado “The Axioms of Intuition; After Kant”, hoje classificado como Ms.50. Também realizou uma conferência em Harvard sobre Kant em 1865. Além disso, o texto fundamental de Peirce (1992, p.1-10) sobre as categorias, “On a New List on Categories”, publicado em 1868, é certamente kantiano na abordagem. Contudo, a progressiva acatização por Peirce da importância do pensamento biológico irá afastá-lo do kantismo estrito.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Gallé.
- BOORSTIN, Daniel J. (1964) *The image: A guide to pseudo-events in America*. New York: Harper & Row.
- BRYSON, N. (1983). *Vision and painting: The logic of gaze*. New Haven, CT: Yale University Press.
- BRYSON, N., M.A., & Moxey, K. (1994). *Visual culture: Images and interpretations*. Hanover, NH: Wesleyan University Press.
- CASSIRER, E. (1955a). *The philosophy of symbolic forms: Language*. (Vol. 1). New Haven, CT: Yale University Press.
- CASSIRER, E. (1955b). *The philosophy of symbolic forms: Mythical thought*. (Vol. 2). New Haven, CT: Yale University Press.
- DESCARTES, R. (1993). *Meditations on first philosophy: In which the existence of God and the distinction of the Soul from the Body are demonstrated*. Indianapolis, IN: Hackett.
- ECO, U. (1976). *A theory of signs*. Bloomington: Indiana University Press.
- FISCH, M. (1986). *Peirce, semiotic and pragmatism*. Bloomington: Indiana University Press.
- FREUND, G. (1974). *Photographie et société*. Paris: Seuil.
- GALILEI, G. (1953). *Dialogue concerning the two chief world systems, Ptolemaic and Copernican*. Berkeley: University of California Press.
- GOMBRICH, E.H (1961). *Art and illusion: A study in the psychology of pictorial representation*. New York: Pantheon.
- GOMBRICH, E.H (1993). Additional thoughts on perspective. *Journal of Aesthetics and Art Criticism* 51, 69.
- HEIDEGGER, M. (1962). *Chemins que mènent nulle part*. Paris: Gallimard.
- HIRSCH, E.D., Jr. (1986). Beyond convention. *New Literary History*, 14, 389-397.
- HOCHBERG, J. & Brooks, V. (1962). Visual recognition as an unlearned ability: A study of one child's performance. *American Journal of Psychology*, 73, 624-628.
- HOLLY, M.A. (1996). *Past looking: Historical imagination and the rhetoric of image*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- JAKOBSON, R. (1971). *Selected writings II: Word and language*. The Hague: Mouton.
- KANDINSKY, W. (1970). *Point, ligne, plan: Contribution à l'analyse des éléments picturaux*. Paris: Denoel/Gonthier.
- KAMAL, S. (1986). *Kant and fine art: An essay on Kant and the philosophy of fine art and culture*. Oxford, UK: Clarendon Press.

- KANT, I. (1952). *Critique of judgement*. (James Creed Meredith, Trans.). Oxford, UK: Clarendon.
- KANT, I. (1966). *Critique of pure reason*. (James Creed Meredith, Trans.). Garden City, NY: Doubleday.
- KLEE, P. (1973). *Théorie de l'art moderne*. Paris: Denoel/Gonthier.
- KUHN, T.S. (1970). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1964). *Le cru et le cuit*. Paris: Plon.
- MORIARTY, S.E. (1996). Abduction: A theory of visual interpretation. *Communication Theory*, 6, 167-187.
- MOXEY, K. (1994). *The practice of theory: Poststructuralism, cultural politics and art history*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- NEIVA, E. (1999). *O racionalismo crítico de Popper*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- NEIVA, E. (1999) *Mythologies of vision: image, culture, and visuality*. New York: Peter Lang.
- PANOFSKY, E. (1970). *Meaning in the visual arts*. Harmondsworth: Penguin.
- PANOFSKY, E. (1975). *La perspective comme forme symbolique et autres essais*. Paris: Minuit.
- PLATO (1989). *The collected dialogues, including the letters*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- PEIRCE, C.S. (1992). *The essential Peirce: Selected philosophical writings*. Bloomington: Indiana University Press.
- PEIRCE, C.S. (1976). *The new elements of mathematics* (Vol. 3). The Hague: Netherlands: Mouton.
- RIEGL, A. (1931). *Das baltische Gruppenporträt*. Vienna: Österreichische Staatsdr.
- RIÇOFUR, P. (1969). *Le conflit des interprétations*. Paris: Seuil.
- SAUSSURE, F. de. (1982). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- SCHAPIRO, M. (1969). On some problems in the semiotic of visual art: Field and vehicle in image-signs. *Semiotica*, 1, 223-242.
- SCHUL, P.M. (1952). *Platon et l'art de son temps*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SUMMERS, D. (1994). Form and gender. In N. Bryson, M.A. Holly & K. Moxey (Eds.), *Visual culture: Images and interpretations* (pp. 384-412). Hanover, NH: Wesleyan University Press.
- VASARI, G. (1991). *The lives of the artists*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- WÖLFFLIN, H. (1950). *Principles of art history: The problem of style in later art*. New York: Dover.

Resumo

Os estudos e a interpretação das imagens têm-se baseado em duas soluções intelectuais. As imagens têm sido tradicionalmente julgadas como imitação (*mimesis*) do mundo exterior. Após Kant, contudo, elas foram encaradas como o resultado de regras da mente que constituem imagens e proporcionam a chave para a visualidade. Ambas as interpretações são dualistas: a *mimesis* presume que a mediação mental proporcionará a adequação entre os padrões visuais e o mundo natural, enquanto a tradição convencionalista oriunda de Kant presume que o sistema de uma regra prévia garantirá a adequação com a realidade. Este ensaio apresenta a semiótica de Peirce como uma alternativa para o que pode ser considerado como os dois lados da mesma moeda. A opção é um esquema conceitual que redefine a produção de imagens e o que era considerado imitação da realidade.

Palavras-chaves

Imagem, *mimesis*, semiótica.

Abstract

Studies and the interpretation of images have relied on two intellectual solutions. Images have been traditionally judged as imitation (*mimesis*) of the outside world. After Kant, however, images were understood as the outcome of rules of the mind that constitute the images and provide the key to visuality. Both interpretations are dualist; *Mimesis* presumes the mental mediation will provide the match between visual patterns and the natural world, whereas the conventionalist tradition stemming from Kant presumes that the system of a prior rule will ensure the match with reality. This paper presents Peircean semiotics as an alternative to what may be considered two sides of the same coin. The option is a triadic conceptual scheme program that redefines image making and what was considered imitation of reality.

Key-words

Image, *mimesis*, semiotics

CARTA AO AMIGO DESCONHECIDO

Rosângela de A. Ainsbinder

Caro amigo,

Começo com uma história que vem da tradição budista.

Conta-se que um santo muçulmano, Farid, passou perto de Benares, onde vivia Kabir. Os seguidores dos dois sábios há muito almejavam pela grande oportunidade de ouvi-los conversando. Imaginavam o que duas pessoas iluminadas diriam uma à outra. Kabir convidou Farid para ficar alguns dias no *ashram*. Farid veio. Kabir recebeu-o. Riram, se abraçaram, e sentados, ficaram em silêncio. Por dois dias os dois ficaram em silêncio. Os discípulos, inquietos esperavam que eles dissessem algo. Mas, nem uma única palavra foi ouvida. No terceiro dia, Farid partiu e Kabir despediu-se dele. Novamente, os dois riram e se abraçaram. Ao se afastarem, os discípulos de Farid, reunidos a sua volta lamentavam a perda de tempo, pois esperavam que alguma coisa especial fosse acontecer. — “Porque vocês ficaram mudos de repente? Vocês falam tanto conosco.” Farid então falou: “Tudo o que eu sei, ele também sabe. Não há nada a ser dito. Olhei nos olhos dele, e ele está ali, onde eu estou. Tudo o que ele viu, eu vi; tudo o que ele compreendeu, eu compreendi. Não há nada a ser dito.”

Esta história soa, aos nossos ouvidos, como uma grande ironia, porque quando olhamos no espelho da nossa civilização vemos uma realidade inversa: vivemos no meio de uma cultura que “fala pelos cotovelos”. Tudo e todos falam muito a nossa volta. A conversa está no centro mesmo de nossas vidas. Desde suas origens, o mundo ocidental colocou o diálogo no centro da vida pública e preservou seu sentido agônico. Nesse começo grego, as questões humanas, misticamente colocadas, revelam a palavra com o poder de ordenar o mundo. Diante de uma tendência inexorável à *hybris* (a desmedida), o homem precisa renovadamente aspirar à justiça e sabedoria. A palavra é, privilegiadamente, o instrumento pelo qual o humano, com sua opacidade, pode aspirar a um mundo menos trágico. A palavra, assim como o remédio (*pharmakon*), tem o ambíguo poder de unificar ou curar, mas também o de expor o homem e sua condição marcada pela morte, tencionado pelos opostos de finito e infinito, de ser e não-ser. Na palavra está consignado o jogo de separação-união, a luta de interesses, a pretensão à verdade.

O grego entendeu a condição humana pela ótica trágica: o homem não sabe quem ele é, ele não sabe o que diz, nem o que faz. No entanto, seu destino é saber. A ordem humana da vida é marcada por paradoxos: de um lado estão os deuses imortais e perfeitos, de outro, o homem que contempla a si próprio mortal e imperfeito. O pensamento mitológico grego relativiza todas as coisas: por exemplo, a condição de imortalidade de seus deuses não os impede de morrer, mesmo que lhes seja garantido o renascimento. Este é o caso do deus Dioniso, que morre despedaçado pelos titãs e renasce mediante um estratagema de Zeus, seu pai. Esse deus, por isso mesmo, se encontra mais próximo dos homens, e seu trágico destino, dramatizado todos os anos nos rituais da *polis*, deu origem ao teatro. O espírito contemplativo grego, e sua desconfiança de que o homem, e não os deuses, está no centro de todas as coisas, gerou um pensamento original que culminou na Filosofia. Se, por um lado, a imortalidade é atributo dos deuses, o homem reservou para si próprio algo especial: a sabedoria. Saber é o destino do homem. Em sua majestosa morada olímpiana, esses deuses vivem numa inconsciência feliz, movidos pelas paixões. O homem, ao contrário, vive torturado por sua condição de ser mortal e pelo desejo de saber. No mito, na arte, na religião o herói expõe o caráter essencialmente trágico da vida. Movidos pelo desejo, que é carência, o homem se lança na aventura de busca de um objeto que o complete. Essa é a busca de Eros, do Amor, que significa união, unidade, completude. A tragédia humana guarda, assim, um aspecto paradoxal: a ação do herói pretende ser sábia e justa porque pautada na razão. Mas o grego entende que essa razão cega, porque ela se limita às evidências dadas pela experiência. Com ela, o homem julga poder ter a ciência, o domínio da situação, ser o dono de seu destino. A razão não consegue explicar a complexidade maior que existe entre o universo, a natureza e o homem. Por isso, ela cria a ontologia negativa da falta: ao sujeito sempre falta alguma coisa, e a falta explica a busca, a insatisfação e todo o derrisório da vida humana.

O diálogo é o sintoma de uma busca que vem sendo empreendida pela Filosofia, desde suas origens: a verdade. Podemos dizer que, para a Filosofia, o diálogo é arquetípico. Ao lado da senda mística, que nos veio do Oriente, a Filosofia se tornou, no Ocidente, um caminho intelectual para a sabedoria. Colocar lado a lado o inteligível e a intuição, a racionalidade do projeto filosófico ao lado do mito e da poesia parece um contra-senso, mas esta é a maneira pela qual os primeiros filósofos entendiam a Filosofia. Na busca pelo saber o que importa não são as respostas, mas as perguntas. Estas, sim, são um convite ao pensamento, à ação justa e virtuosa. O filósofo pergunta porque *sabi que nada sabe* e, por isso mesmo, deseja saber, busca o conhecimento verdadeiro. O filósofo é o amigo (porque ama) da sabedoria (porque

nada sabe). A Filosofia nos abre para uma outra compreensão do amor: a busca pelo saber é o que move o homem em direção a todas as coisas, à união com aqueles que considera seus semelhantes.

Lá, nesse começo (séc.V a.C.), estava a figura de um ateniense que prepararia todo um devir para a Filosofia: Sócrates. Sem dúvida, influenciado por uma geração de sofistas originários da Jônia e outras colônias gregas, que traziam para Atenas métodos revolucionários para a educação política (*paideia*) dos jovens, Sócrates determinou um novo rumo para as questões filosóficas. Ele deslocou o eixo da Filosofia – no lugar da antiga *physis* ele colocou o homem. Sócrates direcionou as perguntas para temas do interesse imediato do cidadão. O que é a coragem?, o que é a virtude?, o que é a justiça?, o que é o amor?, o que é a alma?, o que é saber?... Em outras palavras, Sócrates determinou para a Filosofia um devir ético. Para ele, o Bem é a Idéia que ilumina (assim como o Sol em relação à Terra) todas as idéias. Significa dizer que, em sua essência, todas as coisas participam do Bem. Assim acontece, por exemplo, com a alma. Está, no entanto, quando encarna, fica esquecida de sua verdadeira natureza: a perfeição. Em seus ensinamentos, Sócrates freqüentemente repetia a famosa prescrição que estava no frontão do pórtico do templo de Delfos e que aconselha ao homem ir ao encontro da felicidade, da paz, da sabedoria que, desde sempre, são suas: *gnôthi sautón* (conhece-te a ti mesmo). O pensamento socrático e platônico não estabelecia fronteiras entre o Belo (*kalón*), o Bem (*Agathón*) e o Saber verdadeiro (*Epistème*). A virtude (*Arete*) consistia na conjugação desses conceitos. O Belo não é simplesmente estético. Na medida em que ele manifesta uma das faces da perfeição ou o Bem, ele tem um sentido ético e, por isso, está ligado à busca da verdade, ao saber. Aquele que busca o verdadeiro conhecimento é virtuoso. E todos os conhecimentos devem culminar num único: o conhecimento de si.

O homem com sua consciência pragmática, voltada para os problemas do dia a dia, está normalmente afastado dessa busca de auto-conhecimento. De uma maneira geral, estamos sempre ávidos para conhecer coisas que estão “fora de nós”, no mundo. Toda a gigantesca armadura dos saberes — a própria Filosofia, as Ciências, a Religião, a Arte — são produtos desse desvio: só consentimos “olhar” para nós mesmos usando o artifício do espelho, que é o Outro, o mundo. Em outras palavras, nossa prática de observação atenta segue o modelo do “olhar de viés”. Aquilo que deveria ser um caminho reto (assim pensa a razão) é, na realidade, um grande desvio. Para conhecer o homem desvia-se de si mesmo. Desejando (inconscientemente) saber de si, o homem interpõe entre si e seu desejo um milhão de objetos.

Mas, nem Sócrates, nem qualquer outro sábio jamais disse que o homem comum, levando uma vida comum, não poderia alcançar esse conhecimento de si, que vem a ser a Iluminação. Na realidade, todos os "Iluminados", entre eles, Pitágoras, Sócrates, Sidarta, Lao Tsé, Jesus, Krishnamurti, Teresinha de Lisieux, Madre Teresa, para citar apenas alguns nomes, foram pessoas que, dentro de uma vida comum, demonstraram ser possível o verdadeiro empenho, na busca do Bem, ou de Deus (como queira) e na transformação do próprio homem, começando, é claro, consigo mesmos.

Com relação a tudo aquilo que a humanidade aprendeu chamar de divino, mundo dos deuses, céu, inferno, etc., parece que temos a necessidade de vislumbrar "milagres", ocorrências extraordinárias, algo que funcione para nós como sinal ou signo dessa Outra realidade. Podemos dizer que "sofremos" de uma predisposição ao encantamento pelo maravilhoso. Ou melhor, queremos "provas" da existência de Deus, da alma e assim por diante. Sabemos, no entanto, que os milagres são incapazes de evidenciar a realidade objetiva do Espírito ou de um *Sentido*, já que este se evidencia por si mesmo. Por exemplo, o Sentido e o Espírito de Buda e Cristo estão presentes em nós e, algumas vezes, disto nos apercebemos sem a necessidade de quaisquer milagres. Estes, aliás, só impressionam a inteligência e a sensibilidade daqueles incapazes de captar o Sentido em si mesmo. Os milagres seriam, segundo Jung, "meros sucedâneos de uma realidade do espírito que não foi compreendida." É importante assinalar que nem Jung, nem nós negamos que a manifestação vital do Espírito vem, muitas vezes, acompanhada de fenômenos físicos extraordinários. Mas, estes últimos não podem substituir, e muito menos produzir, o conhecimento do Espírito.

Essa mesma tradição budista, a que me referi no começo desta carta, conta que Bankei pregava a seus discípulos, quando foi interrompido por um religioso de outra seita, que acreditava no poder dos milagres e achava que a salvação vinha da repetição de palavras sagradas. Bankei perguntou o que ele tinha a falar. O religioso contou que o seu guru podia ficar numa margem do rio, com um pincel na mão, e escrever um nome sagrado num pedaço de papel que uma pessoa segurava na outra margem. E, virando-se para Bankei, perguntou: "Que milagres podes fazer?" Bankei respondeu: "Apenas um. Quando estou com fome, eu como, e quando estou com sede eu bebo."

Bankei procura fazer com que aquele homem entenda que ele era uma pessoa comum, sem poderes, sem truques. Ele não era um mago. Na realidade o ensinamento de Bankei vai encontrar desdobramentos na vida e nas palavras de Sócrates, quando

este diz — “Só sei que nada sei”; nas palavras de Jesus aos seus apóstolos: — “Quando vocês se conhecerem, então serão conhecidos, e compreenderão que são filhos do pai vivo. Mas se não se conhecem, então vivem na pobreza e são a pobreza.”²² Note que nos dois exemplos, a ênfase recai sobre o conhecimento.

Por que desejamos tanto o extraordinário? Por que as coisas comuns, aquilo que está nos acontecendo aqui e agora não merece a nossa atenção? Na realidade, temos verdadeiro horror a tudo o que passa a constituir nosso cotidiano. Se temos que explicar, por exemplo, o fracasso de uma relação, atribuímo-lo ao outro, à rotina, à falta de amor... Procuramos algo ou alguém que absorva ou subsuma a culpa. Em outras palavras, projetamos fora de nós, em gestos, palavras e atos o que na perspectiva de uma ética racional é um paradoxo absolutamente insolúvel: o desejo, onde vem se articular a pulsão de morte, ou o anseio do homem a aniquilar-se para se inscrever na plenitude do Ser. O pecado, a culpa, a castração, a sublimação são aspectos dessa inscrição paradoxal do homem na vida.

O mito do herói, através de todas as culturas nos repete essa inscrição oculta: o homem aspira à catástrofe (*katastrophé*) na mesma medida de seu desejo por eternidade. Mas, isso tudo se passa no inconsciente. Ansiamos pelo reconhecimento, queremos muito ser alguém e ser amados: dessa forma o desejo torna-se manifesto. No entanto, a apropriação que dele fazemos é metonímica, ou seja, só o reconhecemos pela ordem da relação de objeto. Explico: como o homem (é aquele que) *não sabe*, ele está tragicamente destinado a deslocar o que ele imagina ser o seu desejo na direção de uma profissão, da conquista de riqueza e poder, da política, do casamento, e outros ainda da religião e, pasme, da ascese.

Soa como um contra-senso colocar os ascetas ao lado dessa humanidade tão comum; logo eles que buscam tão sinceramente controlar os desejos, as necessidades do corpo, a dor, em outras palavras, dominar pela vontade o que sempre apareceu como o grande vilão em todas as grandes tradições filosóficas e religiosas: o corpo. Os ascetas matam o sexo, destroem o amor, reprimem a raiva, suprimem a fome e as sensações do corpo. Como conseguem isso? — Lutando. Os ascetas lutam consigo mesmos no sentido de ter autodomínio (*enkratéia*). Eles nos aparecem como pessoas realmente extraordinárias, superiores aos comuns mortais. Mas, pensando bem, eles escolheram apenas uma frente de batalha. Os demais, ou seja a humanidade, estão no mundo competindo, lutando consigo mesmos, empenhados numa guerra de muitos *fronts*. Em ambos os casos, estamos diante de um expediente verborrágico equi-

valente aos exercícios retóricos dos sofistas gregos, onde o que está em jogo é a feira das vaidades e não a verdade ou a sabedoria.

O que até aqui quis dizer é que os aspectos básicos da psique são paradoxais. O homem só pode falar, agir permanecendo na zona do "ele não sabia". Freud, afinal, encontrou sua figura fundamental na tragédia de Édipo, porque "ele não sabia" que tinha matado seu pai e dormia com a mãe. A partir do momento em que o herói "sabe" ele realiza o primeiro gesto consciente de sua vida: cega-se. Com esse gesto, Édipo não subsumiu qualquer culpa. O herói trágico quer, mais que tudo, acertar; ele é um homem virtuoso e assim deseja permanecer. Cegar-se significa libertar-se de sua verdadeira cegueira, que ele agora reconhece ser gerida pela razão. Através do Édipo, a cultura grega coloca em cheque uma de suas metáforas nucleares: a visão conotando a luz da vida e esta, por sua vez, o conhecimento e a razão. Em verdade, é depois de cego que Édipo alcança a sabedoria, ou seja, torna-se um Iluminado. O gesto de Édipo cegando-se tem, portanto, simbolicamente, a dimensão sacrificial-mística de despojar-se da arrogância do ego. Um outro gesto, inscrito na tradição cristã do século XIII, iguala-se a este: o jovem Francisco que, em frente à catedral de Assis e diante de todos que saíam da missa, despiu-se de suas vestes e saiu para fora dos muros da cidade em busca desse encontro consigo mesmo e com Deus. A radicalidade que reconhecemos presente na ação do herói trágico está presente na vida de homens e mulheres que escolheram o caminho de volta à origem — Deus.

Cato amigo, você percebeu que em lugar de falar de credos, falei um pouco acerca da sabedoria, que é a verdadeira luz do mundo. Todo o sofrimento, todas as guerras, todo o mal têm apenas uma origem: a ignorância (*amathia*). Só o tolo precisa ser tutelado pela crença. Deus, o homem e o Espírito Santo são um: esse é o mistério da Trindade. Mas, para penetrar nesse mistério só existe uma porta: a sabedoria. O homem precisa experimentar aquela verdade profetizada por Jung: "Eu não acredito em Deus. Eu sei Deus."

Enquanto a religião for para o praticante uma questão de credo, ou seja, de crença estaremos muito longe da Paz, porque "sejam quais forem as boas intenções dos crentes, a história sangrenta dos conflitos religiosos fornece pou-

cas ou nenhuma prova a favor das religiões organizadas como defensoras de padrões universais de moralidade humana." Embora a vasta maioria dos cristãos de hoje, por exemplo, sinta aversão pelo conflito religioso e deplora que a Igreja, no passado, tenha estado envolvida na tortura, no assassinio e genocídio, o mundo contemporâneo continua assistindo o desenrolar dessa triste história de fanatismo religioso.

A religião fundamenta-se na revelação e na sabedoria recebida. O crente proclama um estado de espírito onde lemos: "eu sei, e os que não concordam com a minha fé estão errados e condenados, no mínimo, à danação!" Ora, é, no mínimo, desagradável que apenas aqueles adeptos sejam os Escolhidos, contra todo o resto da humanidade. O que desconcerta é que cada um e todos os credos se dizem verdadeiros. E a história atesta que ninguém suporta menos a alteridade do que um crente. É irônico que as religiões exaltem a compaixão, o amor, a paz, a humildade e que o resultado prático seja quase sempre o ódio, a guerra, a arrogância caracterizando o percurso das grandes organizações religiosas no mundo.

Estaria eu, agora, comparando o crente ao sábio? Posso assegurar que nada está mais distante e, a distância que separa um e outro é a consciência de equanimidade da vida e sentimento de União (contudo e todos) que acompanha o sábio. Pelo sábio não fala um ego. Ele pode usar o pronome na primeira pessoa, porque na fala, assim como na ordem inconsciente, não há como escapar às leis da linguagem. O saber de um mestre não é ensinável, ou coisa que possa ser transmitida a outrem pelo *logos*, fato esse que nos distancia da arrogância intelectual. Volto a lembrar: o Mestre sabe que não sabe e, na realidade, não deseja mais o conhecimento como marca que o distingue no seu processo de individuação. Ele dissolveu a primeira e última instância da busca: o ego.

Os discípulos que, ao longo dos tempos, conviveram com esses homens e mulheres sábios não receberam deles ensinamentos, no sentido didático. Sidarta, Jesus convidaram alguns para seguir-lhes os passos e, com isso, mostrar-lhes que um Buda, um Iluminado é, antes de mais nada, um homem que vive o extraordinário numa vida ordinária. O espiritual não está longe do corpo; o

estranho está no familiar; o desconhecido, no conhecido; o distante, no próximo, e assim por diante. No Evangelho de Tomé 29 encontramos essa parábola de Jesus: “Se a carne foi criada por causa do espírito, isto é uma maravilha, mas se o espírito foi criado por causa do corpo, isto é maravilha das maravilhas. No entanto, maravilha-me como essa grande riqueza veio a estar nesta pobreza.”

A biblioteca de Babel é infinita. Tudo ainda está por ser escrito.

Notas

1. Respostas a Jó, “Ao leitor benévolo”
2. Evangelho de Tomé, Prólogo3.

O BRASIL NO *CLARÍN*

Um olhar argentino sobre uma crise brasileira*

Aloisio Alves Filho

¿Cuál es el Brasil verdadero? El que dio una lección de civismo y destituyó constitucionalmente un presidente acusado de ladrón? O el que confirmó la truculencia de su policía militar con la masacre de la cárcel de Carandiru, en San Pablo, la ciudad más poblada de América Latina?

¿ (...) En qué momento el Brasil cordial se convirtió en el Brasil temido? (*Clarín*: 10/10:16).

Introdução

O propósito do artigo é o de estudar como o Brasil é noticiada pela imprensa argentina. A pesquisa foi feita no jornal o *Clarín*, de Buenos Aires, tendo sido consultadas todas as edições publicadas pelo diário no ano de 1992.

Antes de completar a primeira semana do mês de janeiro, o *Clarín* publica uma longa matéria intitulada "¿Adónde va el Brasil?". Após rápidas considerações sobre a espiral inflacionária vivida pelo país – "la inflación de noviembre pasado trepó al 26 por ciento" –, o jornal entrevista dois renomados economistas que têm pontos de vista opostos quanto aos caminhos que devam ser trilhados para tirar o principal sócio da Argentina no Mercosul do fundo do poço: o deputado do PDS, Roberto Campos, e o vice-presidente do PT, Aloisio Mercadante.

Há uma foto ilustrando a matéria onde se vê crianças que, cabisbaixas, parecem caminhar sem rumo em meio a um lodaçal. No crédito da fotografia está escrito: "Una imagen atemporal, desamparo de las mayorías, una niñez que sobrevive como puede" (*Clarín*:5/1:6).

Como um todo, é tendo por referencial a "imagem atemporal" citada no quinto dia do ano que o "Clarín" descreve o cotidiano do maior país da América Latina. País

que é apresentado, em 1992, como envolto em três grandes crises estruturais que se entrecruzam: a crise social, a crise econômica e a crise política.

1. A crise social

Violência urbana e denúncias internacionais de violações de direitos humanos, surto de doenças contagiosas, menores ao desabrigo, crianças assassinadas em vias públicas, populações famintas saqueando supermercados, presos fuzilados em massa por força policial, marginalidade crescente, corrupção em larga escala, alto grau de indiferença das chamadas “elites” pelo destino das populações pobres, são alguns dos principais temas abordados nas muitas matérias que o *Clarín* publica em 1992, tendo por eixo, a organizá-las, a configuração da crise social brasileira.

Em notícia referente ao carnaval, o *Clarín* comenta que visitantes fugiram do Rio de Janeiro, pois, “la violencia y el descontrol, como marca la tradición”, foi acrescido por espectros modernos que rondam a cidade: o cólera e a Aids – “que dejaron como saldo una baja de 50 por ciento en la afluencia de turistas, con respecto al año anterior” (*Clarín*: 2/3:31).

O jornal publica dados que indicam o elevado número de pessoas que, no Brasil, estão contaminadas com Aids – “se calcula que actualmente hay 700 mil portadores del virus, la mayoría de los cuales desconoce esa situación” (*Clarín*: 8/3:31) – ou com cólera “3.394 casos, com 53 muertes”, desde abril do ano passado. Ainda sobre cólera, o jornal informa, na mesma matéria, que “las 48 playas del estado de Pernambuco, en el nordeste, fueron cerradas ayer porque las autoridades consideran que el mar está contaminado y propagando el cólera en la región” (*Clarín*: 14/3:25).

Casos de crianças que, atingidas pelo abandono e a miséria, tornam-se delinquentes, são objeto de pequenas notas publicadas em diferentes seções do jornal. Estas notas têm em comum a forte conotação de denúncia à indiferença social e ao descaso oficial. Reproduzimos a seguinte:

En menos de seis meses, nueve adultos fueron asesinados por chicos de la calle en San Pablo. Las medidas tomadas por la policía para identificarlos y neutralizarlos provocaron las protestas de 38 asociaciones de Derechos Humanos. Por algunas de estas muertes fueron arrestados cuatro chicos (dos de ellos hermanos) que van de 12 a 16 años (*Clarín*: 13/3:38).

Em outubro, o *Clarín* informa que 525 crianças fugiram da Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM), em Tatuapé, na zona oeste de São Paulo. Crianças que, cheirando cola de sapateiro e assaltando transeuntes, perambulam pelo centro da capital paulista “tras haber incendiado la penitenciaría en protesta por las pésimas condiciones de vida”. A matéria é ilustrada pela foto de uma criança que o jornal observa ter 8 anos de idade. Em uma das mãos porta um cigarro e na outra, uma chupeta. No crédito da fotografia, lê-se: “El chiquito que alterna el chupete com el cigarrillo, es toda una imagen de una realidad: 7 millones de ‘meninos’ viven en las calles del Brasil” (*Clarín*; 31/10:37).

Ainda a respeito de menores, o *Clarín* diversas vezes informa sobre a grande quantidade destes que, vitimados pela miséria dos pais, ausência de políticas públicas e indiferença social quanto às suas sortes, são assassinados nas cidades brasileiras.

El representante en el Brasil del Fondo de las Naciones Unidas para la infancia (UNICEF), Agop Kayayan, afirmó ayer que ‘la violencia contra los niños en el Brasil se ha vuelto una banalidad. La sociedad brasileña ya no se indigna con los asesinatos de menores que ocurren a tres por día’ (*Clarín*; 21/4:29).

Entre os meses de julho e setembro, o *Clarín* publica várias matérias contendo denúncia – posteriormente desmentida – que no Estado do Paraná teria ocorrido assassinato de criança em rito definido como de “magia negra”. Talvez, um dos motivos que tenha levado o *Clarín* a tratar a questão em longas matérias e com frequência deva-se a que entre os principais acusados, presos pela polícia, encontrava-se um argentino que, juntamente com uma brasileira, era responsável pela “seita”. O “macabro” assunto – igualmente objeto de farto noticiário na imprensa brasileira – deu margem a que o *Clarín* aprofundasse informações sobre o assassinato de menores no Brasil. Sobre a questão, na “janela” de matéria intitulada “Investigan si otros chicos fueron muertos em ritos de magia negra”, divulga dados obtidos em pesquisa realizada pelo Juizado de Menores do Rio de Janeiro, “ante una serie de denuncias internacionales”.

El resultado de la investigación sorprendió, incluso, a 'Amnesty International', que había denunciado la matanza de 139 chicos en los trece municipios de Río, durante los seis primeros meses de 1991 (...) La conclusión final de la investigación es que en los últimos doce meses en Río de Janeiro se mataran a 371 menores en solo cuatro municipios.

Na mesma matéria, o *Clarín* publica parecer de Siro Darlan, Juiz de Menores do Estado do Rio de Janeiro, que, segundo o jornal, afirmou tratar-se "de una campaña de exterminio contra los pobres". O juiz de menores declarou também, que "um país que mata a sus niños no merece el respecto internacional" (*Clarín*: 18/7:34).

"Queremos comida" e "tenemos hambre", segundo o *Clarín*, eram estes os gritos que partiam do interior dos vários grupos constituídos por cerca de 50 pessoas – "hombres, mujeres e niños provenientes de las favelas de la zona norte de Río" – que, entre 7 de abril e 6 de maio, invadiram e saquearam 23 supermercados localizados em subúrbios da chamada cidade maravilhosa (*Clarín*: 7/5:42).

Nas edições de 8 e 11 de maio, o jornal argentino volta a noticiar a ocorrência de novos saques em supermercados cariocas. Esta questão é também tratada, sempre em matérias longas, nas edições de 10, 13, 16 e 17 do mesmo mês. Neste conjunto de matérias, o *Clarín*, ao divulgar pontos de vista emitidos, entre outros, por associação de comerciantes, pela polícia, por membro do alto clero, por jornalistas, políticos e cientistas sociais brasileiros, propicia acesso a diferentes versões sobre as razões dos saques ou a medidas propostas para evitar sua ainda maior proliferação. Os pareceres publicados compõem um painel que, no todo, além de caracterizar a extensão da crise social brasileira, contribui substantivamente para a construção de identidade negativa do "gigante industrial sudamericano" (*Clarín*: 3/1:26).

De acordo com o *Clarín*, a associação dos supermercados do Rio de Janeiro entende a questão dos saques como de "seguridad nacional" e, por este motivo, pede a intervenção do exército.

Los comerciantes cariocas exigieron hoy la inmediata intervención del ejército y advertieron que no se ha detenido la ola de saqueos a supermercados de Río de Janeiro a pesar del impresionante dispositivo policial desplegado en los últimos días (*Clarín*: 8/5:14).

Para a polícia, “las acciones podrían estar comandadas por bandos de narcotraficantes que tienen su cuartel general en las favelas” (*Clarín*: 8/5:14). O *Clarín* explicita que este ponto de vista repousa em três argumentos:

- Los establecimientos saqueados se hallan próximo a grupos carenciados considerados reductos de los narcotraficantes.
- Los delitos cometidos respondieron a un plan previo, es decir, no fueron producto de la improvisación o la desesperación.
- Gran parte de la mercadería robada no son artículos de primera necesidad – whisky, shampoo y productos de perfumería, por ejemplo” (*Clarín*: 7/5:42).

Sondado pelo telefone, o jornalista Paulo Ceceu, do *Jornal do Brasil*, fornece a seguinte explicação ao *Clarín*:

Hemos consultado a varios cientistas sociales de Rio y la mayoría concidió en que la miseria se extiende por todo el país mientras que los saqueos se localizan solo en la capital carioca. Esto hace presuponer que se trataría de un fenómeno más complejo que el del estallido social (*Clarín*: 7/5:42).

O *Clarín* também abre espaço para o Monsenhor Evaristo Arns, um dos mais altos dignatários da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil. O cardeal Arns enfoca a questão por ângulo diametralmente distinto de qualquer um dos anteriores citados, na medida que relaciona a ocorrência dos “saques” ao “modelo econômico” posto em curso.

El cardenal brasileño Paulo Evaristo Arns, arzobispo de San Pablo, instó hoy el episcopado latinoamericano a recuperar ‘la opción preferencial por los pobres’ y subrayó que tanto los saqueos en los supermercados de Rio de Janeiro como el estallido social de Los Angeles¹ son la evidencia de que el neoliberalismo ha fracasado (*Clarín*: 13/5:33).

Entre outras proeminências que, sobre o assunto, têm o parecer divulgado pelo jornal, estão: o sociólogo Luiz Jorge Werneck Vianna, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o general João Baptista de Figueiredo, ex-presidente da República do Brasil (1980/1985); Hélio Jaguaribe, cientista político e à época Ministro de Ciência e Tecnologia do governo Collor de Melo; e Leonel de Moura Brizola, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Em linha de reflexão próxima à do Cardeal Arns, Werneck Vianna observa que "existe un Los Angeles entre nosotros, a punto de estallar" (*Clarín*: 8/5:14). O general Figueiredo comenta que "el país vive al borde del caos social". Pondera que "el pueblo aguanta todo, menos ver a sus hijos sufrir hambre". Com base em sua experiência militar, informa que "si diez por ciento de los 350.000 habitantes de la Rocinha decide asaltar el comercio de una vecina y elegante zona sur, no habrá ejército brasileño, ni policía, que lo detenga". O General Figueiredo acrescentou: "no veo perspectivas para el Brasil, a no ser una ruptura muy fuerte que remueva totalmente las estructuras del país". Tendo em mente a gravidade da situação brasileira, o general dá um conselho: "rezar" (*Clarín*: 10/5:29). O Ministro da Ciência e Tecnologia vê os saques como "simple robo organizado por un grupo que moviliza a la gente pobre". Entretanto, adverte: "si el aumento de la inflación supera los niveles de reajuste de los salarios podría generarse una explosión social" (*Clarín*: 17/5:34). O Governador Leonel Brizola descarta qualquer possibilidade de comparação entre os saques no Rio de Janeiro e os de Los Angeles. Reconhece que "la pobreza, la recesión y el desempleo que azotan el Brasil es un aliciente para estos delitos", e atribuiu os saques a "un movimiento planeado contra la ciudad para desprestigiar su administración" (*Clarín*: 7/5:42).

Entretanto, os saques não ficam restritos ao Rio de Janeiro. Em 18 de maio, o *Clarín* informa que também em São Paulo, "unas cuarenta personas armadas com palos y piedras", saquearam o comércio.

La ola de saqueos de supermercados que hace unas semanas sacudió a Rio de Janeiro se trasladó hoy a San Pablo, confirmó la policía, al admitir que dos comercios de esa ciudad fueron tomados por asalto en el fin de semana (*Clarín*: 18/5:33).

Na matéria informativa sobre os saques em São Paulo, com base em noticiário recebido de agências internacionais, o jornal conclui de forma incisiva:

En la mayoría de los casos anteriores producidos en Rio, y aunque las autoridades insisten en que se trata de atos organizados por bandas de delincuentes y narcotraficantes, los arrestados resultaron ser mujeres y niños habitantes de las favelas, los barrios pobres (*Clarín*: 18/5:33).

Em outubro, São Paulo volta a ocupar manchetes do *Clarín*, desta feita, ao noticiar a violência policial ocorrida no que ficou conhecido como “o massacre no presídio do Carandiru”.

Según la versión oficial, conocida recién ayer, el batallón antimotines fue llamado a reprimir, a las 5 de la tarde del viernes, una pelea entre mafias internas que se había extendido entre los más de dos mil internos de pabellón nueve del penal. (...) Los policías fueron recibidos a tiros en medio de la obscuridad general y reaccionaron en defensa propia, de acuerdo con la información de las autoridades carcelarias (*Clarín*: 5/10:28).

A “versão oficial”, baseada na legítima defesa, foi de imediato posta em questão. No “calor da hora”, não havia consenso quanto ao número de vítimas. O capelão do presídio refere-se a 246 mortos (*Clarín*: 7/10:41), a versão oficial refere-se a “111 muertos y 130 heridos” (*Clarín*: 5/10:28). Dois dias após os acontecimentos, o *Clarín* noticia que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que iniciara investigação própria, “condenó la violencia institucional de un estado delincuente” (*Clarín*: 5/10:28). O jornal menciona outras condenações, como a de “sobreviventes”, de seus parentes, da Igreja Católica, e de organizações de defesa dos direitos humanos. Observa também que o ministro da justiça em exercício, e ex-presidente da OAB, “anunció, además, que exigirá del gobierno de San Pablo una investigación rápida sobre las responsabilidades de la masacre, y la condena a todos los culpables” (*Clarín*: 7/10:41).

Depoimentos publicados no *Clarín* configuram uma situação onde não há o menor respeito pela dignidade humana e mesmo pelo direito de viver. A conclusão que a leitura dos depoimentos leva é que, no Carandiru, pessoas foram exterminadas em massa, sem que existisse uma razão (por mais absurda que fosse) que pudessem explicar o acontecido.

Mi hijo, que se escapó escondiéndose bajo una pila de cadáveres, me dijo que la mayoría de los detenidos fueron muertos ametrallados y que otros, que se entregaron, fueron ejecutados con un balazo en la cabeza, aseguró una mujer que no dio su nombre (*Clarín*: 5/10:28).

La carta escrita por los reclusos en una servilleta de papel fue reproducida hoy por la agencia Associated Press en uno de sus despachos. El texto

dice: Luego de la masacre ordenaron a varios prisioneros quitarse la ropa y los alinearón contra una pared con las manos en la nuca. Empezaron entonces a dispararles con metralletas mientras los hombres rogaban por sus vidas. (...) La policía obligó a otro grupo de prisioneros desnudos a tirarse al suelo boca abajo. Luego les disparaban en la cabeza, uno a uno (*Clarín*: 5/10:28).

Un carioca de 25 anos, Reginaldo, preso por asaltar un departamento, realizó el siguiente relato: No teníamos rehenes, no teníamos revólveres, nuestras armas eran estiletes y pedazos de palo, que existen en cualquier cárcel y nadie negoció para acabar con nuestra pelca. Los militares entraron tirando a mansalva con ametralladoras contra quienes estaban en las celdas rezando o con las manos sobre la cabeza. Los presos pasaban desnudos y ellos lanzaban los perros. Arrancaban pedazos de cuerpo, arrancaban órganos genitales, y en los corredores, ellos mataban a cuchilladas o a palazos a los que aún estaban vivos (*Clarín*: 7/10:43).

Em 11 de outubro, o *Clarín* divulga a síntese do documento elaborado por três magistrados sobre o “massacre do Carandiru”:

El primer informe judicial sobre la muerte de 111 presos de la Casa de Detención de San Pablo, durante un operativo policial, concluye que la policía no quiso negociar la rendición de los amotinados y que ellos no se encontraban armados, como sostiene la versión oficial (*Clarín*: 11/10:28).

Afora o massacre do Carandiru, a violência da polícia de São Paulo é objeto de outras considerações no *Clarín*. A respeito, a matéria que apresenta maior formalização de dados e de denúncias foi publicada em dezembro, e põe em relevo a ação da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), unidade de elite das forças públicas do Estado, “responsable de la mayoría de los crímenes de la policía”. Esta matéria tem por suporte o “manancial de idéias” e os índices estatísticos extraídos de duas fontes: o livro *Rota 66 – A Polícia que Mata*, do jornalista Caco Barcellos, e pesquisas realizadas pelo Centro de Violência da Universidade de São Paulo, dirigido pelo cientista social Paulo César Pinheiro (*Clarín*: 6/12:43).

La matanza de sospechosos se ha transformado en una práctica habitual en el Brasil (...) Las estadísticas indican que en San Pablo se registra el mayor índice de violencia policial en países democráticos de todo el mundo (...). En los primeros nueve meses de 1992 la policía militar del estado brasileño de San Pablo mató a 1264 civiles (...). Es como si la policía, dicen los especialistas en un informe reciente de la universidad paulista, aplicara la pena de muerte por su cuenta (...). En 1991, el 71 por ciento de las víctimas de la violencia policial fueron pobres entre los 15 y los 25 años, a quien la policía describe como marginales o bandidos" (*Clarín*: 6/12:43) (GN).

Sobre o assunto, o *Clarín* ainda destaca que, segundo o livro-reportagem de Caco Barcellos, das 4.170 pessoas mortas nas duas últimas décadas pela ROTA, "57 por ciento de las víctimas no tenía antecedentes policiales". O jornal também atenta para a aprovação de parte considerável da população de São Paulo ao "massacre do Carandiru", ao comentar que, "una encuesta realizada poco después de la matanza en la cárcel indica que el 41% está de acuerdo com la acción policial". Faz menção a recentes linchamentos na Bahia e a existência de "esquadrões da morte" no Rio de Janeiro, "que, contratados por los comerciantes, son responsables de la mayoría de los chicos de la calle asesinados em 1990" (*Clarín*: 6/12:43).

Algumas das outras notícias publicadas no *Clarín*, compondo o quadro de referências que no jornal configuram a crise social brasileira, dizem respeito a: tráfico de cocaína, seqüestros, jogo clandestino, espancamento de mulheres – 84 por minuto (*Clarín*: 6/12:43) -, esterilização de mulheres – quase 50% (*Clarín*: 14/12:43) -, arrastão na praia de Copacabana, e assassinatos – 14 por dia, no Rio de Janeiro (*Clarín*: 14/5:53).

Em função da importância do Brasil na América do Sul, e pelo grande intercâmbio e volume de negócios que mantém com a Argentina, é natural que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, centros culturais e capitais de estados industrializados, dêem ensejo a elevado número de matérias no *Clarín*. O notável é que a quase totalidade das notícias sobre o cotidiano destas cidades seja de caráter muito negativo, enfaticamente voltadas para formas de degradação humana. Em decorrência, Rio de Janeiro e São Paulo constituem-se, nas páginas do *Clarín*, nos principais indicadores da crise social brasileira.

2. A crise econômica

Salários em baixa, aumento da pobreza e da desocupação, inflação mensal acima de 20 por cento e uma imensa dívida externa, são apresentados no *Clarín* como os principais indicadores do quadro fortemente recessivo que descreve como típico da economia brasileira em 1992.

Similar quadro recessivo é também visto como característico do país no ano findo. Em janeiro, o *Clarín* oferece um rápido balanço da economia brasileira em 1991. Ao comparar a taxa de crescimento do Brasil com a de outros países, inclusive a Argentina, deixa patente que o Brasil estava perdendo terreno na América Latina.

Brasil finalizó 1991 con una tasa de inflación de 460 por ciento, un crecimiento económico de solo el 0,5 por ciento y pronóstico cero para 1992. La tasa de crecimiento de Venezuela, Chile, México y la Argentina del último año promedió el 5 por ciento, lo cual demuestra que el gigante industrial sudamericano ha quedado a la zaga del resto del continente en muchas áreas (*Clarín*: 3/1:26).

Ainda em janeiro, o *Clarín* dá curso a outras informações que indicam a gravidade da crise econômica no Brasil. No dia 14, comenta que “el agravamiento de la recesión brasileña elevará este mes a 1.500.000 los brasileños desempleados en las industrias del Gran San Pablo” (*Clarín*: 14/1:22). Em 27, comenta que o Brasil, pela primeira vez em 25 anos, tem uma taxa de câmbio anômala, “el dólar oficial se vende a un precio mejor que el dólar paralelo o negro” (*Clarín*: 27/1:14). Dois dias depois, comenta que políticos, empresários e sindicalistas começaram a discutir em São Paulo “un programa de emergencia para enfrentar los efectos de la recesión que paraliza la economía do país” (*Clarín*: 29/1:26).

No mês seguinte, informa sobre greve dos trabalhadores paulistas em protesto contra o desemprego e a instabilidade do mercado de trabalho.

Los 500.000 trabajadores metalúrgicos de San Pablo y de los municipios vecinos de Osasco y Guarulhos iniciarán mañana, miércoles, una huelga por tiempo indeterminado, en protesta contra los despidos y en demanda por estabilidad en el empleo por seis meses” (*Clarín*: 12/2:22).

Antes de findar fevereiro, noticia sobre um novo *record* batido em São Paulo: o de falências.

Los pedidos de quiebra batieron en febrero su record histórico de los últimos 32 años en la ciudad de San Pablo, al sumar 866 casos hasta el jueves, indicó hoy viernes la Asociación Comercial de San Pablo (...). La tendencia es de aumento de las quiebras debido a las tasas de interés, caída de las ventas y recesión, indicó el asesor económico de la Asociación Comercial de San Pablo" (*Clarín*: 29/2:21).

Em março, *Clarín* sintetiza da seguinte forma a situação econômica em que se encontrava o país:

El presidente brasileño, Fernando Collor de Melo, completa hoy, domingo, dos años de mandato al frente de un país muy diferente del que prometió a sus electores. La inflación, que havia jurado liquidar de un solo tiro, está dispatada a una tasa de 24% mensual, la producción industrial en caída alarmante con una expansión formidable de la pobreza entre la inmensa mayoría de los 146 millones de habitantes que hay en el país (*Clarín*: 15/3:32).

Tendo em vista o quadro recessivo que configura, já no primeiro trimestre do ano, o jornal mostra-se descrente quanto à possibilidade de rápida recuperação da economia brasileira. Esta descrença é claramente expressa ao considerar como "quase inverossímil" que o país consiga cumprir os compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris.

El planalto asumió el mes pasado el compromiso de disminuir la inflación hasta un 250 por ciento anual, objetivo casi inverosímil si se tiene en cuenta que sólo en los dos primeros meses de 1992, la inflación superó el 50 por ciento (*Clarín*: 15/3:32).

Em diversas matérias sobre "saques em supermercados", publicadas em maio, o *Clarín* estabelece constantes relações entre a "crise social" e a "crise econômica". Como núcleo central, estabelece a seguinte:

La amenaza de una generalización de ese tipo de violencia social se produce en un marco de inquietud generado por la recesión económica y una elevada tasa inflacionaria (*Clarín*: 18/5:33).

Em outra matéria, igualmente a respeito de “saques em supermercados”, estabelece relação entre as medidas antiinflacionárias postas em curso pelo governo, a queda do poder aquisitivo das populações de baixa renda e o alto índice de desemprego – dito “alarmante”.

... la creciente pobreza generalizada mantiene una amenaza latente de caos social (...) Las estrictas medidas antiinflacionarias adoptadas por el gobierno Collor trajeron aparejada la peor recesión que recuerde el Brasil en los últimos cuarenta años (...) A la par de un crecimiento alarmante a razón de un 20 por ciento mensual, y el valor real de un salario mínimo (lo que quiere decir el nivel de ingresos de una cuarta parte de la población) ha bajado a menos de 50 dólares mensuales (*Clarín*: 11/5:29).

Também em matéria sobre saques, publicada em 18 de maio, o *Clarín* volta a referir-se à “creciente pauperización del pueblo brasileño”, qualifica de “duro” e “fortemente recessivo” o plano de combate à inflação de Marcílio Marques Moreira, Ministro da Fazenda, chama atenção para inquietações na caserna em função dos soldos aquém das necessidades, e fornece um conjunto de dados estatísticos que apontam para a cada vez maior agudização da crise econômica.

En el año de gestión del ministro Marques Moreira un millón de trabajadores quedaron sin empleo. En marzo, el mayor polo industrial de Brasil, San Pablo, la tasa de desempleo alcanzó su nivel más alto desde 1984: 14,6 por ciento. Según cifras oficiales que valen también para San Pablo, en el primer año del gobierno de Collor el salario real cayó 14 por ciento y en el segundo año un 14,6 (*Clarín*: 18/5:32).

Outras notícias sobre a crise econômica brasileira, tratadas com destaque no *Clarín*, dizem respeito as negociações da dívida externa e a adoção de medidas governamentais visando minimizar o impacto desta sobre os cofres públicos. O jornal informa ser o Brasil “el mayor deudor bancario de los países en vías de desarrollo” (*Clarín*: 22/

4:33), e frequentemente menciona como montante da dívida externa brasileira "118.000 millones de dólares (*Clarín*: 28/2:10 e 22/4:33).

O *Clarín* publica parcas e setorialmente localizadas notícias alvissareiras sobre a indústria nacional, como por exemplo: o fato do Brasil ser "el mayor fabricante de omnibus del mundo" (*Clarín*: 4/5:18) e o *record* exportador que o país bateu no mês de maio, deixando saldo na balança comercial de aproximadamente "1.500 millones de dólares" (*Clarín*: 24/6:28). Entretanto, domina no jornal argentino, desde o primeiro mês do ano, a descrença de que o "país arcaico" (*Clarín*: 31/1:16 e 10/10:16), possa debelar a crise econômica e a social a prazo previsível.

3. A crise política

Corrupção e a falta de credibilidade no governo de Fernando Collor de Melo dão a tônica do noticiário sobre a crise política vivida pelo Brasil em 1992. Denúncias de corrupção envolvendo ministros de Collor ou a primeira dama do país estão presentes no *Clarín* desde o princípio do ano. Em fevereiro, o jornal publica matéria contendo muitos dados a esse respeito. Em março, informa que a Igreja Católica lançou uma campanha contra a corrupção. "Cuando pienso en estas cosas, la corrupción de los hombres públicos, siento vergüenza de ser brasileño, afirmó el arzobispo de San Luis, Paulo Pontes" (*Clarín*: 9/3:27).

A partir da publicação no *Clarín* das denúncias de corrupção feitas por Pedro Collor de Melo, no mês de maio, o próprio presidente da República, e não apenas seus ministros, ver-se-ia cada vez mais envolto por novas e graves denúncias de corrupção, acompanhadas por clima de crescente oposição que acabaria por inviabilizar o seu governo. Concomitante à intensificação da crise política, a cobertura sobre o assunto foi ocupando maior espaço no jornal portenho, tornando-se diária.

En una entrevista publicada este domingo por la prestigiosa revista 'Veja' el explosivo Pedro Collor dijo que en años pasados su hermano Fernando lo indujo a consumir cocaína, al tiempo que ratificó sus denuncias sobre enriquecimiento ilícito que el mandatario estaría cometiendo a través de su ex tesorero de campaña, Paulo César Farias (*Clarín*: 25/5:18).

Según el menor de los Collor, Farias (conocido también por sus iniciales PC), sin ocupar ningún cargo público, tenía hombres claves para practicar tráfico de influencias en ministerios de abultados presupuestos como Economía, Infraestructura, Salud y Educación. (...) Fernando sabía que PC actuaba en nombre de él. Farias decía: El 70 por ciento es para el jefe y el 30 por ciento para mí (*Clarín*: 28/5:28).

Na matéria acima citada, o jornal também informa que o Congresso Nacional aprovou a formação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção contra o empresário Paulo César Farias, e não contra o presidente, como cogitavam os partidos oposicionistas.

En medio de esta crisis política el Congreso aprobó la formación de una CPI que investigue las denuncias. La comisión, formada por 11 diputados y 11 senadores, centrará su investigación en el empresario y, no, como se propuso en un primer momento, sobre el presidente (*Clarín*: 28/5:28).

No mês de junho, valendo-se de informações indicadas como recebidas de agências internacionais, acrescidas de editoriais, artigos escritos pelo corpo de redatores do jornal ou por colaboradores, o *Clarín* foi configurando o dia a dia da “agonia” do governo Collor, pondo em evidência os mesmos acontecimentos destacados pela imprensa brasileira, citada amiúde. As matérias são enriquecidas pela publicação de frases, pareceres e depoimentos de muitos brasileiros (profissionais da política, autoridades civis e militares, sindicalistas, etc).

Em junho, o jornal amplia o universo de informações sobre as denúncias já divulgadas no mês anterior, e dá a conhecer novas, que surgiram. A de maior impacto, feita por motorista que prestava serviços à presidência.

Francisco Eriberto Preire, chofer de la secretaria personal de Collor, Ana Acioli, reveló a ‘ISTO É’ que en varias ocasiones pagó gastos de la mansión presidencial y de la primera dama Rosane Collor, con dinero aportado por Paulo César Farias, el empresario acusado de tráfico de influencias y enriquecimiento ilícito (*Clarín*: 29/6:30).

Apontando, veladamente, para o nível de deterioração das instituições políticas brasileiras, o *Clarín* indica forma de corrupção que, embora publicamente anunciada, não seria objeto de preocupação por parte dos poderes de Estado.

Varios empresarios brasileños solicitaron una amnistía que los proteja de ir a la cárcel para atestiguar, sin temor, en los casos de corrupción en el gobierno denunciados por Pedro Collor (...). Los empresarios, sin embargo, quieren que se les garantice inmunidad criminal e tributaria para presentar las pruebas debido a que sus propios testimonios los desenmascaron como coautores del delito de corrupción por haber pagado sobornos (*Clarín*: 6/6:25).

Segundo a mesma matéria, o Procurador-Geral da República tranqüilizou os empresários que se oferecerem para depor, ao assegurar: “quienes testimonien sobre las irregularidades no podrán ser sancionados por el Congreso porque el Poder Legislativo solo tiene jurisdicción sobre funcionarios públicos” (*Clarín*: 6/6:25).

O *Clarín* publica várias matérias indicando a existência de corrupção, não apenas a empresarial e a governamental, mas envolvendo outras instituições, como no exemplo que se segue.

“Los comandantes de la policía militar de la ciudad brasileña de Rio de Janeiro son débiles, omisos y corruptos, reconocen sus propios subordinados al ser interrogados por la empresa ‘Infoglobo’, según una encuesta hecha pública hoy, domingo (*Clarín*: 29/6:30).

Em julho, ao lado de informações sobre a “crise política” recebidas das agências internacionais, o *Clarín* passa a contar com matérias redigidas em Brasília pela jornalista Telma Luzzani, “enviada especial”. De julho em diante parte do noticiário a respeito da “crise” ganha tom coloquial, tipificado por um “olhar diretamente argentino” sobre o que se passa nas esferas do poder nacional.

A matéria de maior dimensão que a correspondente envia – “La caldera del diablo” – foi manchete da capa do suplemento dominical Segunda Sección e ocupa cinco páginas, incluindo texto e fotos do presidente da República e de seus familiares. Para localizar as raízes de “un escándalo que mezcla corrupción, amor, dinero y poder”, a

jornalista comenta as relações conflituosas na família Collor e as lutas pelo controle da mídia na “República das Alagoas”.

Na chamada de primeira página para a matéria “La caldera del diablo”, o *Clarín* refere-se ao “Collorgate” como “show del escándalo”, “teletatro maldito”, e define o Brasil como “un país enfermo de subdesarrollo, miseria e muerte” (*Clarín*: 5/7:1).

Entre as outras matérias da “enviada especial”, publicadas no mês de julho, vale ainda ressaltar uma indicativa de que, na avaliação que faz, a corrupção política e empresarial no Brasil ultrapassava em muito os limites da que estava sendo objeto de debates acirrados ou investigada na CPI. Em “Corruptos e testaferros”, a jornalista observa:

El financiamiento de las campañas electorales y la práctica de la corrupción en Brasil no tienen secretos ni para los más desprevenidos. Todo candidato a intendente, gobernador o presidente tiene su propio PC Farias (*Clarín*: 5/7:26).

Após comentar ser comum o uso de “cajás” por “financiadores” de campanhas eleitorais de ilustres políticos brasileiros, a correspondente do *Clarín* observa sobre confissão pública de corrupção empresarial:

Mientras las denuncias sobre corrupción crecen hongos y apestan como cadáveres, el empresario Mario Amato, presidente de la poderosa Federación de Industrias de San Pablo (FIESP), confesó que la evasión de impuestos es casi una necesidad. Con tono filosófico, el multimillonario empresario paulista decidió (en un país donde, sobre 153 millones de habitantes, 53 millones viven por debajo del nivel de pobreza y 31 por ciento de los niños menores de 5 años sufren de inanismo grave) socializar la deshonestidad (*Clarín*: 5/7:26).

Em julho, o *Clarín* dedica um editorial a “Crisis en el Brasil”, classificando como “neoliberal” e como “política de modernización da economía” as medidas que, tendo à frente o Ministro Marcelo Marques Morcira, o governo implementava. Considera que, em função da crise política, a fórmula econômica “reduce su virtualidad al verse contaminada por las acusaciones delictuosas”. Define o Brasil como “un país atípico, por el abismo que separa a los niveles de ingreso entre sus habitantes”. Em seguida

observa que "los gobiernos posteriores al régimen militar del 64 no han logrado reducir ese bache, que por el contrario se ha profundizado al anadirse la recesión con inflación a todos los males anteriores" (*Clarín*: 3/7:16).

Os principais fatos novos sobre corrupção que receberam destaque no noticiário do diário argentino, no sétimo mês do ano, dizem respeito: a descoberta de que as obras vultosas realizadas na "Casa da Dinda" foram pagas por empresa de Paulo César Farias (*Clarín*: 11/7:24); e ao início das investigações parlamentares sobre o que foi batizado pela imprensa como "operação Uruguai" (*Clarín*: 29/7:34).

O *Clarín* também destaca, em julho, tanto o aglutinar de forças que se opõem à continuidade do Presidente da República, quanto as explicações apresentadas pelo próprio, em defesa de sua dignidade e mandato.

Entre as forças que se aglutinam contra Collor, o *Clarín* refere-se, em uma matéria, a partidos políticos "centroizquierda", cujos líderes – "con la única excepción de Leonel Brizola" – subscreveram documento exigindo que o parlamento investigue o presidente (*Clarín*: 2/7:28). Em outra, refere-se a "dos grandes diarios y la oposición de izquierda, que pedem a renúncia presidencial.

Renuncie ya, tituló en su primera página 'Folha de São Paulo' un editorial donde enfatiza que el presidente no está en condiciones de gobernar el país (...) El outro diário paulista de mayor circulación a nível nacional, O Estado de São Paulo, sostuyo en su columna editorial que si el mandatário sabe colocar los intereses de Brasil por encima de las cuestiones personales, escogerá el camino de la dignidad, por traumático que sea para su autoimagen: la renuncia (*Clarín*: 1/7:31).

A defesa do presidente da república das acusações que lhe eram endereçadas foi feita em mensagem transmitida em cadeia nacional pelas redes de TV no dia 30 de junho e, de imediato, objeto de matéria no *Clarín*.

En un enérgico discurso, el presidente Fernando Collor de Melo negó esta noche acusaciones de corrupción y sostuyo que la crisis brasileña ha sido 'fabricada' por sus enemigos políticos (*Clarín*: 1/7:3).

Afora republicação de informações, há ainda de politicamente relevante, em julho, matérias explicitando, segundo comunicado do porta-voz do Exército, que as forças armadas não vão interferir na crise, estando unidas em defesa da democracia.

El portavoz del Ministro del Ejército, general Gilberto Sierra, indicó que cualquier alternativa a la crisis debe estar basada en la Constitución (...) Según Sierra 'la situación es completamente diferente a la de 1964 - cuando las fuerzas armadas tomaron el poder -, ya que en aquella época la población estaba en las calles exigiendo una acción de las fuerzas armadas (*Clarín*: 5/7:26).

El vocero militar dijo al diario 'O Globo' que los altos mandos coincidieron también en que la principal garantía para la estabilidad del país era la confianza empresarial en la actual política económica, que logró mantener la calma en los mercados y en toda la actividad productiva en general (*Clarín*: 9/7:34).

O noticiário do mês seguinte caracteriza-se pela divulgação de conjunto de acontecimentos interpretados como sinais inequívocos de que o governante estava perdendo inteiramente a legitimidade, e ficando cada vez mais isolado. Neste sentido, o jornal informa que Collor de Melo começara a sofrer baixas em suas próprias fileiras, e que dia a dia intensificava-se o conjunto de forças que desejavam o seu afastamento. Como evidências das cisões internas, o jornal cita a "crise aberta" por denúncia de corrupção governamental, feita por ministro demissionário. Na mesma linha, menciona críticas dirigidas ao presidente por governador eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL), partido ora definido como de "direita", ora como "conservador", e constantemente indicado como principal base de sustentação do governo. Como referencial empírico do acumular de forças contra o presidente, o *Clarín* cita pesquisas de "opinião pública" nas quais o prestígio de Collor de Melo aparece em queda constante. Informa também sobre seguidas manifestações públicas "pela ética na política". Manifestações organizadas e realizadas nas principais capitais brasileiras, contando sempre com número expressivo de pessoas presentes. Dessa forma, o "povo" ascendeu à qualidade de ator político, passando a ocupar, no que tange ao noticiário sobre a "crise Collor", espaço noticioso de primeiro plano.

Em linhas centrais, no mês de agosto, a construção do noticiário cotidiano sobre o agravamento da aludida “crise” foi sendo configurado da maneira que passamos a considerar.

No dia 2, o *Clarín* publicou uma nota onde, pela primeira vez, enfatiza categoricamente que, em vista do curso tomado pelas investigações da CPI da corrupção, inevitavelmente haveria “juicio político” do presidente.

En una reunión celebrada entre ministros de las áreas políticas y económicas, Jorge Bornhausen, 53 años, dijo a Collor que debe prepararse para el juicio político que será abierto al final de los trabajos de la Comisión Parlamentaria Investigadora (CPI) el 11 de este mes (*Clarín*: 2/8:32).

Pouco mais de uma semana depois, comenta que um informe preliminar do Congresso Nacional responsabilizou Collor de Melo por corrupção (*Clarín*: 10/8:22). Em outra matéria, observa que “el veterano líder político Ulysses Guimarães considero ayer ‘invariable y imperioso’ el juicio político al presidente del Brasil” (*Clarín*: 12/8:32).

Em meados do mês, o *Clarín* faz menção a “pleito inédito en la historia del Brasil”. “Pleito” que, por seu simbolismo plebiscitário, foi chamado pela imprensa de “guerra de los colores”, considerando que “podrá resultar decisivo en el rumbo de una crisis política en el país”. O jornal explica que, em “ardoroso discurso”, o presidente da República convocou os brasileiros a saírem às ruas, domingo (16 de agosto), vestidos de “verde-amarillo”, em demonstração de repúdio ao “sindicato do golpe” e em seu apoio. De imediato, os opositores – “partidos políticos”, organizaciones sindicales y estudiantiles” – aceitaram o desafio, mobilizando a população “para ‘enlutar’ el domingo al país con el color negro” (*Clarín*: 16/8:36).

No dia seguinte, em matéria intitulada “La oposición ganó las calles de Brasilia”, comenta que não apenas na capital da República, mas também em outras importantes capitais e cidades brasileiras, predominou o negro, embora tenha sido o inverso desta a interpretação expressa pelo porta-voz do planalto. Na mesma matéria, valendo-se de indicadores obtidos por pesquisa realizada pela “Folha de São Paulo”, informa que 70% da população estava a favor do *impeachment* do presidente (*Clarín*: 17/8:27).

Entre os acontecimentos noticiados pelo *Clarín* em agosto, e que apontam para o enfraquecimento do governo em suas próprias fileiras, dois foram tratados com destaque. O primeiro, o pedido de demissão do Ministro da Educação, José Goldemberg. O segundo, críticas feitas ao presidente pelo Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, do PFL. O *Clarín* classifica José Goldemberg como “prestigioso científico y académico”, e observa que sua renúncia poderia “desencadenar el desmoronamiento interno de su gabinete” (*Clarín*: 5/8:30). “Goldemberg denunció que dentro del gobierno existe un submundo de la corrupción y el delito” (*Clarín*: 6/8:28).

Paralelamente ao noticiário sobre a aprovação na comissão do Congresso de informe contra Collor (*Clarín*: 27/8:42), o diário argentino informa sobre a realização de grandes manifestações populares pela “ética na política”. Segundo números publicados no jornal, a manifestação em São Paulo compareceram 500.000 (*Clarín*: 26/8:27), e a de Brasília, 60.000 (*Clarín*: 27/8:43). Com base em pesquisa da *Folha de São Paulo*, divulga que, em fins de agosto, 85% dos brasileiros eram a favor do afastamento do presidente (*Clarín*: 27).

À medida em que no mês de agosto agrava-se a crise Collor, o jornal concentra e amplia ainda mais o espaço dedicado ao noticiário político sobre o Brasil com informes a esse respeito. Em decorrência, “minguaram”, ao ponto de momentaneamente desaparecerem, as informações e os comentários sobre formas de corrupção que não estivessem diretamente relacionadas à conexão PC Farias/Palácio do Planalto. Este procedimento implicou em hierarquização dos comentários sobre “corrupção”, no sentido do grande volume de matérias publicadas sobre a corrupção “maior” (a governamental), “roubar” o espaço antes dedicado ao noticiário da corrupção “menor” (a empresarial). O Brasil passa, desde o mês em questão, com a concentração da cobertura jornalística na “crise Collor”, a ser predominantemente apresentado como um país dividido entre dois grupos: de um lado, o bloco monolítico de milhares de patriotas com alto grau de politização, indignados com a corrupção governamental. De outro, a pequena quadrilha composta por Paulo César Farias e número exíguo de empresários a ele associados em negócios escusos, pela primeira dama do país, por alguns poucos ex-ministros e alguns “cordeiros palacianos”, tendo a comandá-los, ou a acobertá-los, o “crapulinski instaurado nas Tulherias”⁴.

Pode-se considerar que esta versão maniqueísta da “crise”, que a partir de agosto fundamenta substantivamente as interpretações publicadas no *Clarín*, é de natureza similar à versão dos mesmos acontecimentos apresentada pela “mídia nacional”.

Consistia em fazer tábula rasa de diferenças sociais e processos de percepção do “real” por parte de diferentes classes, frações de classes, camadas e segmentos sociais. Tanto faz tratar-se de empresários ou assalariados, políticos profissionais ou trabalhadores intelectuais, doutos ou analfabetos, adultos em idade produtiva ou estudantes ginásianos, todos tinham os pontos de vista e as intenções homogeneizadas na oposição ao governo, através de um igual repúdio à “corrupção”. Assim sendo, a “crise” é construída pela contraposição dos interesses salvacionistas da globalidade homogênea dos “intrinsecamente honestos”, à do grupo politicamente poderoso, mas numericamente inexpressivo, dos “intrinsecamente desonestos”. De um lado, as “elites” que, duplamente respaldadas pelos depoimentos contendo sérias denúncias de corrupção governamental e pelas seguidas manifestações “espontâneas” da população, exigiam o afastamento de Collor. Do outro lado, os parcos “donos do poder”, cuja desonestidade é bem simbolizada na pecha de corrupto maculando a “venerável auréola” presidencial. No âmago destas representações ideológicas, a mídia nacional preenchia o noticiário sobre “corrupção” com matérias relacionadas a Collor, esvaziando a reinante em outros setores. Enfatizava a necessidade da “punição” do presidente e a de seus asseclas, deixando no “limbo” a necessidade de paralelamente também apurar-se outros “escândalos” que, afora os ligados ao palácio do Planalto, confessadamente, abundavam no país.

Embora partilhando e reproduzindo a comentada cosmovisão da “crise”, vez por outra o jornal argentino, que não está diretamente envolvido nela, pensa a “realidade” brasileira de “fora”, do “ponto de vista de Sirius”, fazendo indagações do seguinte teor: “algunos observadores se preguntan cuáles son los motivos por los cuales este caso de alegada falta de moralidad determina reacciones tan drásticas, cuando otros hechos de semejante naturaleza fueron tolerados” (*Clarín*: 3/9:16).

Em setembro, o noticiário do *Clarín* gira em torno do juízo político de Collor de Melo. No primeiro dia do mês, informa que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) apresentariam ao Congresso Nacional, pela manhã, um pedido de *impeachment* do presidente da República, acusando-o por “grave negligência, tráfico de influência e falta de decoro”. No dia seguinte, ao informar sobre o pedido de *impeachment* entregue por Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, a Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara dos Deputados, o jornal coloca em evidência dois fatos a este relacionados: a renúncia de Marco Maciel, “líder oficialista en el Senado”, e a grande alta da cotação das ações nas Bolsas de Valores.

Segue-se ao longo do mês matérias centradas nos seguintes assuntos: mais deserções na base de sustentação parlamentar de Collor de Melo – caracterizando que dia a dia o presidente perdia apoio entre os seus próprios aliados – (*Clarín*: 11/9:26), “manobras del oficialismo para impedir o juízo político” (*Clarín*: 25/9:32), resultados parciais da “CPI da corrupção” (*Clarín*: 3/9:36) e aumento da indignação popular (*Clarín*: 3/9:36). O jornal divulga também novas críticas dirigidas ao primeiro mandatário da nação. Entre as que menciona, a mais contundente – classificada pelo jornal de “duras declaraciones” – é a formulada por autoridade eclesiástica, que, ao contrário da tendência dominante, de circunscrever a corrupção à esfera governamental, relaciona-se a um tipo de situação social, da qual o presidente não passa de parte.

El arzobispo paulista dice que Collor robó y humilló a los brasileños pobres (...) ‘Los millones de desempleados ahora saben por qué y por quién fueron humillados’, acusó monseñor Arns en sus duras declaraciones divulgadas por el diario ‘Folha de São Paulo’. ‘Los niños que lleguen a sobrevivir esta crisis total maldecirán a la generación que tardó dos años y medio en abrir los ojos y denunciar la farsa, el robo y la degradación moral’, advirtió el prelado aludiendo a los 7 millones de niños por debajo del nivel de pobreza que habitan hoy Brasil (*Clarín*: 9/9:28).

Ao aproximar-se o final do mês, o *Clarín* informa que, por decisão do Superior Tribunal Federal, a votação na Câmara dos Deputados que decidirá o futuro político de Collor, dia 29, será aberta e nominal, rechaçando, desta forma, “el reclamo oficialista para que se hiciera por mecanismo secreto” (*Clarín*: 24/9:28).

Na última edição de setembro, o *Clarín* dedica 14 páginas ao noticiário sobre a referida votação, onde 441 deputados foram a favor do afastamento do presidente da República nos termos da lei (180 dias) e abertura de processo de *impeachment*, 38 se opuseram, um se absteve e 23 não compareceram.

A primeira destas 14 páginas contém matéria com informações básicas sobre o processo de votação no Congresso Nacional e procedimentos paralelos da população, fornecendo subsídios para a compreensão das demais. Esta matéria, redigida com base em notícias recebidas de agências internacionais e da correspondente do jornal em Brasília, coloca ênfase no caráter ritualístico dos “acontecimentos”. A descrição passa a idéia de tratar-se de uma “festa nacional” com estrutura similar à de partidas de futebol da seleção brasileira em Copa do Mundo, onde a população se

reúne “espontaneamente” em locais públicos e, com faixas, roupas e maquiagem apropriadas para a ocasião, munida de bandeiras, fogos de artifício, etc, prepara-se para assistir o “evento” pela TV, a fim de torcer, e comemorar os “gols” nacionais e “explodir de alegria”, em caso de vitória sobre o adversário. Os “craques” aproveitam quando “marcam um gol” para exibir-se para a platéia.

En Brasília (...) unas 100.000 personas acompañaron la votación con velas y antorchas y estallaron en festejos agitando banderas cuando (...) se alcanzaron los 336 votos favorables al ‘sí’ (...) Numerosos trabajadores y empleados públicos y privados, paralizaron espontáneamente sus actividades en grandes ciudades como Rio de Janeiro, San Pablo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus, Belém, Fortaleza e Curitiba. En la mayoría de esas ciudades habían sido montadas telones gigantes de video en las plazas públicas para que la población asistiera a la votación (...) Al ser llamados, los diputados decían breves frases como ‘por la democracia’, ‘por los niños de calle’, y ‘por la dignidad del Brasil’, y inmediatamente pronunciaban el sí o el no (*Clarín*: 30/9:30 e 31).

Muitas outras expressões utilizadas no *Clarín*, como: “explosión de júbilo en el recinto de diputados al votar el impeachment” (*Clarín*: 30/9:32) e “miles de gargantas que vivaron a Brasil” (*Clarín*: 39/9:34), apontam para o caráter festivo do ritual.

Em artigo publicado dias depois, a analogia entre os campeonatos de futebol e a votação que afastou Collor da presidência é concretamente estabelecida. Aspectos da construção da identidade do brasileiro em uma ótica Argentina são explicitados. A diferença fundamental entre a citada matéria e o artigo repousa no fato de que, enquanto aquela considera que empregados públicos e privados pararam espontaneamente suas atividades, este menciona a mobilização feita, durante meses, pela mídia brasileira, como fator a moldar, pela homogeneização, o comportamento coletivo em um sentido muito próximo ao do que Durkheim classificou como “corrente social”³.

Decenas de miles de participantes en varias ciudades a un mismo tiempo – todo aquí es grande, es mucho, es numeroso, es apasionado hasta el exeso – se repregaron súbitamente, luego de un arduo ajercicio movilizador de casi cinco meses. Le hicieron dejando en las calles ecos de festejos que, inevitablemente, recordaron a los triunfos brasileños en las finales de los campeonatos de fútbol (*Clarín*: 11/10:16).

Na edição do dia 30 de setembro, os principais assuntos paralelos ao da votação no Congresso Nacional e das manifestações do “júbilo” coletivo, tratados no *Clarín*, dizem respeito: à ausência de reação oficial dos Estados Unidos ao afastamento de Collor de Melo – colocando este país, desta forma, no papel de “árbitro supremo” –, o “no me arrepiendo” de Pedro Collor e aspectos do perfil político do novo presidente.

Itamar Franco, até então com pouco espaço na mídia, é descrito como um “hombre en la penumbra”, que eleito vice presidente “comenzo a separarse de ciertas posturas ultraliberales de Collor de Mello”. O *Clarín* observa: “su éxito pueda estar montado en su mutismo y en su honorabilidad”, e avalia: “Es un buen comienzo” (*Clarín*: 30/9:33).

Ainda em 30 de setembro, refletindo sobre o sistema político brasileiro após o afastamento de Fernando Collor de Melo da presidência da República, o jornal lança uma indagação sobre o devir: “Sin leyes claras, sin antecedentes históricos, el proceso que ahora comienza es territorio de lo desconocido” (*Clarín*: 30/9:32). Outras indagações que o *Clarín* lança são: sobre o destino da economia – noticiando que Itamar Franco “encomendó a Fleury⁵ el nombramiento del sustituto de Marcilio Moreira” – (*Clarín*: 30/9:35) e sobre o que provavelmente aconteceria no Brasil – pergunta respondida pelos “7 actores más representativos de este acontecimiento por el día después” – (*Clarín*: 30/9:38). Indaga também se algo de similar ao afastamento do presidente brasileiro poderia ocorrer na Argentina – questão respondida por cientistas sociais e jornalistas argentinos e de outras nacionalidades (*Clarín*: 30/9:42 e 43), e se a deposição de Collor significava o fim da corrupção. A este respeito o *Clarín* avalia que não.

Ante la figura patética del ‘rey desnudo’, todas fuerzas del sistema – desde la clase política al empresariado y los sindicatos – se pusieron en tensión para que lo sucedido con Collor no concluya en un ‘steape-tease’ del sistema político (*Clarín*: 30/9:31).

Um último destaque da edição de 30 de setembro que é importante considerar, diz respeito à análise que o *Clarín* faz do papel desempenhado pela imprensa brasileira na queda de Collor de Melo, considerando esse papel como “factor decisivo”. Compara a importância da mídia brasileira para a abertura do processo contra a “corrupção” como similar ao da mídia norte-americana “en el escándalo Watergate”.

Antes de lembrar que a entrevista intitulada “Pedro Collor conta tudo”, publicada pela revista *Veja*, em maio, funcionou como detonador do processo, destaca que “as sementes” deste estão em denúncias anteriores, feitas pela *Folha de São Paulo*.

Las semillas del escándalo fueron plantados por el diario ‘Folha de São Paulo’ días después que Collor asumió funciones, en marzo de 1990. Había hecho campaña con una plataforma basada en ‘un gobierno limpio’. Sin embargo, el diário descubrió que sus primeros contratos de gobierno para publicidad fueron concedidos sin licitaciones en circunstancias cuestionables (*Clarín*: 30/9:41).

Após a consumação do afastamento do presidente, o noticiário do “Clarín” sobre a crise política brasileira concentra-se em duas questões: os primeiros passos do novo governo e as medidas que vão sendo adotadas no Senado para o julgamento de Collor de Melo.

O “Clarín” manifesta certa apreensão quanto aos caminhos que seriam trilhados pelo governo Itamar Franco, o que o leva a definir a conjuntura política brasileira logo após o afastamento de Collor como de “incertidumbre” (*Clarín*: 3/10:30). O jornal menciona também algumas declarações de Itamar Franco que alimentam a idéia da incerteza quanto ao futuro do Brasil sob a nova presidência.

El presidente interino, Itamar Franco, criticó ayer el programa de ajuste de su antecesor y lo calificó de cruel y criminal (*Clarín*: 6/10:24).

Franco promete un premier y eliminar ‘poderes imperiales’ de la era Collor (...) ‘El presidente ahora es de carne y hueso. Antes la presidencia era puro marketing’ – dijo Franco en la entrevista al diario paulista (*Clarín*: 31/10:26).

As matérias que contêm informações acerca dos preparativos do julgamento de Collor de Melo no Senado são entrecortadas por outras onde constam protestos e desabaços do ex presidente que, na avaliação do jornal, “busca quedar como um perseguido político” (*Clarín*: 23/12:43).

Tendo a imagem publicamente denegrada pelo afastamento da presidência em função da aceitação das denúncias de corrupção pela Câmara dos Deputados, o ex-

presidente passa a ser objeto de chacotas em propagandas comerciais publicadas no *Clarín*. Em uma destas, ocupando página inteira, Collor de Melo 'anuncia' um forno de microondas. Sob a foto caricaturada do ex-presidente, que aponta para um forno exibido por uma mulher, há os seguintes dizeres: "Hicimos el peor aviso de cocinas a microondas porque estuvimos muy ocupados haciendo la mejor cocina a microondas" (*Clarín*: 3/10:9).

Em 31 de dezembro, o *Clarín* publica longa matéria informando sobre a decisão da câmara alta de suspender os direitos políticos de Fernando Collor de Melo por 8 anos.

Pululando nas páginas do *Clarín* notícias de corrupção (tanto no setor público quanto no privado), paralelamente aos abundantes informes e as considerações sobre recessão, violência, desemprego, assassinatos e miséria crescente, vai cada vez mais sendo solidificada, no jornal, dia a dia, ao longo do ano de 1992, a imagem negativa do Brasil.

Notas

* Originalmente o trabalho apresentado é capítulo da tese de Doutorado do autor ("Um Estudo Comparativo sobre a Identidade da América Latina, nos Jornais a 'Folha de São Paulo' e o 'Clarín', de Buenos Aires" - FLACSO/UnB, 1997). A versão aqui apresentada, em forma de artigo, está bastante alterada em relação à redação original da tese.

1. Referência à revolta da população negra em Los Angeles, em 30 de abril, após júri popular absolver policiais brancos que haviam espancado um cidadão negro, em cena documentada por um cinegrafista amador.
2. A Rocinha, situada em área nobre, na zona sul do Rio de Janeiro, é a maior favela da América Latina.
3. Até concluirmos este artigo, agosto de 1999, nenhum dos acusados pelo "massacre do Carandiru" havia sido condenado.
4. "Crapulinski" é o nome de uma personagem de "Dois Cavaleiros", poema de Hendrich Heine. Trata-se de uma analogia do termo francês "crapule" (crápula). Marx aproveita o "nome" da personagem referindo-se a Napoleão III. "Finalmente a malé da sociedade burguesa constitui a sagrada falange da 'ordem' e o herói Crapulinski se instaura nas Tulherias como o 'salvador' da sociedade" (Marx: 1969, pág. 27).

5. Durkheim entende como “corrente social”, todos os fatos sociais passageiros. (Ver: E. Durkheim, *As regras do método sociológico*, cap. 1)

6. Referência a Antonio Fleury Filho, Governador do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 4ª. ed, 1966.

Jornal *Clarín*, de Buenos Aires. Edições de 1992 (referenciadas no texto).

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1969.

Resumo

O propósito deste artigo é o de investigar o conteúdo do noticiário sobre o Brasil publicado no jornal argentino *Clarín*, de Buenos Aires.

Palavras-chaves

Imprensa, noticiário, jornalismo comparado, Brasil.

Abstract

The purpose of this article is to investigate the attendance, made by the Argentine's newspaper *Clarín*, about the Brazilians news.

Key-words

Press, news, comparative journalism, Brazil.

A IRONIA DA CRÍTICA E OS RANCORES DE ORFEU

Roberto M. Moura

Há um livro cuja idéia é um achado. Não é exatamente acadêmico nem científico. Embora antigo, é ainda inédito entre nós e bastante oportuno nesse momento em que se discute tanto a crítica – ou melhor, se esculhamba-a. Refiro-me a *Lexikon of a musical invective*, de Nicolas Sloninsky¹, saborosa reunião de equívocos de críticos e artistas investidos na função ao longo dos anos. Obviamente, o que Sloninsky faz, com indisfarçável ironia, é uma tentativa de ridicularizar a crítica. Mas não seria impossível ir na contramão: um outro livro, do mesmo ou de outro autor, amesalhando os momentos de acertos desses que são quase sempre os destinatários das frustrações dos artistas em geral: os críticos.

Como se sabe e Cacá Diegues nos lembrou mais uma vez (no caso de *Orfeu*, com muita razão), o crítico ocupa o mais incômodo dos espaços na arte. Ele não tem o charme nem o glamour do artista. Não é o mecenas, capaz de desencadear o processo de produção (no caso da arte-indústria moderna, a gravadora, a editora, a produtora cinematográfica). Nem o público mais qualificado (o “ouvinte privilegiado”, de acordo com o compositor americano Aaron Copland), que “compreende” e se deleita com a obra do seu artista predileto. No entanto, o crítico pode muitas vezes desempenhar um papel importantíssimo de mediação entre a arte e o seu consumidor potencial. A história, pelo menos a minha história pessoal, não me desmente.

Foi lendo Lúcio Rangel que descobri Cartola. Do mesmo modo que foi Eurico Nogueira França que me estimulou a conhecer Debussy. E foi um texto de Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*, que me revelou a grandeza de Velázquez e a genialidade de *As meninas* (dia 6 de junho passado fez 400 anos que o pintor nasceu). O que enxerguei no quadro depois se aproxima do que pude ouvir em Debussy, quando convencido pela crítica que deveria dar mais atenção aos impressionistas. De qualquer modo, o crítico é sempre o bode expiatório de plantão – e muito por culpa dele, quase sempre despreparado para a função, negligente e apressado na emissão de conceitos, vaidoso e incapaz de refugar uma “pauta” claramente acima do seu universo intelectual. Essas razões, juntas, ajudam a entender porque a elite pensante jamais admite ter sido *sacorrída* por um crítico.

De qualquer forma, mesmo subordinada à competição de um jornalismo cada vez mais selvagem, imediatista e superficial, ainda assim a mediação pode ser um trabalho cultural relevante. Primeiro, porque capaz de detectar novas tendências artísticas e apontá-las ao público. Segundo, porque toda arte carece de conhecimento e reconhecimento. Há uma legitimação que brota naturalmente do aplauso popular. Mas, há outras – que levam muito mais tempo para se consolidarem e que, muito antes da “glória e do dinheiro para ser feliz”, consolam-se no prestígio que vem a ser o primo pobre da fama. É a diferença, por exemplo, entre o violão de Guinga e o sax de Kenny G. O prestígio não forra o bolso, mas aquece a alma – e para os artistas, quase todos carentes profissionais, o elogio é sempre “música para os ouvidos”. Ainda mais o elogio de iguais, de outros artistas, de um público seletivo e informado, de um sujeito, enfim, com visão e consciência crítica. Livros de Cristóvão Tezza, CDs de Hermeto Paschoal, poemas de Ferreira Gullar e trabalhos plásticos de Marília Kranz inserem-se nesse panorama. Como nos velhos tempos, o “sucesso de crítica” permanece como contraponto ao “sucesso de público”.

Eis a palavra tão execrada: crítica. Mas, considerado o fato de que a imprensa existe, ainda que em crise e com as pesquisas americanas anunciando uma queda livre na circulação dos jornais, o melhor a fazer é lidar com ela, de uma forma saudável e de mão dupla. De minha parte, já escrevi que, independente de tocar o coração do público, só acredito no artista que mexe com a cabeça do crítico, do mesmo jeito que só acredito no crítico capaz de fazer o seu trabalho interessar também ao artista. Fora disso, ele é mero “tradutor”, alguém cuja única proposição é dispor em termos simples os objetivos e méritos de uma obra de arte supostamente grandiosa. Estou fora.

O livro irônico de Sloninsky é um sofisma. Interessante, engraçado, mas um sofisma. Quantos terão reconhecido Debussy antes e depois que um idiota chamado Arthur Pougin escreveu em *Le Ménestrel* (Paris, 1902) que ele desconhecia ritmo, melodia e tonalidade e que sua música era vaga, sem cor, sem forma, sem movimento e sem vida? Quantos entenderam a grandeza de Gershwin ao aproximar o erudito da cultura afro-americana em *Porgy and Bess* e *Rhapsody in Blue*, independente de Lawrence Gilman tê-las entendido como “tão inexpressivas”, “vulgares”, “nauseantes”?

No *Moskovskoye Vedomosti*, Hermann Laroche disse que Mussorgsky era “um dos mais flagrantes exemplos de caos mental” (dezembro, 1888). Só que Mussorgsky ainda é tocado – e o Laroche só é lido para ser ridicularizado, como nessa antologia. Richard Aldrich, no *New York Times* (22/11/1918), admitiu que eram necessários “no-

vos ouvidos para a nova música”, mas logo adiante derrapou diante de Prokofiev: “seus temas líricos são geralmente insípidos”. Pior publicou o *Sovietskaya Musica* (Moscou, dezembro, 1948) sobre *The Tale of a Real Man*: “Caos, naturalismo ordinário, completa ausência de melodia, lamaçal harmônico e mau-gosto caracterizam esse trabalho viciado”. Que fazer?

Rimsky-Korsakov não teve melhor sorte. Sua suíte *Sibeberazade* ganhou safanões em Berlim, Boston e Nova York. Aliás, na dita capital cultural do mundo, o *Musical Courier* deu uma de Tinhorão com Johnny Alf. Implicou com o nome do autor do *Vôo do Besouro* e não teve dó: “Rimsky-Korsakov, que nome! Sugere uma barba selvagem manchada com vodka”. Sorte nossa que o besouro, desafiando as leis da física, continua voando.

Dias atrás, sintonizado na Rádio MEC, ouvi a lindíssima *Canção Eslovaca nº 12*, de Dvorak. Ao anunciá-la, o locutor recordou que a carreira do inspirado melodista tcheco foi viabilizada por um crítico musical americano, que via nele o talento que o mundo só descobriria depois. De certa forma, essa intervenção prática, objetiva, diante do objeto artístico que se critica, me soa extremamente saudável. É como Stanislaw diante de Cartola.

É o que toda uma geração de críticos e pesquisadores (Lúcio Rangel, Sérgio Cabral, Arley Pereira, Fernando Faro, Marcus Pereira, Hermínio Bello de Carvalho, Ricardo Cravo Albin e outros) sempre fez, *intermediando* para milhões de pessoas a arte maior de Nelson Cavaquinho, Zé Ketê, Clementina de Jesus, Paulo Vanzolini, tantos outros. É o que, modestamente, fiz produzindo Sérgio Sampaio, que merece mais destaque do que tem. Dirigindo Aniceto do Império ao lado de Nei Lopes e Wilson Moreira numa época em que ninguém falava em jongo ou Serrinha.

Mas, voltemos a Cacá, que me levou de volta a Sloninsky. Foi no final dos anos setenta, no *Parqum*, que ele publicou o artigo em que cunhou a expressão famosa: “patrulha ideológica”. Eu trabalhava na publicidade da Embrafilme e ele estava lançando *Bye Bye Brasil*, num clima próximo ao que cerca *Orfeu*. Bom de frase, mais de vinte anos depois, Cacá escreve novo artigo e vislumbra um “ovo da serpente da nova direita”. Será? Quando cobra um “comportamento social” do crítico brasileiro, um viés que lhe permita separar as condições de produção de seu filme do *Titanic*, Cacá tem toda razão. A globalização é uma grande bacanal em que nós entramos com a maior passividade – enquanto isso, o rádio americano faz campanha institucional e prega: “por que comprar uma música se você não entende a letra?”

Para os nossos tapuias modernosos da publicidade é um charme a criação de neologismos como “deletar” e “startar”. E mais rasteiros soam quando falam da livre competição, uma utopia tão distante quanto a ditadura do proletariado. Só penetrando (em todos os sentidos, violentando, estuprando) um pouco o interior das condições de produção das chamadas artes-indústrias (o cinema e o disco mais; o livro, menos) pode-se ter a certeza de que falta uma coisa naquela frase célebre: “se o homem soubesse como são feitas as leis e as salsichas...”

Ah, se o homem da rua soubesse como são feitos os sucessos! Pensando neles, é que vejo algum exagero em Cacá. Um exagero que se confunde com instinto de sobrevivência: que artista reage diante do enorme prejuízo cultural, estético, artístico e social causado pelo sistema perverso de forças que dá as cartas nas produtoras de áudio e vídeo, nas gravadoras e nas emissoras de rádio e televisão? Ora, em muitíssimos casos, o artista tem pleno conhecimento do que ocorre, o que indica uma cínica cumplicidade da falta de caráter com o excesso de dinheiro.

Por essas e outras, cabe a pergunta: será justo atirar toda a responsabilidade da crise de divulgação e distribuição da arte brasileira no pobre crítico que assina um sexto de página, mesmo num jornal de prestígio? Na esteira dessa discussão, absolve-se, por exemplo os colunistas sociais e programadores de rádio e televisão que passam o ano inteiro incensando e promovendo valores e nomes discutíveis, seduzidos pelos almoços, jantares, coquetéis e viagens com que a indústria cultural mantém a mídia sob controle. Não há almoço grátis, reza o provérbio político.

Crise de divulgação e distribuição, foi o que disse? Sim. Até onde sei, há muita gente criando, fazendo e acontecendo. Filmando, gravando, tocando, escrevendo — mas, para quem? A equação artista x crítica, no Brasil de hoje, se não é falsa, é uma cortina de fumaça. Ou, como o livro de Sloninsky, uma ótica incapaz de absorver o conjunto. Não é por aí que se debate os principais obstáculos que travam a nossa cultura hoje.

Referência bibliográfica

SLONIMSKY, Nicolas. *Lexikon of musical investive: critical assaults on composers since Beethoven's time*. Londres: University of Washington Press, 1969

Resumo

A crítica que afaga é a mesma que apedreja. O autor parte de um trabalho irônico sobre a música erudita e observa que uma cortina de fumaça obscurece as relações entre a crítica e a arte no Brasil, permeadas por uma mídia perversa que mais esconde que ilumina.

Palavras-chaves

Crítica, arte, mídia

Abstract

Criticism can praise but also berate. The author's starting point is an ironic article on classical music. He comments that a smoke screen obscures the relationship between criticism and art in Brazil, permeated by a perverse media that conceals than elucidates.

Key-words

Criticism, art, media

MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO

Nailton de Agostinho Maia

O crescimento do espaço urbano tem sido tão expressivo nestas últimas décadas quanto o desenvolvimento de tecnologias de comunicação. Quanto maior o número de habitantes dos espaços urbanos, maior o número de canais eletrônicos e informatizados de comunicação.

A organização da cidade em grande metrópole obrigou o estado a pensar e repensar os espaços público e privado destinados ao novo homem, o homem da cidade. Desde o início do século o "progresso" da cidade reordena a vida das famílias que passam a deixar o mundo do campo, dos sítios, das chácaras para uma nova moradia, uma nova família, que é construída a partir da lógica da produção industrial. São homens e mulheres dedicados ao trabalho. São novas casas construídas próximas à indústria têxtil, à região portuária, às estações ferroviárias ou ao centro, lugar de grandes negócios. São lares acomodando homens trabalhadores que precisam descansar para repor energias e voltar a trabalhar. Arlindo Machado, em *Arte do Vídeo*, afirma que "a rápida expansão do sistema ferroviário abalou a estrutura milenar de fixação do homem à terra, produzindo uma mobilização de pessoas e idéias que chegaram a preocupar os centros dirigentes". O fato é que estas mudanças foram provocadas pela Revolução Industrial, desestruturando a organização social alicerçada na fixação do homem à terra, tirando-o do espaço público, lugar em que percebia e interpelava o mundo a sua volta. A nova ordem organizacional projeta o espaço privado como o lugar da família, o lar doméstico que repousará o homem e o realimentará para a produção. De fato esta nova ordem trouxe muitas desordens. A projeção da modernidade que se fez a partir da Revolução Industrial e do período desenvolvimentista chega para os brasileiros como modernidade superficial. O crescimento urbano foi e continua desordenado. A ocupação da cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de outras grandes cidades, revela hoje os efeitos de um sistema em que a proposta básica é a produção de riquezas (aumento das riquezas) de uma minoria e a construção do cidadão consumidor. Uma fórmula que teve solução fácil, pois o cidadão hoje consome desenfreadamente com um apetite que só se justifica por uma fome insaciável de um estômago vazio causado pela ruptura da passagem da vida que vivia no mundo público para o espaço privado. A riqueza dos poucos aumentou de

maneira tão surpreendente que já não se necessita produzir bens de consumo para gerar novas riquezas. A nova riqueza nasce a partir dela própria, sem necessidade de transformar-se em fábricas de produção, lugar do trabalho, termo que caminha para extinção.

O crescimento urbano foi desordenado, gerando mais de 600 favelas no município do Rio de Janeiro e conjuntos habitacionais distantes dos locais de trabalho, com péssimo sistema de transporte. A cada dia acompanhamos o crescimento do abismo entre a pobreza e a riqueza. Todavia, o desenvolvimento da tecnologia de comunicação não acompanhou a desordem da cidade. O meio de comunicação de massa, em particular o sistema de radiodifusão, foi o instrumento usado pela sociedade econômica para disciplinar o cidadão em uma cidade desordenada. Esta não é uma situação particular da cidade do Rio de Janeiro, como afirma Canclini (1996):

(...) o desequilíbrio gerado pela urbanização irracional e especulativa é compensado pela eficácia comunicacional das redes tecnológicas. A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre bairros, ocorreram junto com a reinvenção dos laços sociais e culturais na rádio e na televisão. São estes meios que agota, desde sua lógica vertical e anônima, diagramam os novos vínculos invisíveis da urbe.

A partir de pesquisa realizada na cidade do México no início desta década, Canclini constata as afirmações já elaboradas por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno em *A Indústria Cultural*, onde observam a indústria se orientando numa nova direção, encarregando-se da produção de bens culturais para o consumo privado e o vínculo do cidadão com o mundo sem a experiência do mundo. Este novo cidadão definido no início deste século, confirmado nos anos 30 e reafirmado hoje como consumidor de bens materiais e simbólicos, encontra na televisão e nos sistemas de informática a janela necessária para o contato simbólico com o mundo, um mundo virtual que se faz real.

Os meios eletrônicos fizeram a conversão do espaço público para o espaço privado, controlando a massa no imaginário coletivo. A mobilidade e migração na cidade, mobilização de pessoas e idéias, anunciava movimentos anti-produtivos ao sistema. Era necessário ocupar o tempo em que o homem estava em seu novo lar, longe do espaço público. Estas "certezas" influenciaram movimentos de contracomunicação que ainda hoje exercem alguma força nas teorias da comunicação e educação. São os

movimentos que atribuem o mal da humanidade, da miséria às tecnologias dos meios de comunicação de massa. É fato que estes meios se disseminaram de forma vertical e unidirecional, mas um primeiro ponto a ser revisto é a respeito da técnica. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer jamais afirmaram a técnica como problema, mas sim o uso que a sociedade capitalista faz da tecnologia de comunicação. Enzensberger afirmou que “meios ditos de comunicação” como rádio ou televisão, em seu aspecto atual, não estão a serviço da comunicação, pois não admitem nenhuma influência recíproca entre emissor e receptor, reduzindo qualquer possibilidade de *feedback* ao nível mínimo que permite o sistema. Esse estado de coisas – esclarece Enzensberger – não pode ser justificado tecnicamente, pois do ponto de vista técnico não existe nenhuma contradição de princípio entre transmissor e receptor. Se a separação se deu, foi exclusivamente de ordem política, vale dizer: preservar, ao nível da indústria do entretenimento de massa, a divisão social do trabalho, distinguindo a linha de demarcação que separa os produtores e os consumidores (Enzensberger, 1979).

Se investigarmos as invenções tecnológicas de comunicação (gravador, aparelho sem fio, cinema, televisão, vídeo, telefone, rádio, satélite, cabodifusão, informática) sempre foram, na sua origem, mecanismos “bidirecionais”. A interatividade é possível nesses meios e só não ocorre por determinação política. Logo, é preciso rever alguns posicionamentos de que a técnica é um mal em si mesma. Estes meios podem recuperar o espaço público, promover diálogos e democratizar o multiculturalismo que hoje é de mão única.

Como afirma Canclini (1996), é urgente que:

(...) seja discutida a construção de um multiculturalismo democrático e a defesa do interesse público internacional. Mas não podemos nos privar desta expectativa, caso pretendamos que em algum dia o multiculturalismo e a integração internacional sejam algo mais do que a cadeia das Américas da Televisão ou os cartazes publicitários da Benetton.

É necessário dar uma outra direção aos meios de comunicação para democratizar o multiculturalismo, advento da globalização.

O segundo ponto a ser revisto é o modelo mecânico, atribuído à comunicação, aquele em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nesta concepção o receptor está definido como um

ser que receberá a mensagem já concluída e responderá aos estímulos do emissor. São modelos de comunicação com base em estudos psicológicos a exemplo do behaviorismo. Os behavioristas tinham por objetivo compreender o comportamento humano pelos métodos de observação e experimentação. Nestes estudos as manifestações do homem podiam ser decompostas em: estímulo – resposta – reforço. O estímulo é a condição da resposta, há uma estreita relação entre estímulo e resposta, para toda resposta há um estímulo. Assim, certos estímulos habilmente elaborados chegariam pela ação dos meios de difusão coletiva a atingir cada um dos membros da sociedade, expostos aos meios, estes individualmente iriam captá-lo, sempre do mesmo modo, produzindo-se então uma resposta mais ou menos uniforme. Estes modelos reforçam a posição de alguns analistas que, não sem motivo, consideram que o regime de difusão através de ondas eletromagnéticas corrobora uma tendência das tecnologias avançadas no sentido de “militarizar” a vida cotidiana (Mattelart, 1976). Como consequência da industrialização progressiva, da revolução dos transportes e do comércio surge a massa que se estabiliza neste momento histórico. Esta nova situação social provoca tensões e conflitos, levando os governantes cooptados com o poder econômico a produzir tecnologias de comunicação para atenuar a vida do trabalhador. Os meios de comunicação de massa surgem e ocupam este lugar de controle do corpo social; tornam-se alternativas funcionais para atender à satisfação de necessidades do indivíduo. Estas necessidades são produzidas no contexto social em que o indivíduo vive.

Este modelo serviu de base para a pesquisa em comunicação durante muito tempo e de certa forma ainda é freqüente nos estudos de comunicação e principalmente dos discursos de “contracomunicação”, definindo o sujeito como vítima dos meios de comunicação, um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele. “Repensar o processo inteiro da comunicação”, eis o que propõe Jesus Martín Barbero (1997, p. 57).

Durante muito tempo pensamos que estudar comunicação era ocupar-se da economia das transnacionais, da economia das classes dominantes em sua relação com os meios. Quem são os donos dos meios? Se sabíamos quem eram os donos, já sabíamos tudo.

Numa segunda etapa, descobrimos que, no todo, havia que se estudar a mensagem, porque pela mensagem passavam certas coisas da sociedade, e agora talvez pareça que chegar ao receptor é somar o que já sabe-

mos. Não é uma somatória discutindo outro modo de ver a comunicação, estamos propondo que o processo de recepção é um processo de interação, na expressão dos italianos, é um processo de negociação do sentido.

A primeira etapa refere-se à sociologia crítica da América Latina, unida à teoria da dependência e à crítica do imperialismo, estudos que geraram os sentimentos anti-televisão reforçados na formação de lideranças do movimento social e que afastou, creio, da escola (do professor) a possibilidade de estabelecer diálogos com o meio de comunicação. Televisão passou a ser símbolo de alienação e ameaça para a escola.

Estes discursos estavam recheados de moralismos e preconceitos e eram feitos por quem pensava respeitar as diferenças. Apenas sedimentaram a exclusão do "povo" do lugar de "cidadão consciente". Para Barbero há uma "deslegitimação e desqualificação do gosto popular através da pecha de ausência de gosto ou mau gosto".

Não se trata de desconhecer o investimento das corporações de comunicação para êxito de suas produções, desconhecer os saberes cada dia mais especializados, mais profundos. Segundo Barbero trata-se de não ficar nos extremos, "ainda hoje, há gente que pensa que a recepção é programável e que o pobre receptor não é senão uma vítima manipulada dessa recepção. Esse é um extremo". O outro é "desconhecer as pesquisas e saberes dos produtores". O que propõe Barbero é sair das análises da mensagem, e entender que o processo de comunicação não está na informação contida na mensagem ou no sujeito que recebe esta mensagem. É preciso sair destes dois extremos, o de que o emissor tem intenções manipulatórias e há que se estudar estas intenções ou o receptor faz o que quer com a mensagem. O processo da comunicação está na circulação do sentido comunicável. A comunicação ocorre na vida cotidiana.

É indubitável que o estudo da recepção, no sentido em que estamos discutindo, quer resgatar a vida, a iniciativa, a criatividade dos sujeitos; quer resgatar a complexidade da vida cotidiana, como espaço de produção de sentido; quer resgatar o caráter lúdico da relação com os meios; quer romper com aquele racionalismo que pensa a relação com os meios somente em termos de conhecimento ou de desconhecimento, em termos ideológicos; quer resgatar, além do caráter lúdico, o caráter libidinal, desejoso, da relação com os meios. (Barbero, 1997, p. 54)

Na vida cotidiana e comunitária a comunicação é o lugar de sustentação, transfor-

mações, movimentação e organização. O sujeito continua ator na construção de sua realidade, apesar da velocidade imposta ao tempo e ao espaço pelas ininterruptas emissões eletrônicas. Segundo Paul Virilio, em *O Espaço Crítico* (1993): "A antiga aglomeração desaparece então na intensa aceleração das telecomunicações para gerar um novo tipo de concentração: a concentração de uma "domiciliação". O sujeito constrói e reconstrói sua vida no espaço cotidiano, reelaborando também o cotidiano. Desde o princípio das publicações de massa, a crítica concentrou-se em analisar e denunciar o quanto eram alienantes suas narrativas e os interesses de negócios da indústria cultural, os estudos centram-se sempre em críticas literárias a partir da sociologia e leitura ideológica. Gramsci (1977) abre outra discussão "propondo uma leitura cultural, um estudo de história da cultura" para compreender a experiência literária.

Gramsci propõe sair da análise da crítica literária e da análise ideológica, que só dialoga com a semiótica, e quer a estrutura da sociedade dialogando com a estrutura do texto. A sociedade passa a ter vida alimentando e realimentando o texto e vice-versa.

Essa abertura é a valorização do leitor popular levando em conta o sujeito da leitura. Hoje este mesmo sujeito é criticado por alguns analistas por ser ignorante e facilmente manipulado ser consumidor alienado, vivendo a era da "lobotomia", em que o fingimento do real dirige e manipula sua vida. Alguns afirmam o fim da comunidade, da impossibilidade destas no desenho moderno em que o importante não é mais o encontro mas o desencontro. Comunidade é o princípio do encontro, de atores comunicantes e não atomizados.

A cultura popular resiste à homogeneização - importa e interpela o multiculturalismo - fazendo uso da tecnologia, cria sua própria rede para incluir sua cultura na história da globalização.

Esta resistência pode não ser organizada como estratégia, mas ao menos poderemos percebê-la como "tática", no sentido que a palavra tem para M. de Certeau (1994): é o sujeito coletivo atuando no cotidiano, lutando no terreno do adversário para manter o seu lugar e a sua história. São exemplos desta resistência que encontramos nos projetos do vídeo popular grupos de jovens, mulheres, artistas populares se aproximando da tecnologia de comunicação para narrar suas próprias vidas. Talvez um dia decidiremos pelo respeito ao povo do qual fazemos parte também e estudaremos suas demandas culturais e juntos buscaremos na comunicação os caminhos para a transformação.

Habermas já anunciou que a categoria central de uma teoria social crítica, hoje, já não é mais a categoria do trabalho, mas a categoria da comunicação.

Será necessário compreender o processo de comunicação que constitui o sujeito social. Compreender a oralidade em nossa cultura e os conflitos desta cultura oral com a modernidade que é ditada pela cultura letrada. Este processo de comunicação não está nas mensagens, mas nos modos de interação que o sujeito faz com o meio. Esta investigação só é possível na vida cotidiana, nos lugares em que a pessoa é alguém, tem nome, tem vida, tem uma história, tem referências, e os vizinhos têm nome; quando é reconhecido no trabalho pelo sujeito social que é e não pelo que executa.

O movimento do vídeo popular por vias não sistematizadas chegou a avanços surpreendentes no entendimento deste processo de comunicação. Digo surpreendente porque trilhou seu caminho sem o devido apoio das políticas de educação e cultura e mesmo do pensamento de esquerda que pouco valorizou o processo de comunicação do ponto de vista da recepção ou dos estudos culturais representados por Barbero e Canclini. A proposta destes grupos de promover o estudo do vídeo nas instituições de educação do país abre uma bela discussão para a escola. Assim como os críticos dos meios de comunicação de massa receberam as influências das leituras críticas, a escola também excluiu o gosto popular do seu espaço e assumiu a posição de negatividade diante destes meios. A televisão foi eleita inimiga do espaço da instituição de ensino.

O vídeo popular atua na recuperação dos espaços públicos, reunindo pessoas em praças, quadras e ruas e também promove o processo de comunicação em que a mensagem é apenas um elemento do processo. A rua, o vizinho, os aparelhos de exibição, as opiniões de quem assiste, o movimento de quem não assiste, tudo é parte no processo de comunicação. Mais recentemente os estudos destes grupos envolvem jovens e escolas neste processo de comunicação.

A escola estuda a comunicação em sua dimensão instrumental ou quando se aproxima do vídeo é como instrumento de apoio às aulas. A experiência do Vídeo Popular nas escolas, propõe a inserção da discussão do processo de comunicação na escola, rompendo com a dimensão instrumental. O estudo de metodologias do uso do vídeo na educação, pensamento ainda hegemônico nas escolas brasileiras, não é a relação estratégica para pensar a comunicação audiovisual. Segundo Barbero (1998), com estas metodologias a escola deixa de fora justamente o que seria estratégico pensar:

(...) la inserción de la educación en los complejos procesos de comunicación de la sociedad actual, o dicho de otro modo, el ecosistema comunicativo que constituye el entorno educacional difuso y descentrado en que estamos inmersos. Un entorno difuso de informaciones, lenguajes y saberes, y descentrado por relación a los dos centros - escuela y libro - que organizan aun el sistema educativo vigente.

A televisão ocupa em média o tempo de 6 horas por dia dos jovens. Estes mesmos jovens, que pouco ou nada lêem recebem mais informação pelos meios tecnológicos de comunicação do que pelos textos, são incorporados à modernidade por meio de uma gramática do rádio, do cinema, da televisão e da internet.

Como os institutos de educação poderão ajudar a reorganizar ou transformar o estado de desequilíbrios e desigualdades, se não se apropriam destes processos de comunicação?

Os meios tecnológicos de comunicação formam no sujeito uma outra cultura, outro modo de ver e ler, de pensar e aprender. É uma relação nova e que coloca tanto jovens como adultos na mesma posição, ou seja, neste caso o mais velho não detém a experiência como é comum em nossa cultura. Adultos e crianças são expostos ao mesmo tempo à velocidade da tecnologia e ao hipersensorialismo de seu conteúdo, que lhes impõem a necessidade de apreender juntos sobre a gramática da instantaneidade eletrônica.

Aceitando, não aceitando ou mesmo impossibilitando manejar e usufruir o computador, o cartão de crédito, a cabodifusão, o fato é que as novas tecnologias não são como utensílios domésticos ou apetrechos do ferreiro. Com uma velocidade surpreendente, as tecnologias de comunicação organizam e reorganizam a experiência social. A escola tem a responsabilidade de atuar frente à sociedade no sentido de organizar e reorganizar estas experiências para o bem social. Muitas perguntas continuam sem respostas, os movimentos de resistência não conseguiram definir um projeto de políticas culturais que integre as tecnologias de comunicação à cultura no sentido aqui proposto. Acredito que a escola será, uma vez que saia da defensiva, o lugar de onde surgirão as respostas e novos questionamentos para o lugar do público e do privado em nossa sociedade, e indubitavelmente as respostas passarão pelo entendimento deste sujeito comunicacional respeitado em seus gostos, compreendendo sua inserção no multiculturalismo, capaz de ler como cidadão o mundo, com uma mentalidade que não busque salvadores e sim um espaço social para a convivência.

O uso do vídeo neste processo é a possibilidade de dialogar também com o meio de comunicação que mais difunde a multiculturalidade e insere na comunidade atos para novas representações sobre as mensagens da transnacionalidade. O receptor que reelaborava as mensagens veiculadas pela televisão sem conhecimentos do processo de produção de mensagens e principalmente sem se ver na tela ou quando se vê representado é na condição de excluído e marginal à “verdade” apresentada, passa a imaginar e dar significado aos atos, a partir do processo que enquanto sujeito os constituem e os sofrem.

Como já afirmamos, a apropriação do processo de produção em vídeo leva a uma relação de comunicação e não à disseminação de informação. Em uma relação de comunicação se apreende e produz conhecimento sobre o todo e o próprio objeto do que se apropria. Assim é fundamental esta troca, em que a sociedade ao participar de projetos desta natureza adquire conhecimentos sobre a tecnologia da produção de imagens, o que consideramos primordial no mundo da informação midiática desta virada do século. Mais significativo ainda, é o fato de que este processo ocorre em uma comunidade envolvendo crianças, jovens e adultos, ou seja, todos aprendem em um mesmo momento sobre novas tecnologias, o vídeo e a televisão, como diz Jesus Martin Barbero. O problema do adulto em geral negar a televisão ou atribuir a esta, a responsabilidade sobre os males da sociedade em parte se dá pelo fato de nada conhecer sobre a tecnologia, suas possibilidades e o papel do receptor. Como ensinar crianças ou os mais jovens sobre a natureza daquilo que não se domina sua técnica. Será sempre defensiva a reação dos adultos, de negá-la ou discursos proibitivos e censuradores da televisão principalmente, quando se trata do público infantil diante dos meios.

Defendo que estes projetos, vídeo popular, possibilitam o aprendizado em conjunto destas novas teorias, promovendo um novo paradigma para a educação na solução da questão provocada pela evolução instantânea das novas tecnologias. Não há o que ensinar para crianças, há de se aprender juntos sobre os instrumentos da instantaneidade. É preciso admitir a individualidade de que cada um é constituído, assim como, o quanto de histórico e comunitário existe em cada um. O projeto participativo com estudos da linguagem audiovisual prepara crianças, jovens e adultos para uma vida melhor na sociedade de informação. É também a possibilidade de transformação desta sociedade para uma conceituação que equilibre o imaginário e o conceitual, recuperando ao homem a comunicação a partir da imagem e da oralidade que permitem a cada um enquanto sujeito a sua construção de identidade.

A aproximação de alguns grupos do vídeo popular com a universidade, possibilitou o contato com a pesquisa e, com isto, o uso do vídeo na comunidade transcendeu a democratização da comunicação. Houve o uso cultural da tecnologia, promovendo relações, relacionamento humano a partir de movimentos da cultura local. Este contato com a pesquisa em comunicação levou estes grupos a discutirem a própria comunicação e o seu papel diante da produção de mensagem e a manipulação da informação.

Hoje nossa preocupação em desmistificar o processo de produção do vídeo e TV tem a intenção de permitir melhores leituras da gramática audiovisual, possibilitando comunicações mais intensas com a mensagem projetada ou programas jornalísticos, de auditório, novelas, filmes...

Antes, o interesse era de fazer com que o telespectador realizasse um movimento crítico tirando-o da "passividade" diante do meio. Assim estes não seriam facilmente manipulados. Hoje, o projeto tem o sentido educativo para facilitar o diálogo que se estabelece entre telespectador e mensagem projetadas nos meios audiovisuais.

Pode ser que não haja qualquer sentido na proposta de educação audiovisual, também acreditamos na sabedoria dos analfabetos e estamos muito mais convictos na sabedoria do telespectador ignorante diante das técnicas da televisão ou infovia.

Entretanto, a partir do iluminismo muitos se envolveram com os textos, hoje apesar da força e da realidade da cultura oral em nossas comunidades o sistema nos impõe a cultura letrada e já não dá para acreditar que possamos transformar o mundo para uma vida melhor sem conhecimento da história que só encontramos registradas nos livros. Ler exige interpretação conhecimento de signos e significantes, parábolas, metáforas, enfim, é preciso conhecer a linguagem da escrita para aproveitar ao máximo o livro, seja ele de história ou conto.

Assim como saber ler permite um aproveitamento melhor dos escritos, penso que conhecer a gramática do audiovisual ajudará na interpretação das imagens, sempre no sentido de possibilitar melhores leituras ou prazeres ao assistir filmes e programas de diferentes gêneros.

Referências bibliográficas

- BADIOU, Alain. *Ética*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BARBERO, Jesus Martin. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- _____. Nuevos modos de leer. *Revista de crítica cultural*, n.º 7, Santiago de Chile, 1996.
- _____. *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em Comunicação Social*. Seminário, 1991.
- _____. *Nuevos Regímenes de Visibilidad y des- Centramientos culturales*. Colômbia, 1998.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos – Conflitos multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CERTAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAFIN, Cássia Maria. *Tese de mestrado - O circo eletrônico*. São Bernardo do Campo: Metodista: 1995.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cultura e Literatura*. Barcelona: Península, 1977.
- MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATTELART, Armand. *Multinacionais e Sistemas de comunicação*. São Paulo, 1976.
- MATTELERT, Armand. *Comunicación y nueva hegemonia*. Santo Domingo: CEDEE Y CELADEC, 1981.
- MAX, Horkheimer e ADORNO, Theodor W. *A indústria cultural*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*, 4ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Resumo

Os meios de comunicação beneficiados pelo desenvolvimento de tecnologias de informação têm sido o principal instrumento para divulgar o modelo econômico e desenvolvimentista brasileiro. Estas redes tecnológicas vêm tentando compensar o desequilíbrio ou mesmo a superficialidade da modernidade que divulgam em suas mensagens. Os movimentos pela democratização do país criam novos atores na sociedade que reivindicam a democratização da comunicação estes atores geram ações políticas por liberdade de expressão nos meios eletrônicos rádio e televisão. Assim,

começa o que denominamos “fenômeno da comunicação popular no Brasil”, grupos sociais inventando e reinventando a produção de mensagens comunicacionais e recuperando as raízes culturais da comunidade.

Palavras-chaves

Comunicação, democratização, comunidade

Abstract

The means of communication that had been benefited by the informations technology development have been the main instrument to spread the economic and Brazilian development model.

Those technologies nets have been trying to compensate the social unbalance or even the superficiality of modernity that communicate his messages.

The movements by country's democratization create new actors in society. That reivindicade the democratization of communication, those actors nurtur politics actions by freedom of speech at electronic means, radio and television.

Thus, to begin that we denominate “ Popular Communication Phenomenon in Brazil “, socials group inventing and reiventing the communication messages' production and recovering the community's cultural roots.

Key-words

Communication, democratization, community's

DO FLANEUR AO VOYEUR

A crise da(s) modernidade(s)¹

Ivo Lucchesi

Considerações iniciais

A presente reflexão tem por propósito revisitar criticamente alguns temas que se situam na órbita de preocupação da *modernidade*, ou segundo outras correntes teóricas, da *pós-modernidade*. Mais que uma preferência quanto à nomeação, revela-se uma questão de caráter conceitual e, como tal, a requerer uma releitura. É também preocupação central nessa investigação a tentativa de equacionar e redefinir os papéis desempenhados pela *razão*, bem como procurar firmar certos parâmetros do que em nome dela é construído e/ou destruído.

É também foco desta proposta uma análise a respeito de como se porta o discurso da arte diante dos desafios gerados pelos mecanismos sistêmicos cuja consequência põe em sério risco tanto a autonomia do sujeito no ato de criação, quanto a liberdade para o exercício da recepção, levando-se em conta os efeitos oriundos do mapeamento instalado pelas linguagens midiáticas a reboque de seus respectivos veículos de comunicação de massa. Não conhecemos ainda o real alcance do que essas linguagens produzem no âmbito da constituição da subjetividade. Sabemos, porém, reconhecer que alterações perceptivas e cognitivas constituem, ao longo das últimas décadas, um novo cenário a abrigar diferenças no tocante à capacidade de legibilidade dos signos por parte do público receptor. Sem dúvida, instalou-se um fator perturbador quanto ao modo de o sujeito articular a produção de sentido, bem como o de relacionar-se com a ordem do real.

Tomando-se como argumento irrefutável o fato de o espaço existencial em que circulam, paradoxalmente, a tragicidade e a epicidade da condição humana, estar passando por profundas modificações, intransferível se torna a tarefa de repensar-se sob que princípios — com inevitáveis consequências éticas, políticas, filosóficas e estéticas — a *razão* vem ensaiando estratégias capazes de preparar a caminhada civilizatória, em direção ao próximo milênio.

Estaremos sendo partícipes de um processo de transformação, cujo ponto de chegada culminará na ação autoritária de uma consciência planetária, em torno da qual gravitarão inexpressivas subjetividades dispersas e fragmentárias? Estaremos sendo personagens de uma peça cuja trama implica o projeto de demolição das estruturas vigentes, guiado por um irresistível desejo afirmativo? Estará a comandar-nos o profundo sentimento de insatisfação que, aliado à nossa insubmissa vocação em modificar a realidade, coloca-nos diante de desafios que, a todo o instante, instigam nossa capacidade de absorção e superação perante as dificuldades postas? Seja como for, em todos os casos, a *razão* está em jogo. Contra ou a favor, não há como ignorá-la: seja a *razão*, expressão autoritária da sistêmica face perversa centrada na lógica fria do capital, seja a *razão*, promotora de um novo e conciliador pacto no qual a condição humana se possa reconhecer e, em seu nome, iluminar as sombrias e suspeitas imagens acerca de um quadro presente cujos sinais parecem recusar o investimento na crença por maiores esperanças.

Crise e modernidade

Ao pensar-se a questão da modernidade, de imediato apresenta-se como exigência a explicitação quanto à fronteira temporal na qual ela estará inserida. Seria o critério mais apropriado aquele que privilegiasse um fato histórico (e, nesse caso, aos olhos de um historiador para o qual o fundamento econômico fosse prioritário, haveria de ser a Revolução Francesa ou Burguesa, em 1789, o acontecimento meritório dessa fronteira, mas não menos representativa mostrar-se-ia a época das Grandes Navegações, para um historiador cuja prevalência da construção histórica se calcasse no espírito de aventura com que se afirma o ato humano)? Seria, por outro, igualmente elucidativo, um critério estético (e, em tal situação, irromperia como emblemática referência o enigmático quadro de Da Vinci *Mona Lisa (La Gioconda)*, datado de 1503)? Como se vê, não se oferecem razões suficientemente definitivas para o estabelecimento de uma escolha consensual. Como convencer um historiador no tocante ao fato de uma tela, com a acanhada medida de 76,8 x 52,7cm, superar o vasto painel sócio-político-econômico que, por exemplo, abriga a narrativa a respeito da descoberta do Novo Mundo? A aparente desproporcionalidade entre os exemplos não se revelaria um problema à argumentação de um crítico, caso este desejasse revelar que, no tímido *formato* de uma tela, poderiam ser lidos todos os signos com os quais se nomeiam uma conjuntura histórica — que nos remete à época das descobertas — e mais os signos originados da percepção subjetiva do artista, ultrapassando as contingências da ação histórica propriamente dita.

Deixados à margem os impasses iniciais quanto ao rigor demarcatório com o qual historiadores e críticos tentam fixar a aurora da modernidade, talvez se ofereça mais oportuno ouvirmos a voz daquele que, em meio aos escombros de uma temporalidade repleta de indefinições, e, ancorado ao porto inseguro da expressão poética, chamou de *modernité* a contemporaneidade romântica francesa. Referimo-nos, portanto, a Charles Baudelaire.

A proposta de encaminhar uma reflexão com base na relação entre *crise* e *modernidade* impõe, de imediato, certo grau de estranhamento, se entendermos a inevitável contigüidade semântica que, entre os termos, existe. Ou seja, a titulação de *modernidade*, formulada por Baudelaire, traz implícita a noção de *crise*. Recordemos as palavras do poeta: "A modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente /.../"².

Assim compreendido o conceito de modernidade não se torna difícil o que o próprio Baudelaire do conceito deduziu, ao referir-se à figura do pintor: "Existir uma modernidade para cada pintor antigo"³. Em outras palavras, é como se ele afirmasse que a modernidade é o presente de cada época, o que também possibilita concluir o fato de, a cada modernidade, corresponder a vivência de um estado de crise. Crise, portanto, nesse contexto, adquire um caráter de existência perdurante, ininterrupta e inevitável, modificando-se apenas os aspectos típicos de cada época. A crise, ousaríamos afirmar, é o próprio motor a pôr em movimento o curso do projeto histórico e civilizatório.

À luz do que traduzem as idéias de Baudelaire, o conceito contemporâneo de *pós-moderno* ou *pós-modernidade* se vê esvaziado de significado, a menos que, com o acréscimo do prefixo, se pretenda reconhecer o início de uma nova época destituída de crise, bem como assinalada pelo sentido de perenidade e de abrangência. Bem sabemos, porém, que os tempos atuais registram exatamente o oposto: vivemos a radicalização do efêmero e a maximização do circunstancial e do fragmentário. Nessa perspectiva, fazemo-nos protagonistas de uma época marcada pela intensificação da *diluição* e do *estilhaçamento* de que, a título de ilustração, a linguagem do *videoclip* é um exemplo⁴, assim como outro o é no tocante aos progressivos recursos tecnológicos destinados à virtualização da realidade.

Enfim, a vivência do clímax das fraturas históricas, políticas e existenciais com que se faz visível a contemporaneidade parece projetar-nos num cenário de crise do que sugerimos chamar de *hipermodernidade*⁵ cuja característica macrossistêmica con-

sistia na exacerbação do *espólio da razão* sobre cuja caracterização pretendemos, a seguir, refletir, deixando, antes, claro o fato de que vivemos em pleno processo de transformação, fruto, ainda, do emaranhado sistema que encontra *seu enraizamento nos ideais* assimétricos formulados pelo saber iluminista. Reconhecemos os passos geradores dessa assimetria é o centro da preocupação que cerca o perfil do que denominamos o *espólio da razão*.

A crise e o espólio da razão

Uma vez aceito o reconhecimento de que a crise é condição imanente à construção e ao desenvolvimento do projeto *civilizatório*, resta o desafio de perceberem-se as implicações que se situam no âmbito dos desdobramentos históricos. Por mais paradoxal que pareça, a crise é tanto o estado de tensão provocado pela necessidade de o *homem superar-se pelo conhecimento*, quanto o estado de tensão é decorrente da transformação proporcionada pelo conhecimento adquirido. Isto, portanto, significa afirmar que a razão da crise implica inevitavelmente a *instalação da crise da razão*. Neste sentido, a aventura do Ocidente a partir do Renascimento, mais intensamente que em épocas anteriores, aprofunda o investimento radical na esfera do saber tanto teórico quanto *operatório*, cujo *enraizamento* se localiza no início da diluição do Império Romano, passa pela exaustão do Feudalismo e chega às portas do Renascimento com a formação dos Estados-Nação.

Identificamos a autora do Renascimento como o estágio histórico de um tempo primordial, propício à *agudização da crise*, em face da necessidade de cada nação consolidar sua identidade, filiando-a aos conceitos de *progresso e riqueza*. Digamos que é nesse momento histórico que, com mais clareza, se desenhava a *convicção de ser o conhecimento a grande âncora* a permitir a expansão e a decorrente vocação colonizadora. Tal processo, paulatinamente, foi somando ao Estado-Nação o perfil estratégico de *Nação-império*, permitindo-se o *aperfeiçoamento progressivamente perverso* do ideário capitalista⁶. Conseqüentemente, o saber perde, em definitivo, a finalidade de ser o *instrumento do aprimoramento humano* para converter-se em *instrumental da dominação*. A partir daí, o sentido de crise sofreu um desdobramento a demarcar duas diferentes trilhas cujo significado traduziria o mapeamento responsável pela crise das diferentes e sucessivas modernidades.

A concretização da existência das duas vertentes geradas pela distinta destinação do saber parece *haver criado um impasse insuperável e inconciliável* para as expecta-

tivas nervosas e reclamadas pelo primado da razão. A *razão humanizadora* e a *razão apressora* se apresentam para a modernidade pós-renascentista como o grande embate no qual, irremediavelmente, estará aprisionada a dialética entre arte e capital⁷.

A cisão gerada no interior da razão, decorrência da impregnação de um modelo pragmático que, aos poucos, foi sendo delineado pela crença na eficácia do caráter utilitarista, criou territorialidades em bases assimétricas, de modo a, cada vez mais, distanciarem-se entre si o saber humanístico e o saber tecnocientífico. Este, como demanda dos interesses fixados pelos grupos de força do progresso, esquadrinha o mapeamento da nova realidade; aquele, sob a vigilância desses grupos, foi confinado a um isolamento, bem como ao desprestígio, dado o fato de ser considerado improdutivo e, ainda, perturbador ao projeto expansionista e dominador que tinha, na linha de frente, os cultores e os ideólogos da razão instrumental, o que nos coloca em sintonia com o recorte reflexivo traçado por Eduardo Portella:

A modernidade vem sendo o desdobramento da forma soberana da razão, dessa mesma razão que, toda a vez que a deixamos sozinha, logo se torna puramente instrumental ou meramente contábil.⁸

A questão a envolver os descaminhos trilhados pelo império da razão talvez se faça merecedora de diferente enfoque, em relação às abordagens já consolidadas por certa tradição crítica, tanto liberal quanto marxista. Nas duas macrocorrentes do pensamento que alcançaram alto prestígio em meio à histeria que muito alimentou a fantasmagoria da Guerra Fria nos idos de 50 e 60 deste século, pode-se identificar um equívoco de interpretação, cujo desdobramento tende ora à exaltação, ora à execração da razão iluminista. Na verdade, a perpetuação do equívoco terá encontrado terreno fértil numa construção meramente abstrata. Rigorosamente, não se pode autenticar o reconhecimento de *uma* razão iluminista.

Se retrocedermos à segunda metade do século XVIII (e daí em diante), encontraremos pensadores e escritores cujas proposições filosóficas e estéticas não se harmonizam com o que se convencionou chamar de *Iluminismo*, ou *Século das Luzes*. A leitura atenta dos escritos de Diderot, Voltaire e Rousseau não se afina, efetivamente, com os caminhos reflexivos traçados pelo ideário de Adam Smith. A razão a orientar as bases econômicas do liberalismo esquadrinhadas por Smith não contempla as concepções humanistas que se vêem configuradas principalmente nos escritos de Diderot e Rousseau. Não é a mesma *razão*, como de resto, ousaríamos afirmar que a história

do Ocidente não teria a feição esquiva com a qual, nos tempos atuais, mostra, se houvessem vingado os princípios da vertente humanista, em detrimento da radicalização dos princípios economicistas.

De certo modo, Kant, seguindo o rastro do espírito atribulado e conturbado de Rousseau, sinalizou, ao longo da obra, as veredas obscuras com as quais se marcaria o desvirtuamento de um caráter. Todavia, o esforço reflexivo de Kant foi atropelado pelo furor incontido de uma engrenagem movida pela ambição desmedida dos “novos senhores” que elegeram os ditames da razão instrumental, pondo-os a serviço do endeusamento da multiplicação ilimitada do capital. Neste particular, o modelo concebido, passo a passo, pela burguesia bem se serviu do saber operatório voltado para tal fim. Na retaguarda, em regime de confinamento, alternado com regime de *liberdade condicional*, ficou a razão humanista, parceira do pensamento filosófico e das artes.

A sofisticação do modelo industrial burguês, na sua infinita demanda, exacerbou o investimento na pesquisa tecnocientífica, com o intuito de, agressivamente, consolidar seu projeto de expansão e dominação. Era o momento do gozo oriundo de um longo desejo recalcado. Abraçando-se à razão instrumental, a burguesia serviu-se (e serve-se) do espólio dos saberes, que vem a redundar na fragmentação do conhecimento sob a máscara da microespecialização e da tecnoburocracia, a fim de garantir a eficácia de gerenciamento. É essa vertente, subproduto do manto iluminista, que encontra espaço e amparo no imaginário burguês cuja abertura tem início nas formulações sistêmicas de Adam Smith e atinge seu perfil mais maduro no interior da grade teórica do positivismo. Não é, portanto, no modelo idealizado pela razão do humanismo iluminista, por excelência, que se pode verificar a grave fratura cujo resultado modificou o curso da própria história.

O *flâneur* e o *voyeur*: da palavra à imagem

A arte romântica, na codificação de sua estética desesperada, expõe, por meio de antíteses, hipérboles, sentimentos exacerbados, contrastes cromáticos e personagens atormentados, a conspiração que persegue a vida vigorosa. A poesia de Baudelaire e a ficção de Victor Hugo não se dissociam dos preceitos elencados por Diderot e Rousseau. A figura do *flâneur* formulada por Baudelaire é uma das respostas mais sonoras e emblemáticas do desespero que decorre da constatação da falência de uma certa razão. Assim é que a poesia de Baudelaire se move, sob o ímpeto da contradição romântica, entre a vivência do prazer possível e a expiação da dor inevitável. Afirma-

ção e negação, de algum modo, sentem a necessidade de caminharem juntas. Disto resulta o brado do poeta:

(...)
 Assassino cruel da Vida e da Arte,
 Jamais há de matar nesta memória,
 A que foi meu prazer e minha glória! ⁹

Nenhum outro grito rasgou o pretenso silêncio apaziguante tão sonhado pela sociedade industrial quanto aquele que se fez presente na poesia *maldita* de Baudelaire. Nela reside a síntese mais bem apurada do que se pode reconhecer como a expressão poética construída a partir da *consciência da crise*. Tal constatação pretende significar que a publicação de *As flores do mal*, em 1857, pode constituir-se no marco oficial, no tocante ao reconhecimento de que a vida estava definitivamente contaminada pela perda irremediável da ingenuidade. Da arte, pelos versos de Baudelaire, veio a percepção do quanto a presença do *mal* haveria de nortear os tortuosos caminhos da modernidade. Nesse sentido, Baudelaire haverá inaugurado uma nova tradição que se estenderia pelo pensamento filosófico de Nietzsche em *Para além do bem e do mal* (1885-1886), na reflexão hermenêutica de Paul Ricoeur em *O Mal* (1986), ou na análise crítica da cultura que Jean Baudrillard realiza em *A Transparência do mal* (1990), entre outros.

Se os primeiros sinais da derrota do sonho podiam ser detectados, já em 1790, no *Fausto*, de Goethe, é também inegável que, na insurreição vigorosa dos versos de Baudelaire, a crise adquire contornos definitivos. Se é cabível a comparação, podemos afirmar que o gênio alemão pintou, com tintas trágicas, o dilacerador pesadelo ao qual se vê condenado o torturado Fausto, ante o desejo implacável e dominador de Mefistófeles. Todavia, o que, em Goethe, se faz registrar com o signo da fatalidade, em Baudelaire se afirma com o signo da revolta do ser contra a dor. Sim, os tentáculos da modernidade não oferecem outra alternativa para além da dor. Baudelaire não ignora o sofrimento insuportável do jovem Werther, nem a falta de perspectiva de Fausto. O autor de *As flores do mal* apenas não se conforma perante o que lhe é posto como ultimato. Vinga-se vociferando e disseminando ao redor da emergente e deslumbrada burguesia versos cujas flores exalam o *mal* que não mais da sociedade seria erradicado. Quem sabe, como uma consciência que, desesperadamente, anseia pela sobrevivência possível, o ser inquieto do poeta tenha criado no seu imaginário a personagem do *flâneur*, conforme bem registram as palavras de Walter Benjamin no ensaio *A modernidade*.

(...) No *flâneur* é muito evidente o prazer de olhar. Este pode concentrar-se na observação — daqui resulta o detetive amador; ou pode estagnar no simples curioso — e então o *flâneur* se transforma em *badand*. (...) Mas na *flanerie* desde o início havia uma consciência da fragilidade desta existência. Na *flanerie*, a necessidade se faz uma virtude; o que mostra a estrutura característica da concepção do herói em Baudelaire em todas as suas manifestações.¹⁰

O que desponta de mais revelador na imagem do *flâneur* está configurado — sem excluir tudo que a esse respeito foi pensado, principalmente por Walter Benjamin, Ernesto Grassi e Marshall Berman — na necessidade de o ser do poeta moderno apostar no risco da permanente mobilidade, de modo a não se permitir a aproximação das sedutoras estratégias de cooptação cujas máscaras ora derivam do sucesso alcançado, ora da exposição excessiva que, na realidade presente, é patrocinada pelos veículos de massa. É, portanto, no exercício de um constante *deslocamento* que se afirma e se protege a possível sobrevivência da voz poética. Esta se afigura, pelo menos, como mínima garantia quanto ao fato de a eficácia da poesia não ser convertida num mero produto de entretenimento, ou mesmo, de perfil terapêutico. Dessa compreensão aguda a respeito dos perigos que passaram a rondar a figura pública do poeta, Baudelaire haverá extraído o perfil do *Dandy*. Para tanto, são esclarecedoras as palavras de Ernesto Grassi em *Arte como antiarte*:

(...). O *Dandy* nega e dissolve tudo aquilo que já está constituído e institucionalizado; e esta dissolução manifesta-se com aparência de absurdo. (...) Trata-se de experimentar e realizar uma forma de existência que se oponha com a palavra e com a ação à realidade cotidiana e a tudo aquilo que é convencional. O dandismo exige do poeta, isto é, do homem que tem o dom da *poiesis*, que ele não busque refúgio no jardim artificial da 'literatura' (...) e que ultrapasse com renúncia consciente os limites da arte, empenhando-se com toda sua personalidade./.../¹¹

Todavia, o que se torna cada vez mais presente — e nisso se reconhece parte do dilema contemporâneo — é o crescente impedimento da *flanerie*, e menos ainda do dandismo como experiência existencial, na medida em que a *grade midiática*, com seu apelo de tudo tornar *publicante*, concorre de maneira perversa para a celebração trivializadora, impregnando com a banalização do cotidiano aquilo que de grandioso

e sublime emerge da criação. Nessa perspectiva, é de extrema lucidez a sentença de Habermas: “Hoje tudo cai no redemoinho da experiência contingente”¹².

Se o contingencial tomou o lugar de valor permansivo, levando de roldão a “fala pura da poesia”, não parece defensável o que afirma Gianni Vattimo, nas páginas iniciais de *A sociedade transparente*, a respeito da atuação dos meios de comunicação de massa:

O que de fato aconteceu, porém, não obstante todos os esforços dos monopólios e das grandes centrais capitalistas, é que o rádio, a televisão, os jornais se tornaram elementos de uma grande explosão e multiplicação de *weltanschauungen*, de visões do mundo.¹³

Ao mesmo tempo em que Vattimo parece atribuir à realidade “telemática” [ou midiática] o encargo de promover “visões do mundo”, em capítulo adiante reconhece:

(...). Vivemos a experiência do belo como reconhecimento de modelos que fazem mundo e que fazem comunidade apenas no momento em que estes mundos e estas comunidades se dão explicitamente como múltiplos.¹⁴

Em sendo verdade que a vivência do cotidiano contemporâneo está sob o gerenciamento da multiplicidade e do instantâneo, para onde estará sendo “expatriada” a *subjetividade fruidora*, se diluída se encontra em meio à ruidosa multidão? Igual indagação se mostra imperante quanto ao destino da arte, para além do que Benjamin já antecipara, ao tratar da “perda da aura”. Enfim, Vattimo parece ignorar o vazio reinante do que outrora já pôde ser vigoroso. Que nova forma está fundada, capaz de não ser reduzida a um *formato*? Por que caminhos ignorados transita o *virtuoso*, capaz de não ser confundido com o deslumbramento articulado pela engenhosa *virtualização*?

Tais questões parecem não merecer o foco crítico das lentes midiáticas para as quais o mundo por elas selecionado pode bem comungar a cena mais horripilante com a efusividade mais intensa de uma comemoração esportiva, cívica ou artística. Em rápidos segundos, a subjetividade exposta ao mundo recortado pela imagem se vê alvo das mais radicais oscilações. Por fim, tudo se transforma em conteúdo pasteurizado, a exemplo da memória que pouco ou nada reterá.

Indiscutivelmente, o fundamento das tensões que hoje assediam o exercício da reflexão foi detectado pelo olhar prospectivo de Baudelaire. Este bem percebeu por que veredas dolorosas haveria de passar o ser que se entregasse ao chamamento da arte, bem como não descuidou de pensar a respeito dos riscos a que a própria arte estaria exposta, ante o cenário já desenhado no início da segunda metade do século XIX. Talvez, por ter tamanha convicção, Baudelaire não se furtou em esculpir o autorretrato do artista, conforme atestam as palavras presentes no texto *Arte em Paris*.

Todo o florescimento [em arte] é espontâneo, individual. (...) o artista nasce apenas de si mesmo. (...) A única segurança que ele estabelece é para si mesmo. Ele morre sem deixar filhos, tendo sido seu próprio rei, seu próprio sacerdote, seu próprio Deus.¹³

O poeta, atado à radicalidade do que, na sua escolha, deseja ser, fixa, com clareza contundente, a impossibilidade de aceitar quaisquer mínimas concessões. Sabe que algo de profundamente transformador instalou-se no processo das intermediações a envolverem o ser e a existencialidade. Para não sucumbir ao mortal erro, há de assumir para si o que nos dizeres de Heidegger seria a *errância* cujo sentido maior consiste em o ser se definir por uma *existência angustiada*, evitando a *existência anônima cotidiana*, tragada pelo estado de *esquecimento de si*. Todavia, os novos tempos não mais comportam a configuração binária da qual não parece libertada a ontologia heideggeriana, na medida em que, por ser binária, dependente ainda está de uma construção maniqueísta entre o bem e o mal. O desafio proposto pela turbulenta modernidade seria, pois, a capacidade de o *eu* se afirmar tanto como *resistência* contra os mecanismos de manipulação quanto como *insistência* na preservação de sua identidade, porém sem a ingenuidade de que possa cumprir a travessia sem a contaminação do que a própria realidade impõe. Tal reconhecimento fica explícito na expressão poética de Baudelaire, a exemplo dos versos finais de *O Irremediável*¹⁴:

Farol, irônico e infernal,
Tocheiro de graças satânicas,
A um tempo alívio e glória únicas
— A consciência posta no Mall!

Já à sua época, Baudelaire, sem supor por quanto se expandiria o frenesi midiático, vaticinava contra os jornais, num dos textos de seus *Escritos íntimos*: “Custa-me a acreditar que uma mão limpa consiga tocar num jornal sem sentir um vômito de repul-

sa¹⁷. Menos profético o poeta não foi, ao bradar, na mesma obra, contra o que aqueles tempos ainda timidamente sinalizavam no tocante aos desdobramentos decorrentes do progresso:

A mecânica americanizar-nos-á a tal ponto e o progresso acabará por atrofiar tanto o que em nós há de espiritual que nada do que os utopistas algum dia imaginaram nas suas invenções sacrílegas, sanguinárias e antinaturais se poderá comparar aos seus resultados positivos.¹⁸

Entre outras intensas transformações, podemos identificar espacialmente o que separa a *modernidade* de Baudelaire da — como a nomeia Eduardo Portella — *baixa-modernidade*: do *boulevard* ao *shopping*. Mais que uma metáfora concreta de caráter espacial, a oposição reflete uma mudança de construção da subjetividade. Enquanto o primeiro insinua o tempo-templo da palavra a sacralizar a experiência do ser no diálogo, o segundo incita o olhar solitário que, em movimento, exercita o prazer mórbido de ver o que, na maioria das vezes, não pode adquirir. Aí entra em cena o *voyeur*¹⁹ que, com o olhar cedido à ilusão, rouba — sem possuir — o que deseja. É o *viajante do olhar* que, inebriado com as conquistas da contemporaneidade, se sente *atraído* pelo fascínio dos objetos. Ao mesmo tempo, vê-se *traído* por tudo que lhe torna inalcançável a posse. Por fim, sabe, no mais íntimo de si, ser um *traidor* de si mesmo. O *voyeur* trai a si e aos outros, na medida em que tenta fazer passar como experiência real o que se potencializa apenas no plano da frágil e fugaz aparência. Como último consolo, restalhe o mundo das imagens que, com voragem infinita, ele as devora, devorando-se e, heideggerianamente, *esquecendo-se* de si.

A fazer par com o nadificado destino do *voyeur* está, na outra ponta, o *exibicionista* — expressão de uma subjetividade diluída. Objeto do olhar do outro, o *exibicionista* se afirma na glória efêmera de uma imagem em movimento. Seu deslumbramento deriva da capacidade e da necessidade de permanente deslocamento, tornando-se, portanto, volátil e portátil. O *exibicionista*, como o *voyeur* não pode prescindir da presença do outro sobre quem deve exercer o impacto desejado. Daí advém seu permanente deslocamento. O *exibicionista* não perdura para além do que comporta a curta duração do impacto, porque é também deslizante o olhar que o vê. Quem o captura com o olhar almeja vislumbrar a novidade. Esta, por sua vez, em sendo novidade, desgasta-se rapidamente, o que exige imediata substituição. Nesse jogo de olhares entre o *voyeur* e o *exibicionista* (o ver e o ser visto), emaranha-se uma trama que se esvai em si

mesma. Tudo é desespero à procura de suportar a enganosa crença de que a vida seja capaz de abrigar a *sustentável leveza do ser*.

No fundo, o *voyeur* e o *exibicionista* representam, numa versão abastardada e canhestra, o contraponto do *flâneur* e do *Dandy*. Estes atados ao vigor da palavra; aqueles colados ao império da imagem. No quadro de fundo está o imaginário da burguesia que, a exemplo do *voyeur* e do *exibicionista* vive o drama de um eterno corpo societário alçado à condição de poder, sem a construção de uma identidade própria, conforme já afirmamos em outra ocasião: "A impessoalidade da origem, travestida na perpetuação patrimonial, substitui a *aparição do eu* pela *aparência de si*".²⁰

Ao que tudo indica, a arte, prisioneira das atuais engrenagens ditadas pela *sociedade do espetáculo*, como bem a conceitua Guy Debord, também se vê refém desse mesmo olhar perdido e subsidiária da promoção que lhe empresta a "grade midiática"²¹, firmando por condenar o produto da criação aos meandros da informação. Sobre tal questão, invocamos o depoimento de Gilles Deleuze, proferido numa entrevista em 1987:

A obra de arte não é um instrumento de comunicação. A obra de arte não tem nada a ver com a comunicação. A obra de arte não contém, estritamente, a mínima informação. Em compensação, existe uma afinidade fundamental entre a obra de arte e o ato de resistência. Isto sim. Ela tem algo a ver com a informação e a comunicação a título de ato de resistência.²²

A arte, enquanto peça de uma engrenagem mais ampla, e dotada de alto grau de aliciamento pelos grupos de força sistêmicos, se torna instrumento de apropriação cujos reflexos tanto se fazem sentir no âmbito da circulação do objeto estético quanto atingem o processo de criação, o que constitui um dado de singularidade, no que diz respeito à produção artística em tempos atuais.

Talvez estejamos assistindo a uma experiência única, ao longo de todo o percurso civilizatório: o empobrecimento da criação, aliado ao despreparo crescente com o qual se apresenta a recepção. Nisto reside o ponto fundamental a merecer um exercício de reflexão.

É sabido que, em épocas de flagelo, de catástrofes coletivas, ou de transformações agudas, verifica-se o crescimento avolumado de uma arte tanto grandiosa quan-

to renovadora e transgressora. Para tanto, basta lembrar que o surgimento da tragédia grega está associado ao pano de fundo das Guerras do Peloponeso e a uma reestruturação do poder na Grécia Antiga. Na passagem do sistema feudal para o embrião do que viria a ser o sistema capitalista, registra-se a exuberância da arte renascentista. Em meio à turbulência criada pela redefinição do poder eclesiástico que situa a tensão entre a Reforma e a Contra-Reforma, vem à tona a pulsante e dilemática arte barroca. Igual impulso revitalizador toma conta na arte romântica, quando da consolidação da burguesia no poder, a exemplo do que revelam as vanguardas europeias ao longo de todo o período de fermentação e exacerbação da I Grande Guerra. Menos emblemática não é a instigante e angustiada expressão artística que emana das ruínas do segundo pós-guerra deste século. E assim, indefinidamente, estaríamos a exemplificar, tanto em modalidades de linguagem quanto em infinitos elencos de obras e autores, vasta galeria na qual desfila o incomensurável acervo da criação e da grandeza humana, permitindo, deste modo, a eficácia do argumento cuja base confirma a intrínseca associação entre crise e arte.

Tentando trazer ao palco dramático da contemporaneidade o binômio crise e arte, percebe-se, no entanto, que, nas duas últimas décadas, nada parece vingar de modo mais efetivo que não seja o melancólico registro de uma intensa produção divorciada de um suporte qualitativo merecedor de destaque. A percepção de tal fato exige, pois, seu enfrentamento. De duas uma: ou vivemos uma época destituída de crise, ou caímos todos numa entorpecedora armadilha. Obviamente, a segunda hipótese é a que melhor se afina como tese, sobre a qual cabe promover, pelo menos, um esboço de análise.

É incontestável que o reduto da arte sempre tenha sido marcado pelo investimento do ser numa experiência, valendo isto tanto para a criação quanto para a fruição do receptor. Todavia, a armadilha da *hipermodernidade* sofisticou as relações que outrora fizeram atrelar a arte ao capital, de modo a, na cena presente, esvaziar progressivamente o sentido de experiência estético-existencial, fruição, conhecimento e prestígio, preenchendo-a com os conceitos e práticas afins a mercado, entretenimento, aceitação, sucesso, simplicidade, entre outros atributos inautênticos. Haverá tido razão Marcuse quando, há décadas, especulava a respeito do temor quanto à possibilidade de um dia a arte vir a sentir-se ameaçada? Recordemos suas palavras:

Um *fin da arte* só é concebível se os homens não forem mais capazes de distinguir entre verdadeiro e falso, bom e mau, belo e feio, presente e futuro. Isso seria o estado de perfeito barbarismo completo no auge da civilização — e tal estado é, de fato, uma possibilidade histórica.²³

Paralelamente à deformação já caracterizada, promovem-se mudanças estruturalmente significativas e perversas no sistema educacional em todos os seus níveis; além de contarem com o subliminar reforço da “grade midiática” que se encarrega de, com a força dos veículos de comunicação de massa, fixar paradigmas de qualidade e eficácia pelo menos discutíveis. O somatório de tais fatores passa a atuar quase autonomamente, uma vez detonada a mecânica de seu funcionamento. Aí chegamos ao quadro em vigência. Assim se compreende por que o *voyeur* e o *exibicionista* tomaram o lugar do *flâneur* e do *Dandý*, em escala quantitativamente crescente. Desta armadilha não escaparemos, se alteradas não forem as conexões que a alimentam. O problema está em quem deseje, quem pode e quem se arrisca na empreitada da remoção e da reeducação. Eduardo Portella sinaliza para a superação do que ele nomeia de “baixa-modernidade” a necessidade de se firmar um pacto sob a égide da “ética da negociação”²⁴. Contudo, não ficam claros quais pates devam sentar à mesa para o estabelecimento dessa nova política. Por outro lado, também devemos olhar com certo ar de desconfiança a própria estratégia de *remoção* e de *reeducação*, pelo tanto de incômodo que causa a presença do prefixo *re*. Afinal, bem se sabe que a história jamais deu um passo para trás. Por outro, se o der para frente, para onde estaremos indo? Eis a questão...

Em síntese, portanto, não parece exagero a afirmação de que a *bipermmodernidade* institui progressivamente o esvaziamento do trágico, banalizando o sentido da vida e da morte, a fim de consolidar, por meio da vitrine do deslumbramento, que instiga o desejo ao centrar o olhar no consumo, a entronização da *deusa* tecnologia. A construção de um mundo tecnificado, apoiado num processo de mascaramento do real, finda por gerar o poder hegemônico das máquinas. Assim, a razão do *sentido* na qual o ser ocidental sempre procurou depositar sua confiança se vê tragada pelos descaminhos do sentido de uma *razão* que exilou de si a proposta humanista. Nessa perspectiva, a modernidade estaria sustentada por uma aporia de perfil quase intransponível: uma tensão entre as *relações justapostas* e as *relações disjuntivas*. A consciência, tocada pelas novas linguagens geradas à luz dessa tensão, e isolada de um mundo no qual ela demonstra não dar conta de apreender os fundamentos orientadores da vida, cria para si, como consequência, o estado de *aturdimento*, tornando, por fim, o palco da *baixa modernidade* o lugar onde se encena uma peça de contornos tragicômicos cujo

enredo gira em torno do que é definido por Eduardo Portella sob o rótulo de “deperecimento da totalidade”²⁵. É possível ainda que, no íntimo mais secreto do indivíduo — onde o que resta de consciência é ínfima parcela de afirmação da vida — esteja alojado o fantasma da morte que essa mesma parte residual de consciência não queira admitir ser real, embora saiba ser inevitável, conforme alerta o pensamento de Edgard Morin, ao debruçar-se sobre a fantasmagoria da vida contemporânea:

A morte, que corrói seu próprio conceito, vai então corroer os outros conceitos, sapat os pontos de apoio de intelecto, demolir as verdades, nulificar a consciência. Ela vai corroer a própria vida, libertar e exasperar as angústias subitamente privadas de parapeitos. Neste desastre do pensamento, nesta impotência da razão em face da morte, a individualidade vai pôr em jogo seus últimos recursos: tentará conhecer a morte não mais por intermédio do intelecto, e sim farejando-a como um animal, a fim de penetrar em sua toca, tentará recalca-la apelando para as forças de vida mais rudimentares. Este afrontamento pânico, num clima de angústia, de neurose, de niilismo, assumirá um aspecto de verdadeira crise de individualidade diante da morte. /.../²⁶

Conclusão

A despeito de reconhecer-se o caráter inconcluso do que foi proposto para reflexão, fato decorrente da natureza do próprio tema, alguns aspectos puderam ser alinhavados. Entre os pontos passíveis de estarem a merecer um entendimento mais definido se pode destacar a percepção de que o estado de crise se revela uma presença inevitável em todos os tempos, visto que sua configuração é determinada por contingências específicas de cada época. Conseqüentemente, em cada época, existe a *modernidade*, restituindo, assim, o conceito que, para a palavra, lhe formulou Baudelaire. Compreendida a questão por tal ângulo crítico, quase que automaticamente se desfaz a proposição em torno da *pós-modernidade*.

É também outro ponto, à altura de um registro de perfil conclusivo, o enfoque que se procurou imprimir, no tocante ao equívoco a respeito de como é abordada a razão iluminista. Para tanto, a título de revisão crítica, sugerimos a releitura capaz de nela identificar-se uma assimetria entre o ideário de matizes humanistas e o ideário de contornos econômicos a redundar na tensão entre uma *razão humanizadora* e uma *razão operatória*. Por fim, a reação à hegemonia da dominação presente no grito rebel-

de de Baudelaire, a assinalar, tanto para o presente quanto para o futuro, a consolidação de um projeto que entroniza o *mal*, não aquele como o nomeia a visão religiosa, mas aquele cuja substância deteriora a experiência gnosiológica na relação ser e mundo, subjetividade e realidade, de modo a produzir a diluição do imaginário, condenando o indivíduo à exasperação agônica da qual o *voyeur* e o *exibicionista* são seus subprodutos diretos. Fechando o círculo das proposições críticas, fica a avaliação de um quadro extremamente grave, em decorrência de intrincada tensão de natureza conjuntural cujas conseqüências visíveis estão assinaladas no desesperado espasmo de sobrevivência da arte que ainda almeja resistir,

Rio, agosto de 1999.

Notas

1. Este trabalho resulta de uma monografia apresentada no curso *Literatura e meios de comunicação: controvérsias da modernidade*, ministrado pelo Prof. Dr. Eduardo Portella a doutorandos em teoria da literatura, na Faculdade de Letras da UFRJ, ao longo do primeiro semestre de 1999. A título de maiores esclarecimento, adianto que o texto se apresenta de acordo como foi pensado para a monografia, excetuando-se o acréscimo no tocante tanto à introdução quanto às notas.

2. BAUDELAIRE, C. 1993. p. 21.

3. Idem. 1993. p. 22.

4. Remeto ao ensaio *Videoclip(p)ing*, de Gilda Korff Dieguez (cf. Bibliografia), no qual, à luz das tendências que marcam os tempos atuais, a autora identifica no *clip* uma modalidade derivativa de linguagem cuja estética, pela sua acentuada fragmentação, estaria a refletir o processo de decomposição do real, constituindo-se, por fim, na própria consciência em fragmento. Afirma a autora:

O *videoclip* trabalha com vários níveis de discurso, mas dois são bem mais evidentes: o visual e o verbal. A visão, espacial, é instantânea, organizando-se em torno da simultaneidade; a omidade, temporal, desenvolve-se com base na sucessividade, na linearidade. Em certo sentido, o *videoclip* trabalha as duas cenas, traduzindo uma nova feição de imagem. No nosso entendimento, ele seria um *cinema estilizado*, no sentido de estabelecer uma relação *metonímica* em seu processo constitutivo. Quando falamos em 'metonímia', temos em mente o princípio norteador do 'deslocamento' (diferente da metáfora, assentada sobre o princípio da condensação) [...]. (DIEGUEZ, G. 1998. p. 52).

5. A presente proposta leva em conta o fato de não reconhecermos na denominação de *pós-modernidade* algo à altura de, efetivamente, traduzir um dos aspectos quanto às características que dão concretude à configuração da época em questão. Na verdade, ao propormos a nomeação de *hipermodernidade*, temos plena consciência da imperfeição (ou limitações) de cunho conceitual. Todavia, entre as demais formuladas, ainda a consideramos portadora de menor imperfeição, na medida em que põe em relevo o *excesso* e a exacerbação de tudo aquilo que foi potencializado no limiar deste século e cujas primeiras manifestações reportam aos idos do século XV. Estaria, no âmago da *hipermodernidade*, a vivência da *agonia pela saturação*, produtora também de um *prazer desesperado*. Entre, portanto, a sensação de *esgotamento* e a de *gozo aflitivo*, situa-se uma construção em abismo na qual tanto se

procura espacializar o tempo quanto se almeja temporalizar o espaço, de modo a tudo ficar subordinado ao regime da velocidade e da mutação cujo desfecho parece redundar na *patrimonização* da subjetividade.

6. A propósito do mapeamento político-histórico-econômico por que passou o Capitalismo, desde os tempos de sua implantação, cabe a Giovanni Arrighi fixar um quadro bastante enriquecedor, no tocante à percepção do que, desde o século XV/XVI, vem passando por estratégias sofisticadas, sempre voltadas para o fortalecimento do capital e das riquezas conquistadas, intensificando, com isso, os mecanismos de controle.

7. No tocante às relações que se firmam entre a arte e o modelo capitalista, é bastante esclarecedor o recorte crítico realizado por Ernst Fischer na obra *A necessidade da arte*, principalmente em seu capítulo terceiro (Arte e Capitalismo). Nele, Fischer expõe, de modo preciso, o modo como o sistema capitalista se apropria da arte, transformando-a em mercadoria de altos prestígio e lucratividade.

8. PORTELLA, E. 1992. p. 110

9. BAUDELAIRE, C. 1984. p. 152.

10. BENJAMIN, W. 1975. pp. 8-9.

11. GRASSI, E. 1975. p. 24.

12. HABERMAS, J. 1990. p. 312.

13. VATTIMO, G. 1992. p.11.

14. Idem. 1992. p. 74.

15. Apud. BERMAN, M. 1982. p. 136.

16. BAUDELAIRE, C. 1984. p. 221.

17. Idem. 1982. p. 89.

18. BAUDELAIRE, C. 1982. p. 61.

19. Remeto a um ensaio por mim publicado em 1995, sob o título *A cultura do olhar* (cf. Bibliografia). Nele, com mais especificidade, procuro enfatizar as inter-relações que unem, por associação ou por oposição, o *voyeur* e o *exibicionista* a um cenário no qual o *voyeur* se vê aprisionado pela tensão entre o desejo e o controle, enquanto o *exibicionista* se expõe como um corpo vitimado pelo culto à imagem e ao simulacro. A fim de melhor configurarmos o sentido desta reflexão, reproduzo, a seguir, passagens do referido ensaio. No tocante ao perfil do *voyeur*:

Não estará, na matriz da sociedade de massa, a raiz indutora ao *voyeurismo*? Parece que, isolado de uma experiência mais profunda com o 'outro', o indivíduo, na tentativa de suportar o 'exílio' em seu próprio meio, tende a identificar-se com o ato de, através do 'olhar furtivo', roubar a cena que, em princípio, pertenceria à privacidade do 'outro'. Haveria, portanto, na agonia do *voyeur* uma réplica, às avessas, de uma prática executada pelo sistema, de modo a fazer do controle um exercício de prazer. Situa-se, no *voyeur*, o sentimento masoquista, próprio de quem se compraz em ver o que não pode ter. Se bem pensarmos, é exatamente esta a estratégia construída pela 'máquina do consumo'. O dado de prazer, advindo do sentimento masoquista, pode originar-se da compensação vivida pelo *voyeur* (o 'viajante do olhar'), a partir do fato de ele constatar isto: 'Não posso ter o que vejo; logo roubo-o. Ele sabe estar transgredindo uma lei. O ato de roubar é alvo de punição que ele não deseja. Para tanto, recusa-se à posse ilegal do objeto desejado, para, a título de compensação, roubá-lo com o 'olhar', razão pela qual o *voyeur* se retrai e disfarça, quando flagrado na prática de seu 'olhar

furtivo (LUCCHESI, I. 1995. p.54).

No que diz respeito à figura do *exibicionista*, afirmamos:

Num certo aspecto, o 'exibicionista' representa o antinarcisismo. O 'narcisista' é impulsionado pelo sentido de crise; o 'exibicionista' é tocado pelo deslumbramento, pelo êxtase diante do inútil e do fútil. O 'exibicionista' fabrica êxtases sucessivos, a fim de não tomar consciência de si, afugentando, com isso, o fantasma de sua própria sombra, e adiando (tanto quanto possível) a vertigem da depressão (...). Para o sistema, o 'exibicionista' corporifica o estado de ingenuidade útil, capaz de produzir sentido a uma vida sem projeto, bem como valorizar os *signos da transitoriedade*, entre os quais a juventude, associada ao vigor físico, fruto de horas diárias dedicadas a aparelhos, a fim de o corpo se moldar às exigências do consumo e da moda /.../'. (LUCCHESI, I. 1995. pp. 55-56.

20. LUCCHESI, I. 1995. p. 57.

21. A expressão proposta formulei-a primeiramente por ocasião da escrita do ensaio citado na nota anterior. Optei pela nomenclatura de *grade midiática* para assinalar o aprisionamento que os meios de comunicação de massa produzem nas subjetividades que a eles ficam expostas, bem como a transformação que é exercida, a ponto de falsificar o imaginário, principalmente pelo estado de torpor subliminarmente articulado pelas linguagens midiáticas.

22. Entrevista, até então inédita no Brasil, publicada pelo Caderno *Mais*, no jornal *Folha de S. Paulo*, em edição de 27/06/1999.

23. MARCUSE, H. 1981. p. 118.

24. Trata-se de uma expressão-conceito formulada por Eduardo Portella no artigo *O começo da história*. No contrapé de certa tendência que proclama o "fim da história", Portella entende que estamos no limiar de uma outra história e, por isso mesmo, requer a capacidade de reinventar os modos e as práticas de constituição do real. É neste quadro de referências que se insere a expressão "ética da negociação" (PORTELLA, E. 1999. p. 121).

25. Outra expressão-conceito proposta por Eduardo Portella, no mesmo artigo mencionado na nota anterior. O "deprecimento da totalidade" (PORTELLA, E. 1999. p. 120) procura ser um conceito que dá sustentação ao fato de o ensaísta preferir a "baixa-modernidade" à nomeação de "pós-modernidade". O "deprecimento" estaria a revelar o *defeitu* do que se supôs que viria a ser o tempo da abundância, razão pela qual o autor associa ao sentido de "deprecimento" a constatação de que a modernidade se caracterizaria, em seu macroprojeto, como um tempo identificado pelo "itinerário das perdas".

26. MORIN, E. 1997. pp. 281-282.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Trad. e introd. Jamil Almansur Haddad. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

- _____. *O pintor da vida moderna*. Trad. e posfácio Teresa Cruz. Lisboa, Vega, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo, Papirus, 1990.
- _____. *Escritos íntimos*. Trad. Fernando Guerreiro. Lisboa, Estampa, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Trad. Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tânia Jatobá. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. (BTU, 41).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade - mundo*. Trad. João da Cruz. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo / Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DIEGUEZ, Gilda. "Espaciando o pós-moderno". In: VÁRIOS. Revista *Cadernos (1)*. Rio de Janeiro, OHAEC, 1994. pp. 25-30.
- _____. *Videoclip (ping)*. In: VÁRIOS. Revista *Comum (10)*. Rio de Janeiro, FACHA, 1998. pp. 41-65.
- _____. *Narciso, ontem e hoje*. In: VÁRIOS. Revista *Comum (12)*. Rio de Janeiro, FACHA, 1999. pp. 25-36.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.
- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. Trad. Marise M. Curioni. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Org. Pierre Fruchen, trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GÖETHE, J.W. *Fausto*. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro, Ediouro, 1984.
- GOMEZ-MULLER, Alfredo. *Éthique, coexistence et sens*. Paris, Desclée de Brouwer, 1999.
- GONÇALVES, Márcio Souza. "O mesmo, o outro e os deformados". In: VÁRIOS. Revista *Comum (12)*. Rio de Janeiro, FACHA, 1999. pp. 5-24.
- GRASSI, Ernesto. *Arte como antiarte: a teoria do belo no mundo antigo*. Trad. Antonieta Scarabelo. São Paulo, Duas Cidades, 1975. (Col. Problemas Atuais e Suas Fontes).

- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana Maria Bernardo e outros. Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- HEIDEGGER, Martin. *Être et temps*. Trad. François Vezón. Paris, Gallimard, 1996.
- HUYSSSEN, Andreas. *Mapeando o pós-moderno*. Trad. Carlos A. de C. Moreno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- JAMESON, Fredric. *Il post moderno: la logica culturale del tardo capitalismo*. Trad. Stefano Velotti. Milano, Garzanti, 1989.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rhoden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).
- KAPLAN, E. Ann. (Org.). *Pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
- LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Trad. Celso Mauro Paciornik. Petrópolis, Vozes, 1994.
- LUCCHESI, Ivo. *Crise e escritura: uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- _____. *A cultura do olhar*. In: VÁRIOS. *Revista Cadernos (3)*. Rio de Janeiro, OHAEC, 1995. pp. 49-62.
- _____. *O vigor do sentido contra o devaneio obscurantista*. In: VÁRIOS. *Revista Aquila (1)*. Rio de Janeiro, U.V.A., 1997. pp. 137-164.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- MATTÉI, Jean-François. *La barbarie intérieure: essai sur l'immonde moderne*. Paris, PUF, 1999.
- MERLAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. Trad. e sel. Marilena Chauí. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores).
- _____. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes, 1996. (Col. Signos)
- MORIN, Edgard. *O homem e a morte*. Trad. Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro, Imago, 1997.
- NIETZSCHE, Frederico. *Para além do bem e do mal*. Trad. Hermann Pflüger. Lisboa, Guimarães, 1974.
- PORTELLA, Eduardo. *O começo da história*. In: VÁRIOS. *Revista Tempo Brasileiro (136)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999. pp. 117-123.
- _____. *Qual modernidade?*. In: VÁRIOS. *Revista Tempo Brasileiro (111)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992. pp. 109-112.

- _____. *Confluências: manifestações da consciência comunicativa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.
- ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____. *A ilustração e o fim da história*. In: VÁRIOS. *Revista Tempo Brasileiro (136)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999.
- RICOEUR, Paul. *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*. Trad. Maria da Piedade E. de Almeida. São Paulo, Papirus, 1988.
- SASSO, Gennaro. *Tramonto di un mito: l'idea di progresso fra ottocento e novecento*. Bologna, Il Mulino, 1984.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Trad. Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.
- VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Trad. Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa, Relógio D'Água, 1992.
- _____. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Trad. Maria de Fátima Boavida. Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

Resumo

A explanação propõe analisar os possíveis desencontros que marcam o projeto da modernidade. Na sua origem, se verifica uma tensão entre a *razão humanizadora* e a *razão operatória*. Desse confronto, resultou o que veio a desembocar nos tempos atuais para os quais sugerimos o conceito de *hipermodernidade*, ou seja, um período em que o *voyeur* e o *exibicionista* se tornam ícones epocais, antes preenchidos pelas figuras do *flâneur* e do *Dandy*.

Palavras-chaves

Razão, crise, hipermodernidade.

Abstract

The explanation proposes to analyze the possible disagreements marking the modernity project. Within its origin, it's possible to verify a tension between a *humanizing reason* and an *acting reason*. From this confrontation resulted what led to actual times, for which we suggest the concept of "hipermodernity", that is, a period when the *voyeur* and the "exhibitionist" become epochal icons, formerly accomplished by the *flaneur* and the "Dandy".

Key-words

Reason, crises, hipermodernity.

BRASÍLIA HETEROTÓPICA

Márcio Souza Gonçalves

Brasília é uma cidade profundamente marcante do ponto de vista de sua organização do espaço. Não importa se se trata de um morador ou de um turista em viagem rápida, Brasília ao mesmo tempo marca e choca por sua diferença em relação a todas as outras cidades brasileiras (e quiçá mundiais). Uma sensação estranha de se estar num espaço diferente, diversamente organizado e pensado, paira sobre os que se encontram em Brasília.

O que tentaremos aqui fazer é uma reflexão em torno de Brasília, de seu sentido e de seu fracasso. Mas não abordaremos a Brasília centro do poder político. Tampouco a Brasília centro da máquina burocrática brasileira. O que nos interessa é a Brasília espaço, organização e distribuição de espaço, é a Brasília arquitetônica, as ruas (ou a falta delas), os prédios, os quarteirões etc.¹.

Tentaremos precisar as intenções que deram forma ao projeto de Brasília. Tentaremos delinear o modo como essas intenções se tornaram concretas, ou seja, a própria estrutura de organização de espaço que a cidade apresenta. Em seguida, nos depararemos com o modo como os habitantes de Brasília vivenciam esse espaço e conseqüentemente com o fracasso das intenções que animaram Lúcio Costa & Oscar Niemeyer. Mas comecemos com Foucault e algumas de suas reflexões que podem nos ser úteis.

Heterotopias

Num pequeno texto escrito na Tunísia em 1967, e só publicado em 1994², Foucault desenvolve algumas reflexões acerca do espaço. Vejamos rapidamente o que é aí proposto:

Se o século XIX pode ser dito o século da história, ocupado com questões de tempo, desenvolvimento, crises etc., o século XX deve ser encarado como o da geografia, como um século onde o que se encontra fundamentalmente em questão é o espaço: "Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, creio, menos

como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo do que como uma rede que liga pontos e que entrecruza sua meada”³.

Mas o próprio espaço tem uma história, e Foucault procede a uma rápida classificação de diferentes espaços que se sucederam historicamente.

Na Idade Média, o espaço seria “um conjunto hierarquizado de lugares”⁴. Assim, uma série de oposições entre diferentes lugares hierarquicamente ordenados se desenvolve: sacros/profanos, supra-celestes/celestes/terrestres, cidade/campo etc. O espaço medieval funcionava como “espaço de localização”⁵.

No século XVII, uma modificação sutil e profunda se opera: esta modificação é a abertura do espaço que antes era concebido como fechado. Talvez o maior nome desta abertura seja Galileu: “Esse espaço de localização se abriu com Galileu, pois o verdadeiro escândalo da obra de Galileu (...) foi ter constituído um espaço infinito, e infinitamente aberto; (...) o lugar de uma coisa não seria mais do que um ponto em seu movimento, assim como o repouso de uma coisa seria somente seu movimento infinitamente lentificado”⁶. Nesse momento, a extensão substitui à localização.

Vivemos, atualmente, um terceiro momento nessa história do espaço. Estamos sob a égide do lugar⁷. “O lugar se define por relações de vizinhança entre pontos ou elementos; formalmente, podemos descrevê-las como séries, árvores ou treliças”⁸.

Foucault assinala de passagem que, a despeito de todas as tecnologias e saberes que investem o espaço, este ainda mantém uma certa sacralidade, que o tempo já de há muito perdeu. Essa sacralidade “prática” se apresenta sob a forma de uma série de oposições que “não podemos tocar”⁹: público e privado, familiar e social, lazer e trabalho etc. etc..

O espaço em que vivemos é um espaço cheio. Dizemos cheio em oposição a um espaço supostamente vazio, homogêneo, pura condição de possibilidade que não afeta o corpo que o preenche. Pois bem, este espaço cheio, contemporâneo, comporta “relações que definem lugares irredutíveis uns aos outros e absolutamente não superponíveis”¹⁰. O que interessa a Foucault, e o que nos interessa no presente trabalho, são dois tipos especiais de lugares. Vejamos, inicialmente, por que são ditos especiais.

Os dois tipos de lugares em questão têm sua especificidade no fato de modificarem, radicalmente, as relações existentes nos outros lugares que constituem o resto do tecido do espaço. Concedamos a palavra ao próprio Foucault: “Mas o que me interessa são, entre todas esses lugares [que constituem o espaço], alguns entre eles que têm a curiosa propriedade de estarem em relação com todos os outros lugares, mas de um modo tal que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram, por eles, designados, reproduzidos ou refletidos. Estes espaços (...) que estão em ligação com todos os outros, que contradizem, entretanto, todos os outros lugares, são de dois grandes tipos”¹¹, as utopias e, por outro lado, as heterotopias.

As utopias se definem, em primeiro lugar, por não terem uma existência atual e concreta, ou, em se tratando de espaço, por serem “sem lugar real”¹². Seu segundo traço característico é sua dupla possibilidade de relacionamento com o restante do espaço social, ou melhor, com o espaço social real: seja um relacionamento de analogia direta, onde a sociedade aparece expurgada de seus males e aprimorada em seus aspectos positivos, seja uma analogia inversa, onde o que entra em cena é o inverso do espaço concreto. “É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de todo modo, as utopias são espaços que são fundamentalmente essencialmente irreais”¹³.

No âmbito do presente trabalho, são as heterotopias que efetivamente nos interessam.

As heterotopias, sucintamente, podem ser descritas como utopias realizadas. Isto deve ser compreendido em dois níveis distintos.

Em primeiro lugar, desaparece, nas heterotopias, o caráter de irrealidade que marcava as utopias. São espaços concretos, “realizados”, que têm uma existência real e são perfeitamente localizáveis e palpáveis.

Em segundo lugar, a relação da heterotopia com o restante do espaço social é bastante específica: as heterotopias são locais onde “todos os outros lugares reais que se pode encontrar no meio da cultura são ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que contudo sejam efetivamente localizáveis”¹⁴. Foucault chega mesmo a dizer que são lugares “absolutamente outros”¹⁵ em relação aos outros lugares.

Após a apresentação da noção de heterotopia, o que se segue é o estabelecimento de princípios que nosso autor, Foucault, julgava os princípios básicos para uma “descrição sistemática”¹⁶ das heterotopias, para uma heterotopologia. Seremos breves e esquemáticos na apresentação desses princípios.

Primeiro princípio: não há somente uma, mas variadas formas de heterotopias. Foucault distingue duas. Em primeiro lugar, as heterotopias de crise, espaços reservados a indivíduos em estado de crise, “os adolescentes, as mulheres no período da menstruação, as mulheres grávidas, os velhos etc.”¹⁷. Em segundo lugar, as heterotopias de desvio, locais reservados a indivíduos com comportamento desviante: assim, os asilos, as prisões. Contemporaneamente, assiste-se a um desaparecimento progressivo das heterotopias de crise e sua progressiva substituição por heterotopias de desvio.

Segundo princípio: uma mesma heterotopia pode funcionar diferentemente em diferentes momentos históricos. Ou seja, as heterotopias não escapam à dimensão do tempo.

Terceiro princípio: “a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários lugares que são em si mesmos incompatíveis”¹⁸.

Quarto princípio: as heterotopias se ligam, na maioria das vezes, a heterocronias, que seriam os correspondentes temporais das heterotopias. Assim, “(...) a heterotopia funciona plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional (...)”¹⁹.

Quinto princípio: um sistema de permeabilidade seletiva comunica a heterotopia com seu lado exterior, de tal modo que as heterotopias são, ao mesmo tempo, isoladas, mas penetráveis. Por exemplo: o quartel, onde a obrigação de entrar, para alguns, se conjuga com uma interdição, para outros; ou ainda espaços religiosos onde a entrada supõe uma cerimônia de purificação etc..

Sexto princípio: as heterotopias têm, em relação ao espaço que as circunda uma função, que vai oscilar entre dois pólos. “Ou bem elas têm como papel criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real (...). Talvez seja esse o papel que desempenharam durante muito tempo as famosas casas de tolerância das quais nos encontramos atualmente privados”²⁰. Ou bem devem criar

um espaço real perfeito, meticuloso, regrado, organizado e ordenado. Por exemplo: as colônias jesuítas do Paraguai, onde “a existência era regradada em cada um de seus pontos”²¹.

É a partir da noção de heterotopia que observamos Brasília: nossa capital é, pelo menos em sua concepção, um espaço “absolutamente outro”, como mostraremos a seguir.

Passemos assim, agora, a uma análise dessa heterotopia, dessa intenção heterotópica, chamada Brasília: as metas que a precederam, sua forma, o modo como os habitantes a vivem. Após essa análise, retornaremos mais uma vez ao problema das heterotopias.

Brasília e o problema das intenções

As boas intenções, por vezes, conduzem a eventos nefastos. Más intenções, por outro lado, não levam necessariamente a uma punição. Uma combinatória infinita é possível: boas intenções-eventos nefastos, más intenções-eventos nefastos, intenções ambíguas-sucessos etc.. Mas não importa a *qualidade* da intenção. O que se trabalha aqui é a distância que vai da intenção a seus resultados, passando pelos meios dos quais ele se serve para sua realização prática.

O ponto de partida é uma constatação: Brasília, a cidade de Brasília, seu espaço e seus habitantes, parecem permanentemente contrariar, contradizer e por em xeque as intenções originais de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Quais eram essas intenções, como se realizaram concretamente na construção espacial de Brasília e como são contraditadas são os pontos a que nos dedicaremos a seguir.

Os planos de Costa e Niemeyer e a cidade de Brasília

Seremos bastante sucintos e pontuais no estabelecimento das intenções básicas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer quando projetaram Brasília. Seremos um pouco menos sucintos quando nos referirmos à concretude da cidade.

Há um pressuposto básico e fundamental adotado pelos criadores de nossa capital: a intervenção no espaço físico seria capaz de produzir efeitos a nível social e individual, de modo que seria possível, através da organização espacial da cidade,

modificar as relações sociais existentes entre os moradores e a subjetividade de cada um considerado individualmente²². Assim, tudo, urbana e arquitetonicamente falando, em Brasília, é planejado para dar origem a um novo homem e a uma nova sociedade. Tudo o que?

Conduziremos nossa análise em dois planos diferentes: em primeiro lugar, abordaremos a estruturação da cidade como um todo, na esperança de compreendermos a nível macro uma parte de nosso problema; em segundo lugar, procederemos a uma análise das superquadras enquanto unidade de habitação, esperando encontrar, nesse exemplo representativo do modo de concepção de imóveis de Brasília, as respostas que só uma análise micro pode fornecer.

No que toca a estrutura da cidade, o fenômeno mais notável é exatamente aquele que um clichê hoje já famoso immortalizou: "Brasília não tem esquinas". Ou, dito de uma maneira um pouco mais perspicaz: em Brasília, as ruas desapareceram.

Esse desaparecimento da rua se dá através da inversão daquilo que poderíamos chamar de modo de ocupação de espaço da cidade pré-industrial. Na cidade pré-industrial as construções funcionam como uma espécie de fundo, em relação ao qual as ruas se destacam enquanto figuras²³. Uma vez que a rua, figura, é por excelência o espaço das atividades públicas, e os imóveis, fundo, em oposição, o espaço do privado, o que se estabelece é uma espécie de convenção que marca o fundo como privado em oposição à figura, espaço público. No caso dos prédios públicos, para que esta convenção se mantenha, ocorre uma inversão dos pares construção-fundo e vazio/rua-figura: são utilizadas as mais diversas estratégias arquitetônicas para que as construções públicas funcionem não como fundo, mas como figura, por exemplo, "elas em geral se dispõem no vazio de uma praça ou área verde que serve como fundo contra o qual são percebidas como figuras monumentais"²⁴, de tal modo que a figura permaneça espaço público. Este jogo vai possibilitar uma estruturação do espaço da cidade em termos de uma clara oposição entre privado e público.

Brasília vai modificar profundamente esta estrutura. Esta modificação se dá de dois modos distintos. Num primeiro nível, dá-se a simples inversão da convenção construção-fundo, rua-figura: em Brasília, e mais genericamente na concepção de cidade modernista, "vastas áreas de espaço contínuo sem interrupção formam o fundo perceptual, contra o qual os sólidos dos edifícios emergem como figuras esculturais"²⁵. A rua, ou o que deveria ser a rua, o espaço vazio, funciona como fundo

em relação ao qual os prédios se destacam. Num segundo nível, mais profundamente, as inversões que se operavam dentro da cidade pré-industrial (no caso dos prédios públicos) deixam de existir: a construção é sempre figura, nunca fundo, o espaço aberto é sempre fundo, nunca figura.

Se na cidade pré-industrial o fundo é espaço privado e a figura espaço público, em Brasília, de uma maneira nova, torna-se mais ou menos impossível diferenciar público de privado²⁶: "A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública"²⁷.

O desaparecimento da rua só é compreensível no contexto de todas estas modificações. "A arquitetura moderna (...) ataca a rua porque esta constitui uma organização arquitetônica dos âmbitos privado e público da vida social que o modernismo busca superar"²⁸. Esta nova proposta de organização do espaço, que almeja diluir a diferença entre público e privado, leva ao fim da rua-figura e o surgimento da "rua"-fundo, dos grandes e vastos espaços abertos, e vai indicar, assim, o fim da rua enquanto espaço de encontro, socialização, surpresa e sua substituição por enormes vias expressas, destinadas a automóveis e absolutamente inóspitas para o pedestre. A rua desaparece dando lugar à impessoalidade das largas avenidas expressas e dos automóveis. Se transforma, portanto, numa espécie de interior, o interior do veículo de transporte, seja ele o ônibus ou o carro. Numa certa medida, assim - uma vez que estamos sempre dentro: dentro de um edifício, dentro de um carro, de um ônibus...-, a cidade poder ser dita, também, inteiramente privada²⁹.

Ainda num nível macro de análise, devemos falar de um segundo aspecto importante: a divisão da cidade em zonas de atividade homogêneas e excludentes entre si. Num processo de "organização racional da vida cotidiana"³⁰, a mistura das cidades pré-industriais, onde num mesmo quarteirão podemos encontrar prédios públicos e residências, é substituída por uma rigorosa ordem de distribuição de imóveis em função das funções a que se destinam. Opera-se um zoneamento da cidade: o projeto "homogeneiza essa heterogeneidade pré-industrial criando 'setores' exclusivos para cada função urbana"³¹. Teremos assim, setores reservados exclusivamente para a moradia, setores reservados exclusivamente para prédios públicos, setores para determinados tipos de comércio etc..

É importante ressaltar o estabelecimento de uma correlação entre forma e função. A cada função vai corresponder uma forma, de tal modo que seja possível "dife-

reenciar as funções dos edifícios figurais da cidade atribuindo padrões de formas diferentes para cada setor³². Esse processo de diferenciação da forma com base na função esconde, todavia, um processo mais profundo de homogeneização: todas as construções permanecendo figuras e, além disso, dadas certas estratégias comuns de construção, como por exemplo as fachadas de vidro, o que se produz como resultado é um enorme processo de indiferenciação ou homogeneização. Essa homogeneização remete para um programa de construção de uma nova sociedade: a redução das "discriminações arquitetônicas" visa reduzir as "discriminações sociais".

A nível macro, em suma, são os seguintes os aspectos que nos interessam: desaparecimento da rua; divisão da cidade em função das funções a que cada área se destina; correlação forma-função; homogeneização do heterogêneo com vistas à obtenção de uma nova organização social.

A análise da estrutura da superquadra deverá nos fornecer aquilo de que precisamos a nível micro. Passemos a ela.

Existem quatro tipos de setores residenciais: os Setores de Habitação Coletiva, os Setores de Habitação Individual Geminada, os Setores de Habitação Coletiva e Geminada e, finalmente, os Setores de Habitação Individual. Os Setores de Habitação Coletiva consistem exclusivamente de prédios de apartamentos. "Esses prédios têm dependências comuns e são dispostos em grupos dentro de áreas verdes, que são propriedade pública"³³. Estes grupos constituem unidades que recebem o nome de superquadras. Nos deteremos nas superquadras e nas plantas dos seus apartamentos pois estes dois itens, além de serem representativos dos aspectos micro que nos interessam, permitem a compreensão do que importa para nossos propósitos.

"Uma superquadra individual é uma área de residência de aproximadamente 240 por 240 metros. Contém não menos que oito e não mais do que onze prédios de apartamento onde moram de 2 mil a 3 mil pessoas"³⁴. Todos os prédios são bastante semelhantes entre si - o projeto original de que diferenciações surgissem em função de arborização e outros fatores naufragou, sobrando apenas a homogeneidade.

A idéia da superquadra é a de uma unidade autônoma, que deveria fornecer a cada morador, e a todos os apartamentos, comércio, creche, educação e recreação. Quanto ao comércio, há um aspecto que nos interessa: embora não houvesse nenhum impedimento em que um habitante de uma superquadra fizesse compras em outra, deveria

haver uma política de incentivo para que cada morador comprasse na superquadra em que mora. A idéia era dotar a superquadra de uma identidade e formar em seus habitantes a noção de pertença a um mesmo grupo e coletividade.

Quatro superquadras juntas formam uma "unidade de vizinhança", cada unidade de vizinhança tendo uma área comum denominada "entrequadras", cada uma dessas entrequadras devendo possuir um clube que ofereça "aos habitantes da unidade (...) salões de reunião, restaurantes, bares e locais esportivos, incluindo piscinas e quadra de tênis"³³. Teríamos assim locais específicos para as trocas sociais e para o convívio, cada um em sua unidade.

Passemos aos apartamentos, células das superquadras.

Os apartamentos brasileiros típicos reproduzem a divisão comum em outros apartamentos brasileiros: área social, área íntima e área de serviço. Inovam na medida que cada apartamento tem uma só porta de entrada e os dois elevadores do edifício dão para o mesmo hall. A idéia era acabar, tanto quanto possível, com as segregações, forçando patrões e empregados a utilizarem a mesma entrada³⁶. Inovam também no que concerne aos quartos de empregada: "são de tal modo pequenos que desencorajam sua ocupação"³⁷.

É na área social do apartamento, contudo, que as modificações operadas por Niemeyer são mais drásticas. A mais drástica entre todas, a que nos interessa aqui, é a eliminação dos espaços sociais informais constituídos pela copa e pela sacada. A copa "é o que se poderia chamar espaço democrático da casa, acessível igualmente para todos os membros, patrões e empregados, homens e mulheres, adultos e crianças. Sua importância está no fato de que unifica as atividades das três zonas, [social, íntima e serviço] que de nenhuma forma se confundem"³⁸. A sacada, por seu turno, funciona como zona de troca entre interior e exterior.

A eliminação desses espaços sociais informais objetivava estimular o uso, pelos moradores, das áreas coletivas da superquadra: redução do espaço social nos apartamentos incentivando a ocupação de espaços sociais externos ao apartamento, mas internos à superquadra ou à unidade de vizinhança.

Não gostaríamos de encerrar nossa discussão da superquadra e dos apartamentos sem nos referirmos à fachada dos edifícios: as fachadas são transparentes. Tradicio-

nalmente, a fachada é uma espécie de indicador de status do proprietário. Também tradicionalmente, a parede, correlato da fachada, funciona isolando público e privado. Ora, na medida que as fachadas são iguais entre si e transparentes, suas duas funções tradicionais se esvaem: dada a homogeneidade das fachadas, é impossível uma diferenciação de classe social ou de status; dada a transparência, interior e exterior se indiferenciam. A intenção política dessa homogeneização e dessa transparência é evidente: "(...) um ataque ao próprio conceito do privado (...)"⁵⁹.

O habitante

Brasília foi pensada, como vimos, para ensejar novas relações sociais e uma nova consciência individual. Deveria funcionar como a realização concreta de uma certa utopia. Tratava-se de estabelecer um privilégio do coletivo sobre o privado, do igualitário sobre o assimétrico, do social sobre o individual. O sucesso ou o fracasso desse projeto só podem ser estabelecidos em função dos efeitos das mudanças urbanas e arquitetônicas sobre uma personagem central: o habitante. Analisaremos agora as conseqüências, tal como os habitantes de Brasília as vivenciam, do projeto de Costa e Niemeyer.

A tentativa de quebrar o jogo arquitetônico pré-industrial entre público e privado, que em Brasília toma a forma concreta do desaparecimento da rua e sua substituição por vias expressas, é vivida pelos habitantes da nova capital de modo absolutamente trágico e nefasto. A rua, mas também a praça, representava, na cidade pré-industrial, como já dissemos, o espaço urbano de socialização, encontro, trocas sociais. Funcionava como um verdadeiro campo aberto de possibilidades para o exercício social dos habitantes. O sumiço da rua é vivido pura e simplesmente como perda desse espaço: com a ausência de ruas, conseqüentemente de esquinas, desaparece o espaço público aberto, exterior ao privado da residência, o espaço de trocas, encontros surpresas e convívio. O que sobra é uma espécie estranha de isolamento. Vemos no decorrer dos parágrafos seguintes que nada em Brasília vai ocupar o lugar que nas cidades pré-industriais era da rua. É claro que permanecem as vias públicas, mas "(...) em Brasília só podem ser percebidas como fitas de asfalto atendendo às necessidades de máquinas em movimento. Não mantém nenhuma semelhança com a rua enquanto espaço de socialização para os pedestres"⁶⁰.

O zoneamento da cidade, com a conseqüente correlação, para cada zona, entre forma e função dos edifícios, tem como primeira conseqüência o restabelecimento

de uma hierarquia social e econômica que se choça frontalmente com o projeto igualitário de Brasília. "Se as relações residenciais se estabelecem com base nas relações de trabalho e se estas se baseiam na estratificação ocupacional da burocracia, então as relações hierárquicas de trabalho são levadas a contradizer as tentativas igualitárias de destinar as mesmas condições residenciais para estratos ocupacionais diferentes"⁴¹. Ou seja, na medida que tudo remete para a burocracia estatal enquanto pólo organizador, a posição na hierarquia burocrática vai conferir ou não privilégios que determinarão onde se deve morar.

Assim, os mais ricos morarão melhor e mais perto de seus trabalhos do que os mais pobres, o que, numa cidade francamente orientada para o carro, coloca os segundos numa situação delicada: o preço do transporte sendo proporcional à distância, os que moram longe, mais pobres, pagam mais do que os que moram perto, mais ricos. As conseqüências disso se fazem sentir mesmo fora dos dias de trabalho: "nas horas de folga, os custos de transporte e a distância combinam-se para manter os pobres fora da cidade"⁴².

Vimos anteriormente como a correlação entre forma e função funda, num primeiro nível, um processo de diferenciação. Vimos também que essa esconde um processo mas sutil e profundo de homogeneização: "o que os moradores experimentam na arquitetura da cidade é a fusão, a homogeneização, e não a diferenciação de funções"⁴³. Uma das distinções, entre outras, que se esbate nesse processo de homogeneização é a que existe entre trabalho e residência. Como disse Ulysses Guimarães: "ninguém gosta de dormir no escritório"⁴⁴. Esse processo de homogeneização é vivido pelos moradores de modo extremamente negativo. As pessoas se sentem oprimidas por um meio ambiente "monótono", "igual", "padronizado", um meio ambiente que não lhes permite desenvolverem suas diferenças singularizadoras e únicas. "Sentem que a uniformidade arquitetônica reprime sua personalidade em favor do todo. [A arquitetura] é percebida, assim, como fundamentalmente contrária ao direito das pessoas de serem diferentes, de evoluir, de inovar"⁴⁵.

O caso específico da superquadra e do apartamento são igualmente dramáticos. A intenção inicial da superquadra é criar um sentimento de "identificação residencial e de associação na vizinhança"⁴⁶. Seu resultado prático, além do sentimento geral de homogeneidade anteriormente discutido, é totalmente outro.

A superquadra causou, e causa, em seus moradores, um sentimento de isolamento e separação: “as pessoas se trancam”, “se afastam”, “ninguém conhece ninguém, nem mesmo o vizinho do lado”, “as pessoas acham difícil fazer amigos”, “as pessoas morrem sozinhas”⁴⁷. A tão esperada ocupação coletiva das áreas comuns não se deu, impossibilitando o surgimento de qualquer tipo de sentimento comunitário de vizinhança. Assim, se a rua desaparece enquanto espaço de cruzamentos sociais, a superquadra, enquanto bloco de residência, prolonga esse desaparecimento para a relação com os vizinhos, cercando e encurralando um habitante cada vez mais transformado. Resultado: os moradores condenam veementemente a superquadra.

O apartamento continua o processo:

A situação das empregadas e empregados piora sensivelmente. Os dois elevadores no mesmo corredor e a existência de uma única entrada, ao invés de reduzir a discriminação, “simplesmente aumentam a humilhação”⁴⁸. Os pequenos cubículos que são os quartos de empregada tem um duplo efeito, terrível em suas duas faces: por um lado, reduz-se o número de empregadas que dormem no serviço, de modo que as diaristas “precisam gastar uma proporção extra de seu tempo e dinheiro percorrendo as grandes distâncias que separam o Plano Piloto das cidades-satélites”⁴⁹; por outro lado, obriga as que dormem no serviço a se acomodarem num cômodo “que não é maior do que um armário grande”⁵⁰.

O apartamento brasileiro típico, como vimos, eliminou a copa e a sacada, representantes residenciais de um espaço livre. Tal eliminação visava estimular a ocupação das áreas coletivas da superquadra. Mas seu resultado não foi o esperado: o que efetivamente se deu foi uma espécie de confinamento do morador à zona íntima da residência⁵¹, de tal forma que permanecem desocupadas a área comum da superquadra e as áreas sociais do apartamento. O sentimento que então surge é um sentimento de “isolamento dentro dos apartamentos”⁵². As fachadas de vidro, em vez de ajudar, vão complicar ainda mais a situação.

A transparência é sentida pelos moradores como uma ameaça frontal, direta e concreta à sua privacidade. A reação: colocação de “cortinas, persianas, vasos de plantas e mesmo gaiolas de passarinho”⁵³. O sentimento de despersonalização e desespero do brasileiro alcança seu máximo quando este, de dentro de sua casa, é submetido a exame público, naquilo que irônica e tragicamente ficou conhecido como “televisão de candango”.

Através da análise de todos estes aspectos, podemos constatar que a maioria das intenções que animaram Costa e Niemeyer em seu planejamento de Brasília não se concretizaram. A resposta da cidade, de seus habitantes foi constantemente paradoxal: esperava-se algo, deu-se o contrário. Tentemos refletir um pouco sobre esse fato.

Reflexões

A idéia que preside a concepção de Brasília é, evidentemente, a da constituição de um “outro” espaço, um espaço “absolutamente outro” em relação ao espaço Brasileiro, que deveria, “por si mesmo”⁵⁴, produzir uma nova forma de organização social e uma nova subjetividade.

Trata-se, assim, da construção de uma heterotopia que deveria, é o que imaginamos, ser um primeiro passo no caminho da construção de um Brasil “moderno”.

Vimos acima como essa “pedagogia do espaço” produziu resultados que não eram de modo algum os esperados por seus planejadores. Gostaríamos, agora, de refletir um pouco acerca deste fracasso.

Foucault, mais uma vez, talvez nos forneça, numa pequena entrevista intitulada *Espaço e Poder*⁵⁵, os elementos que permitam compreender o fracasso das intenções de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Vejamos o que, desta entrevista, é, para nossos propósitos, importante.

Trata-se da seguinte idéia: nenhum projeto arquitetônico é em si liberador ou opressor: “Não acho que seja possível dizer que algo seja da ordem da ‘liberação’ ou da ordem da ‘opressão’⁵⁶. Tudo dependerá então não do espaço arquitetônico em si, mas do uso que se pode fazer deste espaço.

Foucault dá um exemplo: “o Familistère, de J.-B. Godin em Guise (1859)”⁵⁷. O projeto arquitetônico era um projeto que se queria liberador, que intencionava promover a liberdade. “Este era um dado bastante importante e um instrumento de autonomia para o grupo de trabalhadores”⁵⁸. Num determinado momento, contudo, as pessoas começam a usar sua presença como instrumento de vigia em relação aos companheiros. O que se passa então, é uma espécie de devir-opressivo. E Foucault hipotetiza uma situação oposta: “Imaginemos que fosse instalada neste espaço uma comunidade com práticas sexuais ilimitadas. Assim, este espaço seria novamente um espaço de liberdade”⁵⁹.

O que deve ser pensado, assim, é a relação entre o espaço arquitetônico e as práticas efetivas que preenchem este espaço. Estes dois elementos interagem, se chocam ou trabalham em harmonia, cooperam ou divergem e cada caso prático deve levar em conta estes dois pólos para que uma compreensão se estabeleça.

“Isto não quer dizer que o exercício da liberdade seja completamente indiferente à distribuição espacial, mas funciona quando existe uma certa convergência; no caso de divergência ou distorção imediatamente acontece o oposto do que se pretendia. As qualidades panópticas de Guise podem perfeitamente permitir que o espaço seja usado como prisão. Nada é simples”⁶⁰.

É portanto na relação entre arquitetura e exercício prático que se situa a questão.

Dissemos anteriormente que havia um pressuposto básico no trabalho de Costa e Niemeyer: o de que “a intervenção no espaço físico seria capaz de produzir efeitos a nível social e individual, de modo que seria possível, através da organização espacial da cidade, modificar as relações sociais existentes entre os moradores e a subjetividade de cada um considerado individualmente”⁶¹. Talvez, isto é apenas uma hipótese que estamos levantando, aí se situe uma das possíveis causas do fracasso do projeto de Brasília: não levando em conta os hábitos que viriam com os novos habitantes, e conseqüentemente determinadas formas de uso, e supondo que o espaço físico seria por si só capaz de provocar as mudanças almejadas, os arquitetos selaram a sorte de seu próprio projeto.

Os novos habitantes de Brasília, em sua maioria burocratas a serviço da máquina estatal, trouxeram consigo suas famílias e seus hábitos. Hábitos que nasceram e se desenvolveram em uma arquitetura completamente oposta à de Brasília - não há cidade brasileira que não se oponha, de algum modo, a Brasília. A hipótese que avançamos é a de que o choque entre uma determinada forma de viver, calcada na existência de ruas, na ausência de zoneamento, na heterogeneidade do meio urbano etc.etc., e o modo de viver “prescrito” pela estruturação arquitetônica de Brasília levaram a uma espécie de retraimento do habitante que, então, se recusou a ocupar até mesmo áreas disponíveis para suas trocas sociais, suas inovações e sua felicidade.

A crença exacerbada no poder do espaço físico e a desatenção ao material humano que chegava produziram um *gap*, um vazio, ou melhor, uma espécie de interioridade vazia, que é onde todos os habitantes de Brasília se sentem viver.

Um outro aspecto que nos parece importante para a compreensão do fenômeno Brasília e seus habitantes é o excesso de programação. Expliquemo-nos.

Em Brasília, em oposição às outras cidades, tudo é “programado”. Nas outras cidades brasileiras existem uma série de espaços que denominaríamos aproximativamente de espaços livres, espaços que escapam à programação e ao cálculo. Exemplos são a praia, as ruas, as praças. Nestes espaços, ainda que haja uma certa regularidade ou ordem, é sempre possível a surpresa, novos encontros, novas pessoas, novos acontecimentos.

Em Brasília tais espaços inexistem. A rua destina-se exclusivamente ao veículo; praia não há; as praças são inocupáveis; as “entrequadras” são espaços de repetição do mesmo, os mesmo vizinhos, a família, os mesmos programas. O que se passa é que a surpresa fica excluída.

Os brasilienses destacam esse ponto formidavelmente dizendo que “em Brasília, só há casa e trabalho”⁶²; “O que falta é a vida pública ao ar livre na cidade, uma esfera pública de encontros baseada em movimento, conversa, brincadeira, ritual, ostentação, assim como reunião política”⁶³.

Cercados por uma terrível rotina, por uma incessante repetição do mesmo, por uma surda monotonia, os já burocráticos - o “já” que precede o “burocráticos” é uma piada à qual não podemos resistir - brasilienses, em sua maioria funcionários da enorme burocracia administrativa, se retraem ainda mais.

Assim, talvez a própria idéia de uma cidade absolutamente planejada, setorizada, organizada, talvez o simples saber-se preso num espaço de previsibilidade e de calculabilidade como idealmente é Brasília, talvez tudo isso, ou apenas isso, seja suficiente para fechar o morador num círculo vicioso de cada vez maior isolamento e interiorização. Na medida em que Brasília exclui completamente toda e qualquer exterioridade e alteridade, não há, para o morador, outra alternativa senão uma interioridade opressiva e silenciosa.

Anacronismo

Voltemos agora, após esse longo desvio, à noção de heterotopia, na esperança de que possamos colher mais algum resultado.

Nossa hipótese é a de que Brasília, a Brasília projetada e não realizada praticamente em virtude deste bizarro ser chamado por nós de o habitante, é, enquanto projeto heterotópico, absolutamente anacrônica.

Dito de outro modo: Brasília enquanto emblema de modernidade, enquanto cidade Iluminista, é um projeto heterocrônico em dois sentidos diferentes. Tanto no sentido positivo de tentar inventar um outro tempo (quarto princípio proposto por Foucault), quanto no sentido negativo de simplesmente ignorar o tempo presente em função de um outro presente anterior, presente anterior este que viabilizava, por exemplo, a crença num poder absoluto do saber para a organização do espaço social, a crença num planejamento racional do futuro, de um novo homem etc.. Nosso presente não crê num saber absoluto, numa pedagogia como ortopedia da razão (em todos os sentidos que a expressão comporta), num "novo" homem racionalmente produzido. Essas são ilusões passadas.

É neste segundo sentido que falamos de um anacronismo, é assim que Brasília é uma espécie de heterotopia do passado, uma heterotopia cujas condições de possibilidade se situam num tempo que não é mais o nosso.

Estas condições de possibilidade, ou melhor, estes pressupostos, podemos tentar timidamente resumi-los com as duas proposições que se seguem.

a) o homem, o ser humano, é não um dado natural, mas o resultado de um processo de construção. Há portanto uma pedagogia possível, que, como o pressuposto seguinte aponta, deve ter uma base racional. Chamemos este primeiro pressuposto de pressuposto ontológico;

b) a vida, seja no seu aspecto de grupo, seja no seu aspecto individual, é capturável por um saber racional que é o saber que vai fundamentar qualquer pedagogia possível. Pressuposto epistemológico e ético.

O modo como estes dois pressupostos se articulam e tomam uma forma concreta, no caso de Brasília, é uma intervenção no espaço. Ou seja: no caso específico de Brasília, esta pedagogia de um novo homem e de uma nova sociedade vai tomar a forma de uma organização do espaço, da construção de uma cidade.

Construir um novo homem e uma nova sociedade através de uma organização racional do espaço, eis o moto do projeto de Costa e Niemeyer. Projeto anacrônico,

como vimos, baseado em ilusões que não são mais as nossas, talvez nostálgico, de qualquer modo não atual. Mas o fato de a prática mostrar a inviabilidade desta intenção, não lhe retira seu caráter heterotópico: Brasília enquanto projeto de construção de uma heterotopia... que não deu certo.

Que alguns traços daquilo que se convencionou chamar de modernidade estejam presentes no conjunto de concepções que levaram a Brasília, não é uma novidade. O que talvez comece a se tornar claro, pelo menos menos obscuro, hoje em dia, são as razões do fracasso de todo o projeto. Serão talvez as mesmas, guardadas as devidas proporções, que de algum modo colocaram em cheque a própria modernidade. Mas nosso artigo se alonga... nossas especulações nos levam cada vez mais longe... e sentimos que talvez seja o momento de parar.

Conclusão

Tentamos, neste pequeno espaço, e por que não, neste pequeno tempo, refletir sobre Brasília, sobre as intenções que levaram a sua construção, sobre a discrepância entre o que foi planejado para o morador de Brasília e o que os moradores concretos realmente experienciam, sobre o significado de um tal projeto e de seu fracasso.

Principiamos trabalhando, a partir de Foucault, a noção de heterotopia. Já sobre Brasília, destacamos então as intenções de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e vimos como estas intenções se materializaram na concretude espacial da cidade. O passo seguinte foi considerar como os habitantes vivem a cidade para eles planejada, após o que levantamos hipóteses para explicar a distância que vai das intenções dos construtores à experiência dos moradores. Concluímos refletindo rapidamente sobre alguns aspectos "filosóficos" de toda esta empreitada.

Neste momento vêm-nos à mente um romance por nós outrora trabalhado: *Moby Dick*, de Herman Melville⁶⁶. O romance opera uma divisão entre o espaço terrestre e o espaço marinho. O primeiro remete para a previsibilidade, o cálculo, o desenrolar linear e infalível das causas, a família, o estado. O segundo, em sua positividade, remete para aventura, evento, indeterminação. A tese do romance, de acordo com nossa interpretação, é a de que apenas no mar a vida é possível. Mar como espaço de aventura. A terra, por sua vez, oferece uma espécie de imitação de vida, uma espécie de engodo, monótono, estéril, repetitivo.

Não podemos deixar de pensar na Brasília, tal como vivida por seus habitantes, como uma espécie de terra, que excluindo todas as possibilidades de evento, de surpresa, e de perplexidade termina por produzir seres embrutecidos, recolhidos à intimidade de suas casas à espera de algo que nunca poderá chegar. Mas talvez estejamos sendo pessimistas...

Notas

1. Nosso pequeno artigo não existiria sem os textos de Foucault e de Holston citados em nossa bibliografia. Nossa originalidade se limita ao fato de termos feito o cruzamento do que dizem estes dois autores.

2. FOUCAULT, M. *Des espaces autres*. In: *Michel Foucault, Dits et écrits*. Paris, Gallimard, 1995, p. 752-762.

3. Idem, p. 752.

4. Idem, p. 753.

5. Idem, p. 753.

6. Idem, p. 753.

7. "Emplacement" no original. Decidimos optar pela palavra "lugar".

8. Idem, p. 753.

9. Idem, p. 754.

10. Idem, p. 755.

11. Idem, p. 755.

12. Idem, p. 755.

13. Idem, p. 755.

14. Idem, p. 755-6.

15. Idem, p. 756.

16. Idem, p. 756.

17. Idem, p. 757.

18. Idem, p. 758.

19. Idem, p. 759.

20. Idem, p. 761.

21. Idem, p. 761.

22. Assim, por exemplo: "O discurso igualitário [que fundamenta o projeto de Brasília] sustenta, portanto, que as convenções arquitetônicas (...) irão, por si mesmas, produzir uma ordem política comunitária", HOLSTON, H. *A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 141. O grifo é nosso.

23. "Em cidades como Ouro Preto, a massa sólida de edifícios constitui o fundo perceptual, com as ruas e praças emergindo, em contraste, como figuras", idem, p. 136.

24. Idem, p. 137.

25. Idem, p. 139.

26. "(...) a identificação do que é público e do que é privado não pode ser feita(...)", Idem, p. 140.

27. Idem p. 141.

28. Idem, p. 111.

29. Em oposição a Holston, talvez pudéssemos falar de uma familiarização da rua, se entendermos por família o espaço da interioridade que exclui qualquer forma de alteridade. A rua desaparecendo em função das largas avenidas, o pedestre sendo substituído pelo carro, desaparecendo o espaço tradicional de encontros sociais da cidade, o resultado é que em Brasília não há mais encontros possíveis, a porta do carro sendo também a porta que exclui o outro.

30. Idem, p. 152.

31. Idem, p. 152.

32. Idem, p. 155.

33. Idem, p. 171.

34. Idem, p. 175.

35. Idem, p. 178.

36. "(...) sabotar práticas costumeiras nas estratificadas divisões do espaço doméstico e das relações sociais", idem, p. 189-190.

37. Idem, p. 189.

38. Idem, p. 187.

39. Idem, p. 193.

40. Idem, p. 143.

41. Idem, p. 158.

42. Idem, p. 166.

43. Idem, p. 156.

44. *Vivo*, 18/04/1984, citado em HOLSTON, J. *Op. cit.*, p. 156.

45. Idem, p. 192.

46. Idem, p. 178.

47. Depoimentos citados em HOLSTON, J. *Op. cit.*, p. 182.

48. Idem, p. 190.

49. Idem, p. 190.

50. Idem, p. 190.

51. "(...) um recolhimento ainda mais intenso na privacidade das áreas íntimas do apartamento", idem, p. 191.

52. Idem, p. 191.

53. Idem, p. 193.

54. Repetimos aqui a citação feita na nota n. 1, acima, pág. 5: "O discurso igualitário [que fundamenta o projeto de Brasília] sustenta, por tanto, que as convenções arquitetônicas (...) irão, por si mesmas, produzir uma ordem política comunitária", HOLSTON, H. *A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 141. O grifo é nosso.

55. Num pequena entrevista intitulada *Espaço e Poder*, concedida a Paul Rabinow, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 1994, *Cidade*.

56. FOUCAULT, M. *Op. cit.*, p. 139.

57. Idem, p. 140.

58. Idem, p. 140.

59. Idem, p. 140.

60. Idem, p. 140.

61. Página 5, acima.
62. HOLSTON, J. *Op. cit.*, p. 169.
63. Idem, p. 169.
64. MELVILLE, H. *Moby Dick*, São Paulo, Círculo do Livro, 1988.

Referências bibliográficas

- FOUCAULT, M. *Des espaces autres*. In: *Michel Foucault, Dits et écrits*, Paris, Gallimard, 1995
FOUCAULT, M. *Espaço e Poder*. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 199, Cidade
HOLSTON, H. *A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
MELVILLE, H. *Moby Dick*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988

Resumo

O artigo aborda a cidade de Brasília a partir da noção de heterotopia proposta por Foucault. São igualmente discutidos os pressupostos acerca da modificação do social através da intervenção sobre o espaço que serviram de base para a concepção de Brasília e os possíveis erros neles abrigados. A tese central é a de que Brasília enquanto heterotopia fracassa em atingir seus objetivos precisamente porque o humano se subtrai à ordem do cálculo e da previsão.

Palavras-chaves

Brasília, heterotopia, espaço, modernidade, arquitetura

Abstract

The author analyzes Brasília from the point of view of Foucault's concept of heterotopy. The idea that social relations can be changed by an alteration of the way space is organized and its possible inconvenients is also discussed. The principal thesis stated in the article establishes that Brasília, as an heterotpy, doesn't fulfill its goals mainly because human beings are not beings subjected to calculus and prediction.

Key-words

Brasília, heterotopy, space, modern, architecture

POLÍTICAS DE AJUSTE E EXPANSÃO DA POBREZA

Dilemas da descentralização das políticas sociais sob a égide do neoliberalismo

Deise Gonçalves Nunes

Introdução

Trato, neste estudo, da questão da descentralização das políticas sociais e dos seus impactos no enfrentamento da questão social. Considero que a descentralização política e administrativa em curso em nossa sociedade engendra um conjunto de medidas estratégicas necessárias à consolidação do projeto neoliberal e assenta-se, fundamentalmente, na minimização do papel do Estado, sobretudo na área social, na desregulamentação das relações de trabalho, no aumento dos níveis de desemprego e, em seqüência, no aumento dos níveis de exclusão social. A questão central que perpassa o meu argumento, pode ser sintetizada na seguinte indagação: como as políticas sociais geridas em nível local, dentro dos pressupostos da descentralização, podem atender as demandas de ampliação dos serviços sociais, decorrentes do aumento dos níveis de pobreza que simbolizam perversamente o êxito do neoliberalismo?

Na primeira parte, abordo a descentralização enquanto uma estratégia dos ajustes impostos a nossa economia, sobretudo a partir do governo Collor e FHC. A seguir, apresento uma discussão sobre alguns reflexos na área social, enfatizando a fragmentação das políticas sociais, a despolíticação e desmobilização dos antigos atores sociais, sobretudo dos movimentos sociais e a individuação da questão social. Para finalizar, faço uma análise dos principais impactos dos ajustes na estruturação das políticas sociais numa perspectiva descentralizadora.

Políticas de ajuste e neoliberalismo: a questão da descentralização

As políticas de ajuste necessárias à implantação e consolidação do neoliberalismo estão determinando profundas mudanças na estruturação das políticas sociais afetando-as duplamente: no oferecimento dos serviços sociais e na seletividade das demar-

das. Esses impactos decorrem basicamente das medidas de ajuste econômico, sobretudo no que tange à diminuição dos gastos em programas e políticas públicas, decorrentes do aumento do déficit público e da política de juros altos.

Os problemas sociais daí decorrentes põem em evidência o fato de que eles são determinados por questões que envolvem o mundo do trabalho, tanto nas suas condições de inclusão, quanto de exclusão. Assim, a produção das carências sociais, em suas múltiplas manifestações, é a expressão do aumento de riqueza real, construída com base numa subordinação crescente do trabalho ao capital, redefinida a partir das novas condições de produção e dos esforços do capital em restabelecer sua acumulação. Esses esforços expressam-se em diferentes planos e estão articulados em torno da necessidade de maximizar as taxas de lucros.

No plano econômico, surgem orientações de ajuste das economias sob a coordenação dos organismos internacionais criados com esta finalidade, desde o fim da segunda guerra, tais como o FMI e o Banco Mundial. Essas orientações foram definidoras dos planos de estabilização, organizados pelo Consenso de Washington, que serviram de base para a formulação do Plano Real que elegeu Fernando Henrique Cardoso. Suas principais bases são: ajuste fiscal, reforma monetária, liberalização comercial e financeira, desestatização, abertura econômica e retomada do crescimento. (Fiori, 1995)

No plano político-ideológico, essa expressão aparece na perenização da ordem burguesa e, conseqüentemente, na naturalização da pobreza, produzindo uma indiferenciação que se reflete na idéia de globalização de mercados e nações. A globalização aponta para um processo de transformação, cuja origem e conseqüência são muito mais complexos por causa de suas múltiplas dimensões não econômicas. Seu corolário é a idéia de que o mercado paira acima dos interesses antagônicos típicos de uma sociedade de classes e de que o Estado deve ser minimizado para não intervir no curso natural do desenvolvimento.

A questão de fundo que baliza todas as orientações de ajuste da economia na perspectiva neoliberal é a idéia de que a prevalência da liberdade econômica secundariza a idéia de liberdade política. Segundo Bobbio (1994), a doutrina liberal contemporânea apresenta uma confirmação do núcleo originário do liberalismo clássico:

Uma teoria dos limites do poder do Estado, derivados da pressuposição de direitos ou interesses do indivíduo, precedentes à formação do poder político, entre os quais não pode estar ausente o direito de propriedade individual. Tais limites valem para quem quer que detenha o poder político, inclusive o governo popular, isto é, inclusive para um regime ditocrático em que todos os cidadãos têm o direito de participar mesmo que indiretamente da tomada das grandes decisões, e cuja regra é a regra da maioria.

Nessa concepção, o Estado deve ser conservado dentro de determinados limites visando, sobretudo, dar garantias aos indivíduos da propriedade de tudo o que for justo. A defesa do Estado mínimo é no sentido de limitar quaisquer interferências na liberdade dos indivíduos cabendo ao Estado apenas proteger a propriedade, baseado em princípios do direito privado. Está pautada na garantia de um mercado regulador que permita o livre acesso dos indivíduos tanto na produção, quanto no usufruto dos bens socialmente produzidos.

No Brasil, sobretudo após os anos 90, surgem manifestações de diferentes segmentos sociais em torno da defesa dos ideais neoliberais como meio de integração da sociedade na era da modernidade. Entretanto, há uma certa unanimidade em torno da necessidade de uma política de ajuste para possibilitar as reformas sociais e econômicas necessárias ao desenvolvimento pleno do mercado. As condições necessárias para se efetivar esse ajuste fundamentam-se na reforma do Estado e na sua destregulamentação no sentido de quebrar toda a centralidade do Estado nacional, transferindo-se suas funções para outras instâncias, numa perspectiva de descentralização.

A predominância do livre jogo do mercado marca uma tendência mundial, para muitos apresentada na perspectiva da globalização ou mundialização dos mercados. (Ianni, 1994) Dentro dessa escala de globalização, os organismos internacionais tais como o FMI e o Banco Mundial ditam as regras sobre as quais, os países endividados - os países pobres em geral e o Brasil, em particular - devem renegociar as suas dívidas. Nessas regras, existe uma orientação clara no sentido de que os países devem planejar os seus gastos e investimentos, assentados fundamentalmente na diminuição dos gastos públicos, inclusive em saúde e educação. (Casassus, 1990).

Obviamente, os resultados dessa orientação já se fazem sentir e a globalização dos mercados parece vir acompanhada da globalização da miséria e pobreza. A falência do sistema de saúde nos Estados Unidos e o fenômeno dos novos pobres nos países mais ricos, em especial na Inglaterra, podem ser apontados como exemplos da falácia dessa orientação. Os países pobres, em especial os latino-americanos que aderiram aos “novos ventos” da modernidade ressentem-se de índices alarmantes de aumento da miséria, resultado imediato da concentração de riqueza. Na América Latina, conforme dados da CEPAL, a década de 80 foi marcada por um aumento assustador no número de pessoas em estado de pobreza absoluta. Este índice gira em torno de 40% ou seja, cerca de 71 milhões de pessoas passaram a viver abaixo dos níveis mínimos de vida. (Vilas, 1991) O aumento crescente da pobreza vem acompanhado de índices alarmantes de concentração de riqueza. No Brasil, 40% dos mais pobres detêm 7% da renda nacional enquanto os 10% mais ricos, detêm 50,6% da renda. Na proporção entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, o Brasil é o País que apresenta os maiores índices de concentração de riqueza.

Em outras palavras, com o catecismo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em suas mãos, nossos governos estão destruindo a educação e a saúde públicas, acentuando as desigualdades sociais, acrescentando a proporção de pobres estruturais e marginais de todo tipo que não podem ser ‘reconvertidos’ e incorporados criativamente à economia moderna. (Borón, p. 100)

O modelo de desenvolvimento integrado, adotado por quase todos os países da América Latina foi organizado dentro de um quadro de profunda crise econômica e social. Essa integração, para efetivar-se, exigiu um redirecionamento do sistema produtivo, com profundas implicações na área social que acabou por agravar ainda mais as já difíceis condições de vida da maioria da população, com profundos reflexos no fenômeno da exclusão social. A base desse redirecionamento, foi a retração do papel do Estado com o seu desmonte em vários níveis, através dos cortes nos recursos sociais o que afetou profundamente a organização das políticas sociais.

Nessa perspectiva, as políticas de ajuste seriam fundamentais para organizar uma economia de mercado livre de entraves. No plano político ideológico, o mercado passou a ser o eixo regulador e ordenador das relações sociais. Uma economia moderna seria aquela em que o próprio mercado se encarregaria de gerenciar as condições de produção e distribuição dos bens socialmente produzidos. Em outras pala-

vras, uma economia moderna seria aquela apoiada na liberdade extensiva do mercado e na limitação crescente das esferas de poder que não estiverem submetidas a sua lógica.

(...) o Estado é tão mais liberal quanto mais reduzidos são esses poderes e, correlativamente, quanto mais ampla é a esfera da liberdade negativa (...) O liberalismo é a doutrina na qual a conotação positiva cabe ao termo liberdade, com a consequência de que uma sociedade é tanto melhor quanto mais extensa é a esferada liberdade e restrita a do poder. (Bobbio, 1994)

Na América Latina, a comprovada ineficiência dos planos de ajuste podem ser observados pelos alarmantes índices de pobreza e concentração de renda, numa inversa união dos interesses de parte da burguesia nacional com a burguesia internacional. Essa comunhão, no Brasil, aparece com os "ajustes" em nível de desestatização, descentralização do Estado e diminuição nos gastos sociais.

(...) na América Latina, o ajuste fiscal reduziu o gasto público para canalizar recursos para o pagamento da dívida e para controlar a inflação. No final dos anos 80, o gasto público como porcentagem do PIB era de 32,8% na Argentina, 31,35% no Brasil, 36,4% no Chile, 31,15% no México e 27,0% na Venezuela, isto é, cifras equivalentes às de cerca de vinte anos antes, sendo os cortes nos 'gastos sociais' os mais significativos (...). Um recente estudo do Banco Mundial revela que os países de 'baixos ingressos' têm uma proporção de gasto público sobre o PIB de 23%, enquanto que as assim chamadas 'economias industriais de mercado' se situam em 40%. (Borón, p. 86)

Casassus (1990), ao analisar os consensos existentes em torno da descentralização, aponta o mercado como um dos elementos aglutinadores desse consenso. Assim sendo, a descentralização seria coerente com algumas regras do neoliberalismo tais como o corte nos gastos públicos e a desativação de programas sociais públicos. Entretanto, para alguns liberais tais como Friedman, existiriam algumas áreas do campo social onde se legitimaria a intervenção do poder público, com o objetivo de garantir a equidade entre os indivíduos na busca de oportunidade no mercado. Essas áreas seriam justiça, segurança e educação. (Draibe, 1993)

A retração do papel do Estado na área social e a transferência de suas funções para outras instâncias da sociedade são o que podemos apontar como marcos definidores da lógica da descentralização dominante entre nós. Este processo de descentralização tem levado à privatização e terceirização de alguns serviços sociais ou ainda ao estabelecimento de parcerias entre setores públicos e privados, numa perspectiva de aproximação de recursos governamentais com os não governamentais. Com isso, observa-se a criação de formas alternativas de atendimento às demandas locais, num processo de transferência de consideráveis áreas de responsabilidade governamental para o setor privado não lucrativo, composto por fundações de direito privado, associações filantrópicas, comunitárias ou novas formas de organizações não governamentais (ONGs). Entretanto, a transferência para sociedade civil não implica num reconhecimento ou no aumento da esfera política da mesma. Implica, como já vimos, no fortalecimento da lógica de conceber o mercado como equalizador da vida econômica e social e na redução do poder político das demais esferas. Trata-se, como assinalamos acima, da redução das esferas de poder e na ampliação da idéia de liberdade. Dessa forma, a participação da sociedade deve ser no sentido de desativar as demandas populares e não no sentido de controlar o governo ou a prestação dos serviços; assim, a desmobilização e a despolitização social constituem-se na tessitura da nova ordenação das políticas sociais descentralizadas.

Colocado dessa forma, as demandas populares parecem estar restritas ao universo do direito subjetivo sendo a liberdade o princípio regulador da expressão desses direitos e de sua efetividade, através da livre iniciativa. Nesse sentido, a questão social e as demandas populares passam a ser contempladas por novas formas de intervenção social. Os técnicos do Enap e Ipea, em estudo preliminar (1994) indicam que, em termos de alcance e limites da descentralização,

(...) convém, em primeiro lugar, apontar a tendência mundial de se recomendar que tudo o que pode ser realizado em um nível da Administração Pública mais próximo do cidadão, não o seja por esfera mais distante. (Cartas Europeias de Autonomia Local e da Autonomia Municipal Latino-Americano)

Assim, a focalização dos problemas sociais, numa perspectiva de atendimento imediato às demandas locais, traz como derivação a restrição dos espaços de conflitos sociais agravados pelo desmantelamento do Estado e das instituições políticas em geral. A rearticulação Estado sociedade, aponta outros elementos importantes que

entram em cena e determinam novas configurações no tecido social ainda não suficientemente estudados. Aponta, entre outros, a crescente desintegração social, expressas pelo aumento do índice de pobreza e pela destruição dos tradicionais atores sociais (sindicatos, partidos, movimentos sociais) provocada, em grande medida, pela desregulação e desestruturação das relações de trabalho inerentes à estratégia neoliberal. Paralelamente a esse fenômeno, ocorre a erupção de novos movimentos sociais que se diferenciam dos do passado pois, em alguns casos, visam criar um espaço de conflito institucional onde podem expressar e fluir suas demandas. É o caso, por exemplo, da forte presença das ONGs como executoras das políticas sociais descentralizadas e de movimentos que focalizam suas demandas em questões de interesse mais restrito de alguns grupos. O que nos interessa analisar, para efeito deste trabalho é o efeito político da fragmentação das demandas a partir da descentralização de algumas políticas sociais.

Fragmentação e despolarização das relações sociais: a refilantropização da questão social

Nos anos 90, um dos grandes dilemas das políticas sociais descentralizadas, parece ser a necessidade de atender as demandas locais, articulando o princípio da universalidade e da democratização do acesso (garantidos pela Constituição de 88 e pela Lei Orgânica da Assistência – LOAs) aos limites impostos pelo corte nos gastos sociais, determinado pelas políticas de ajuste. As novas formas de responder às demandas locais são presididas pela tônica neoliberal de ampliação da esfera de liberdade na escolha individual e de redução dos gastos e investimentos públicos. Para enfrentar esse dilema, criam-se novas estratégias de atendimento tais como as parcerias e terceirizações de alguns serviços ou de parte dos serviços sociais. Os problemas sociais derivados da ampliação dos níveis de pobreza são, então, redefinidos por uma nova lógica, baseada na subtração do direito social e articulada em torno da privatização e assistencialização da questão social.

O sucesso da individualização - um dos princípios fundantes da ordem liberal - está baseado no dismantelamento de todas as organizações coletivas e nos laços de solidariedade que apontem nessa direção. A justiça social parece vir, nesse sentido, substituída pela idéia de oportunidade do mercado e os direitos sociais são travestidos em carências individuais acompanhados, no plano ideológico, por uma naturalização das diferenças sociais, apresentadas como diferenças individuais num perverso movimento de apatiação e de estigmatização dos mais pobres. Ora, se é necessário um

ajuste para resolver o problema econômico, é natural que se esperem os resultados desse ajuste para resolver o problema da pobreza e da exclusão. Acreditam que o mercado dará essa oportunidade. Enquanto isso, entrega-se à sociedade em geral, a busca de alternativas para dar conta dos seus gritantes problemas sociais.

Os resultados, no que diz respeito à representação social da pobreza é a idéia de que ela é natural, inerente a esse processo de ajuste e deve estar sujeita ao desenvolvimento natural das forças do mercado.

Em síntese, para o dogma neoliberal, a geração de pobreza é sinal de que se está caminhando no rumo correto. A pobreza e os sofrimentos das massas têm um significado promissor: na realidade significa que 'as forças do mercado' estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava, uma vez que o Estado se colocou de lado e o 'instinto capitalista' se pôs em marcha, livre das regulações 'artificiais' caprichosamente estabelecidas durante décadas por governantes hostis. (Borón, p. 102)

A lógica ordenadora do mercado seleciona dois níveis de atendimento às demandas sociais, sobretudo na área de saúde, educação e assistência social. Um primeiro, destinado às camadas médias que podem comprar no mercado os serviços de que necessitam negociando-os numa perspectiva crescente de mercantilização. Para estes, existem diferentes oportunidades balizadas pela livre escolha que é determinada pela capacidade de aquisição desses serviços. À medida em que a classe média vai também sofrendo os impactos da crise econômica, os privatistas da área de saúde e educação defendem que o Estado deve ampliar a sua presença "invisível", subsidiando a iniciativa privada para o atendimento aos que não têm muitas "oportunidades" como ocorre, por exemplo, com o SUS – Sistema Único de Saúde. Na área da educação defendem a concessão de bolsas de estudos para os que não têm condições de pagar. Um segundo nível é aquele destinado às camadas que estão excluídas do mercado e que não contam com as mesmas oportunidades de escolha. Para esse segmento, devem ser organizadas políticas sociais de corte assistenciais, calcadas na idéia de atendimento direto às carências, através de uma rede complexa de parcerias entre setores privados, públicos e não governamentais. O modelo dessa tendência pode ser encontrado no Pronasol mexicano e no Comunidade Solidária do governo FHC. A característica central desse tipo de política é a descentralização numa perspectiva de municipalização, onde há um desmantelamento das instâncias organizadas da socie-

dade civil através da escolha técnica dos municípios mais pobres que terão acesso ao atendimento. Não existe nenhum diálogo com os movimentos sociais, nem com a comunidade que usufruirá dos serviços oferecidos. A sociedade organizada fica despojada de sua capacidade de formular alternativas e de controlar a gestão das políticas.

Políticas de ajuste e políticas sociais

As políticas de ajuste parecem aprofundar as condições de acumulação num mar de miséria e pauperização. A naturalização das diferenças sociais indica uma profunda fissura na luta entre os setores mais organizados e democráticos e os setores neo conservadores da sociedade. Ambos buscam, através de estratégias diferenciadas, soluções para a apartação e barbarização da vida social: os primeiros, na busca de canais de politização de enfrentamento da questão social e os segundos, pela banalização da miséria e transformação dos pobres em cidadãos de segunda categoria. Em nível local, dentro da lógica de descentralização hegemônica, observamos algumas contradições que precisam ser estudadas para que possamos encontrar possibilidades de superação.

Uma dessas contradições, é a questão da imediaticidade e eficácia no atendimento. Nessa perspectiva, vamos encontrar uma seletividade de demandas determinada pelo velho meritocracismo e não no direito social e universal. Felicíssimo (1994) aborda muito bem essa questão tratando do debate sobre o que chama de ideologia eficientista versus a participação. No contraponto que esse autor faz da descentralização na perspectiva democratizante, diz que essa envolve necessariamente a participação que implica em tempo de maturação, debate, tomada de decisões coletivas etc... Por outro lado, a ideologia eficientista propõe a resolução "correta" e imediata dos problemas sociais mais evidentes, restringindo o volume das demandas que, contraditoriamente, resultam da participação, discussões coletivas e envolvimento das maiorias carentes. Assim, o meritocracismo parece estar associado à idéia da eficiência e eficácia que é restritiva de uma participação coletiva e mais democrática.

Outro elemento importante é a precarização da ajuda aos mais pobres que normalmente ficam subordinados a programas de assistência e filantropia. Esta postura é absolutamente coerente com a lógica neoliberal, onde o indivíduo aparentemente fica responsável por si mesmo, pela sua sorte. Entretanto, a sociedade deve apoiar iniciativas de grupos filantrópicos que oferecem ajuda àqueles que não têm acesso

por si ao mercado, através do princípio da subsidiariedade e da solidariedade. Os limites do indivíduo na busca de satisfação de suas necessidades devem ser superados a princípio pela família e, depois, pela sociedade. Este modelo parece inspirar-se nos primeiros sistemas de proteção social, sobretudo na *Poor Law*, desenvolvida no início da industrialização inglesa e que visava amparar as camadas mais pobres excluídas do trabalho e que por isto, não eram incorporadas à categoria de cidadania.

Nesta conjuntura de retração do papel do Estado, há a ampliação da esfera pública não estatal no atendimento às demandas. Essa ampliação, tanto pode ser no sentido da democratização, quanto da conservação. No governo FHC, temos encontrado um crescente apelo a formas de filantropia empresarial, através das fundações de direito privado sobretudo através dos incentivos fiscais e tributários concedidos aos empresários que invistam em área social e de práticas localizadas de assistencialismo que substituem as políticas sociais. Como exemplo, temos as recentes iniciativas de empresários do Pensamento Nacional de Bases Empresariais junto à população de rua, os projetos para crianças carentes desenvolvido pela Cruzada do Menor no Rio de Janeiro e outros.

Nesse sentido, a reconstrução da solidariedade está fundada no princípio da filantropia e da benemerência. Esses elementos são simétricos com a individualização - típica da ideologia neoliberal - e o seu corolário que é a despolitização das relações sociais. A solidariedade, no campo democrático popular deve estar centrada em princípios éticos e não em princípios de benemerência, altamente seletivo, meritocrático e despolitizante.

Considerações finais

A primeira questão que se coloca do ponto de vista da descentralização das políticas sociais, numa conjuntura neoliberal, é que ela traz conseqüências extremamente sérias para as populações que historicamente sempre estiveram excluídas do acesso à produção e distribuição dos bens. Esse fato acentua as desigualdades, incidindo diretamente no fenômeno da concentração da apropriação dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida.

A lógica norteadora do neoliberalismo, baseada no corte dos gastos sociais como conseqüência da retirada do Estado da sua função reguladora, produz efeitos econômicos, políticos e ideológicos. O principal deles é a sacralização do mercado, como

sendo capaz de regular por cima, todas as relações, chegando a resolver os problemas decorrentes do próprio mercado como o desemprego, o subemprego, a falta de acesso aos bens socialmente produzidos etc....

Dentre as diversas conseqüências desta (re)ordenação das relações sociais, a partir da regulação do mercado, uma merece destaque: a naturalização da pobreza. Parece-nos que tal reiteração, decorre da afirmação de que a ordem burguesa está eternalizada. Ora, se é eterna, natural e imutável, o problema está na busca individual de oportunidades para se adaptar e submeter a ela. Neste sentido, quem não está dentro, deve ser considerado anômalo, desintegrado, "atrasado". O que aparentemente marca uma volta às mais absurdas e retrógradas formas de explicação das relações sociais, parece estar tomando bastante força, sendo incorporado por setores de diferentes matizes intelectuais e políticas. As tendências dessa lógica aparecem sobretudo na legitimação da busca de oportunidades no acesso aos bens socialmente produzidos, através do concutso da meritocracia e não mais na luta pelos direitos sociais.

Por outro lado, e talvez retratando de forma mais sintomática esta tendência, temos a precarização das políticas sociais públicas, pelo desmonte dos programas sociais e minimização da responsabilidade do Estado nessas políticas. A manifestação mais imediata pode ser observada no atendimento às demandas sociais como um atendimento aos "menos favorecidos", travestindo de ajuda o direito social, tratando o trabalhador como pobre, necessitado, pedinte.

Ora se a ruptura com o *Welfare State* nos países onde este se consolidou trouxe sérias seqüelas, podemos imaginar as conseqüências para os países onde ele não chegou a ser implementado, como no Brasil. Essa ruptura traz a idéia de solidariedade associada a modernidade, a novas formas mais dinâmicas de atendimento às carências com a inclusão do chamado terceiro setor, constituído pela filantropia empresarial e pelas organizações não governamentais no lugar das políticas sociais públicas coordenadas pelo Estado.

Dessa forma temos as políticas sociais, constituídas na lógica neoliberal, crivadas pela ideologia da "eficientização". São construídas por práticas circunstanciais, não universais, compensatórias, desmobilizadoras e, fundamentalmente mercantilizadas. Nesse sentido, a eficácia dos neoliberais parece ser de uma dimensão extraordinária, sobretudo pela sua capacidade de minar as resistências. Ou, de minar aquilo que é apenas uma marca aparente de resistência.

Referências bibliográficas

- BORÓN, Atilio. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.63-118.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.
- CASASSUS, J. *Descentralização e desconcentração*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 74, 1990.
- DRAIBE, Sonia. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. Revista da ISP, São Paulo, n. 17, 1993.
- FELICÍSIMO, José Roberto. *América Latina: movimentos sociais frente à descentralização do Estado*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, jul./set. 1994.
- FIORI, José Luis. *O Estado brasileiro do futuro: descentralização ou desintegração?* Séries Estudos em Saúde Coletiva, IMS/UERJ, Rio de Janeiro, n. 23, mai. 1993.
- IANNI, Octávio. *O Mundo do Trabalho*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, jan./mar. 1994.
- IPEA, ENAP, IBAM. *Descentralização/Federalismo*. Brasília, out. 1994, mimeo.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1989.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- VILAS, Carlos. *Democratização para alguns, miséria para muitos*. São Paulo: Contexto e Educação, out./dez. 1994.

Resumo

Este artigo discute a relação entre o projeto neoliberal e a descentralização das políticas sociais analisando alguns de seus impactos no enfrentamento da questão social.

Palavras-chaves

Neoliberalismo, descentralização, política social, questão social.

Abstract

This article discusses the relationship between the neoliberal project and the decentralization of social policies and also analyses some of its impacts on the facing of social question.

Key-words

Neoliberalism, decentralization, social policies, social question.

O FUTURO DO RÁDIO COMO MÍDIA

Célio Campos

As circunstâncias sempre nos empurram para Copacabana. Numa dessas, eu estava no bar *Bip bip*, velho reduto boêmio daquele bairro, quando um dos frequentadores da casa sentou-se à minha mesa e foi logo puxando assunto. Meu interlocutor queria saber por que a *Rádio Jornal do Brasil AM* (ex-940 no *dial*) havia sido vendida. A partir daí ficamos um bom tempo, talvez umas dez cervejas, nos ocupando ou desocupando sobre rádio.

Para falar de rádio e buscar um melhor entendimento do veículo se faz necessário uma rápida viagem ao passado, mais exatamente, nos remetermos a 7 de setembro de 1922, quando tudo começou no Brasil, como parte das comemorações do centenário da Independência. Através de 80 receptores, alguns poucos cariocas puderam ouvir em casa o discurso do que seria o primeiro locutor oficial do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa. A Westinghouse instalou uma emissora com um transmissor de 500 watts e durante vários dias foram veiculadas óperas do Teatro Municipal do Rio. Logo depois disso, no entanto, as transmissões foram interrompidas por falta de um projeto de continuidade.

Somente em 20 de abril de 1923 começa a funcionar, definitivamente, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, fundada por Edgar Roquete Pinto e Henry Morize. A emissora tinha uma característica nitidamente educativa e nesse período o rádio era um veículo de elite e não de massa, como é hoje. Os próprios ouvintes emprestavam discos de ópera para o funcionamento da emissora. Mas a transformação do rádio viria, efetivamente, quase dez anos depois, em 1931, através de um decreto do então presidente Getúlio Vargas, que criava um fio condutor para a radiodifusão e permitia a publicidade no veículo. Os empresários, sempre com a visão que lhes é peculiar, entenderam que o rádio, muito usado por Hitler para difundir seus ideais, era eficiente também para divulgar seus produtos.

Em *A Informação no Rádio*, Gisela Oetziwano afirma que após a revolução de 30 foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), encarregado de uma seção de rádio, anterior à "Hora do Brasil". Em 34 o DOP foi transformado em Departamen-

to de Propaganda e Difusão Cultural, surgindo aí a “Voz do Brasil”, que posteriormente passou a ser responsabilidade da Agência Nacional, atual Empresa Brasileira de Notícias, a EBN. Em 35 surge a *Rádio Jornal do Brasil* sob o prefixo PRF-4 e no ano seguinte são inauguradas as conhecidas *Tupi* e *Nacional do Rio de Janeiro*.

Nessa linha de raciocínio, por décadas, vamos para 40, chamada época de ouro do rádio brasileiro, com o surgimento do Repórter Esso (1941-1968) para a divulgação de notícias sobre a Segunda Guerra Mundial, na voz inconfundível de Heron Domingues. Em 42 é fundado o Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), com o objetivo de medir a audiência no rádio. Nesse período surgem também as radionovelas. Em 45, só a *Rádio Nacional* chegou a transmitir 14 delas diariamente. Além disso, os programas de auditório movimentavam e atraíam milhares de pessoas para as rádios. Nas décadas de 40 e 50, a *Rádio Nacional* chegou a ter 1.200 profissionais contratados. Curiosamente, essa época de ouro do rádio termina com o surgimento da televisão. O rádio parece ter perdido o rumo. Ficou nocauteado, mas por pouco tempo. Lentamente vai se reencontrando. No momento crítico era muita música para pouca produção. O rádio trocou os astros e estrelas por discos e fitas e as novelas pela notícia, além de buscar atender necessidades mais regionalizadas.

Nos anos 60 começam a operar as emissoras de FM (frequência modulada). Mais uma vez, a primeira é do Rio de Janeiro, a *Rádio Imprensa*. O mercado publicitário em AM (amplitude modulada) era forte, mas para FM era quase inexistente, por falta de ouvintes. Aí nasceu a música ambiente em FM. Os receptores eram alugados a clientes que ouviam música no trabalho. A idéia foi bem aceita pelo mercado e até 1976 a transmissão da *Rádio Imprensa*, única em FM, era exclusivamente musical, sem a presença de locução. Com o boom das FMs, a *Imprensa* passou a transmitir na mesma onda com 2 canais, um para livre recepção o público e outro codificado (um subcanal de FM) destinado somente a clientes assinantes de música ambiente (uma espécie de rádio a cabo) se é que posso usar essa terminologia. Nessa mesma linha surgiu a *JB-FM*, com sinal aberto, dedicado à música clássica. A frequência modulada era distanciada do público pela própria natureza de sua programação. Os programadores não sabiam para que lado atirar.

Uma grande virada começou a ocorrer no AM, com a *Rádio Mundial*, que buscou junto com a *Tamoio* uma programação voltada para o público jovem. A *Mundial* foi inaugurada em 1969 na frequência 860 KHz (hoje *Rádio CBN*) e transmitiu ao vivo o Festival de Woodstock. A *Mundial* ficou conhecida como a rádio da juventude dos

anos 70. Aí nascia o primeiro DJ (do inglês disk-jockey) ou simplesmente discotecário do Brasil, Ademir Lemos, que atuava com o polêmico e irreverente locutor Big Boy. Mais tarde, a *Mundial* sairia do ar para a consolidação do Projeto CBN, já em janeiro de 93, mesmo ano em que acabaria também a *Jornal do Brasil AM*, vendida a um grupo evangélico. Simplesmente ela dormiu JB e acordou *Cristo em Casa*.

Na FM a revolução ficou por conta da *Rádio Cidade*, nascida a primeiro de maio de 77. Pertencente ao Sistema JB, a *Cidade* revolucionou conceitos, se aproximou dos jovens e virou ponto de referência para todas as FMs. Com a mudança da *Eldo Pop* para *98 FM*, com programação mais popular, a *Cidade* foi perdendo aos poucos a audiência. Aí houve uma alternância de líderes entre a *98* e a *FM-105* (na época também emissora do Sistema JB) e, mais recentemente, pela *FM O Dia*. Outra rádio que marcou época no FM foi a *Fluminense*, conhecida como a Maldita, que incomodou muitas emissoras grandes como a própria *Cidade* e a *98*. Criada por Luiz Antônio Mello, Samuel Wainer Filho e Amaury Santos, a *Fluminense* entrou no ar em 82 e também revolucionou a audiência optando por uma programação voltada para o rock Brasil e lançou nomes como Cazuzu e o Barão Vermelho, Blitz e Paralamas do Sucesso, entre outros.

E o futuro, é hoje ?

Com o crescimento da rede mundial, a Internet, há dois anos, muitas rádios passaram a produzir *sites* de informação e entretenimento. Com o avanço da tecnologia, esses *sites* passaram a disponibilizar também vários produtos no chamado formato *real audio*, onde é possível ouvir arquivos de som, entrevistas, músicas, notícias e até mesmo a programação das emissoras em tempo real. Dessa forma, hoje é possível ouvir em qualquer lugar do planeta a programação de uma rádio brasileira via Internet assim como é possível ouvir no Brasil várias rádios de todo o mundo. Com essa globalização do rádio, as ondas curtas foram substituídas pelas ondas da Internet.

A maioria das *home-pages* de rádio na Internet apresenta uma versão audiovisual do conceito da emissora oferecendo acesso a entrevistas e trechos de programas. O internauta pode ainda acessar dados sobre a emissora e sua história. Outro ponto importante é a transmissão em tempo real. Hoje é cada vez melhor a qualidade do som transmitido pelos sites. Tudo depende do equipamento do usuário e da qualidade da conexão da linha telefônica. Esse canal aberto com o ouvinte cria também uma

interatividade com as rádios e serve como uma audiência complementar à tradicional dos aparelhos de rádio.

Com isso, alguns grupos decidiram criar as chamadas *web radios*. *Web* é a sigla para *webcasting*, ou transmitir pela *web*. O termo vem de *www* ou *world wide web* (teia mundial), o apelido da Internet. As *web radios* são emissoras que existem somente na Internet, ou seja, não existem fisicamente. Elas funcionam, na verdade, dentro de computadores e são transmitidas exclusivamente para o público internauta do mundo. Essas rádios são, na sua grande maioria, em língua inglesa e oferecem cada vez mais opções segmentadas de programação de áudio. Exatamente esse conceito: o computador, aliado à Internet, vai substituir televisão, rádio e telefone, transformando-se num eletrodoméstico mais comum que liquidificador. E nessa nova mídia, o usuário vai editar suas próprias entrevistas ou programas. Trata-se da supersegmentação de áudio. O *broadcasting.com* é um dos inúmeros sites de *web radios* existentes na Internet. Antes conhecida como *audionet*, a página oferece acesso a uma infinidade de produtos de áudio e vídeo (as emissoras de televisão caminham na mesma direção), disponibilizando exatamente o que cada consumidor quer de uma estação. Assim existem rádios só de *rock*, outra de *jazz*, notícias, esportes, etc. E o rádio, aquele aparelhinho inocente, como fica? A tendência, segundo especialistas, será a mídia preferida da audiência móvel.

Rádios Comunitárias

Sem perder de vista outras alternativas, não poderia deixar de falar das rádios comunitárias. Surgidas na Europa, na década de 60, elas foram criadas por grupos insatisfeitos com as emissoras oficiais. No Brasil elas surgiram na década de 80 através de grupos políticos de esquerda e estudantes universitários. No início da década de 90, as rádios comunitárias do Brasil obtiveram uma grande vitória com a absolvição do jornalista Léo Tomaz, que dirigia a *Rádio Reversão* de São Paulo. Estava criado o precedente jurídico para os acusados de crime contra o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Com essa vitória, o movimento de rádios comunitárias mudou de perfil. Os grupos religiosos passaram a ver nesse veículo uma maneira de propagar seus interesses e outros enxergaram um modo fácil de ganhar dinheiro sob a alegação de cobrir custos operacionais. Mas nem todos usam o veículo para o mal. A sua verdadeira função é ser comunitária e, para isso, deve ser administrada por uma comunidade

representada por várias entidades de um bairro, vila ou morro. O Ministério das Comunicações é quem analisa os pedidos e publica no Diário Oficial da União os prazos para inscrição das entidades interessadas em receber o certificado de habilitação para a área. Se houver mais de uma entidade concorrendo, o Ministério tentará um entendimento entre elas visando formar uma só rádio. Se não der certo, ganha quem tiver maior representatividade.

Eu estava concluindo esse artigo quase que no mesmo momento em que o presidente Fernando Henrique anunciava sua intenção de enviar ao Congresso pedido de autorização para funcionamento das primeiras 70 rádios comunitárias no país. Ainda segundo promessas do presidente, a idéia é liberar dois lotes de 30 autorizações por mês. O Ministério das Comunicações recebeu mais de 6 mil pedidos de concessão para rádios comunitárias, que têm alcance de apenas um quilômetro. Advinhem como fiquei sabendo dessa notícia? Pelo rádio, é claro.

Depois de tanta tecnologia, aquele meu amigo do início do texto vai acabar sendo empurrado pelas circunstâncias, só que para casa. Provavelmente para ouvir rádio.

Referências bibliográficas

ORTRIWANO, Gisela Svetlana. *A Informação no rádio*. São Paulo, SP: Summus Editorial, 1985.

MANSUR, Fernando. *No ar o sucesso da Cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora JB, 1984.

TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. São Paulo, SP: Editora Harbra, 1999.

Cedope. Sistema Globo de Rádio, Centro de Documentação e Pesquisa.

Cedope. Centro de Documentação e Pesquisa do JB.

Site Broadcast.com - www.broadcasting.com

Resumo

A intenção não é apenas divulgar a magia do veículo rádio mas também chamar à reflexão sobre as novas tecnologias dos dias atuais. As vantagens e desvantagens que a globalização nos oferece. A Internet a serviço do tempo real da informação e as rádios comunitárias e seus objetivos.

Palavras-chaves

Rádio, Internet, tempo real, globalização

Abstract

The intention is not only to divulge the magic of radio as a media but also to improve the knowledge of news technologies of nowadays. The advantages and disadvantages that globalisation can provide us. The Internet working in real time with the information and the public radio and its aims.

Key-words

Radio, Internet, real time, globalisation

Notas aos colaboradores

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete digitado no programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
2. Notas de rodapé, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
3. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
4. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
5. Listar palavras-chaves, *key-words* ou *mots-clés*.
6. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.

No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.

7. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
8. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
9. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.